



**RELATÓRIO DO 2º CICLO DE
MONITORAMENTO DAS METAS DO PLANO
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – 2018**

SUMÁRIO



LISTA DE SIGLAS	03
1. APRESENTAÇÃO	08
2. INTRODUÇÃO	11
3. META 01.....	13
4. META 02	30
5. META 03.....	45
6. META 04.....	57
7. META 05.....	88
8. META 06.....	107
9. META 07.....	120
10. META 08.....	147
11. META 09.....	154
12. META 10.....	164
13. META 11.....	172
14. META 12.....	180
15. META 13.....	196
16. META 14.....	205
17. META 15.....	217
18. META 16.....	233
19. META 17.....	241
20. META 18.....	248
21. META 19.....	255
22. META 20.....	265
23. Referências	274
24. Anexo A - % de cumprimento das estratégias por meta	
25. Anexo B – Planilha de Monitoramento – Parte A	
26. Anexo C – Planilha de Monitoramento – Parte C	
27. Anexo D – Ferramenta de Planejamento F.O.F.A. (Força, Oportunidade, Fraqueza, Ameaça)	

SIGLAS



AEE - Atendimento Educacional Especializado

AI – Anos Iniciais

AF – Anos Finais

ANA – Avaliação Nacional da Alfabetização

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CAE – Conselho Alimentação Escolar

CAP – Centro de Apoio Pedagógico às Pessoas com Deficiência Visual

CAQ – Custo Aluno Qualidade

CERPAI – Centro psíquico da Infância e Adolescência

CEB – Câmara de Educação Básica

CNE – Conselho Nacional de Educação

CESEC – Centro Estadual de Educação Continuada

COPACC – Comissão para Análise de Cadastros das Creches



CRAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CSF – Ciências Sem Fronteira

DATO – Diretoria de Apoio Técnico Operacional

DEIF – Diretoria de Ensino Infantil e Fundamental

EaD – Ensino a Distância

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EF – Ensino Fundamental

EI – Educação Infantil

EM – Ensino Médio

ENEM – Exame Nacional de Avaliação da Educação Básica

ES – Ensino Superior

EJA – Educação de Jovens e Adultos

FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais

FIES – Financiamento Estudantil

FLIC – Festa Literária de Congonhas



FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICT's – Instituições Científicas e Tecnológicas

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IES – Instituição de Educação Superior

IFMG – Instituto Federal de Minas Gerais

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC – Ministério da Educação

NAE – Núcleo de Apoio Educacional

OBMEP – Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas

PAVE – Programa de Auxílio Viagem ao Estudante

PIB – Produto Interno Bruto

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios



PNAIC – Plano Nacional pela Alfabetização na Idade Certa

PNATE – Programa de Transporte Escolar

PNE – Plano Nacional de Educação

PME – Plano Municipal de Educação

P.P. – Pontos Percentuais

SAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica

SEE-MG – Secretaria de Educação de Minas Gerais

SEAD – Secretaria Municipal de Administração

SEFIN – Secretaria Municipal de Finanças

SEPLAN – Secretaria Municipal de Planejamento

SINE – Sistema Nacional de Emprego

SISU – Sistema de Seleção Unificada

SEMED – Secretaria Municipal de Educação

UBS – Unidade Básica de Saúde

UFSJ – Universidade Federal de São João Del Rei



RELATÓRIO DO 2º CICLO DE MONITORAMENTO DAS METAS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – 2018

Apresenta relatório – conforme artigo 5º parágrafo 2º da Lei 13.005 de 2014 – com base nos indicadores selecionados pelo Ministério da Educação, Inep, Observatório do PNE, banco de dados da Secretaria Municipal de Educação, dentre outros - do monitoramento das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação (PME).

APRESENTAÇÃO



O Plano Municipal de Educação de Congonhas foi aprovado em 23 de julho de 2015 – Lei n.º 3.538 - com vigência até 2024, tendo como referência e diretrizes, no que couber ao município de Congonhas, o anexo I da Lei Federal n.º 13.005, de 25 de junho de 2014, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal e da própria lei federal retromencionada, a qual aprova o Plano Nacional de Educação - PNE.

O documento é fruto da construção coletiva que remete à Conferência Municipal de Educação de Congonhas, realizada em 2015, a qual ofereceu os subsídios para o projeto de lei enviado pelo Poder Executivo à Câmara dos Vereadores onde teve sua aprovação como lei.

Com o PME, a sociedade e as instituições educacionais passaram a contar com uma referência fundamental para as políticas educacionais. O Plano aglutinou um conjunto de aspirações e finalidades para a educação, que são expressas em suas 10 diretrizes, 20 metas e em um conjunto de 246 estratégias – dimensões específicas do documento que devem ser vistas de forma absolutamente integrada.

O Plano Municipal de Educação (PME) constitui um documento que define compromissos colaborativos entre os entes federativos e diversas instituições pelo avanço da educação brasileira.

O objetivo central do Plano, que pode ser apreendido de suas diretrizes, consiste em induzir e articular os entes federados na elaboração de políticas públicas capazes de melhorar, de forma equitativa e democrática, o acesso e a qualidade da educação brasileira. Como sintetiza o documento do Ministério da Educação (MEC), “Planejando a Próxima Década – Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação” (Brasil. MEC, 2014, p. 7), um plano *“representa, normalmente, reação a situações de insatisfação e, portanto, volta-se na direção da promoção de mudanças a partir de determinadas interpretações da realidade, dos problemas e das suas causas, refletindo valores, ideias, atitudes políticas e determinado projeto de sociedade”*.

O PME se estrutura em metas e estratégias aferíveis, o que possibilita um acompanhamento objetivo de sua execução. As metas podem ser definidas como as demarcações concretas do que se espera alcançar em cada dimensão da educação brasileira. As estratégias, por sua vez, descrevem os caminhos que precisam ser construídos e percorridos por meio das políticas públicas.

As dez diretrizes do PME (art.1º §2º da Lei Municipal 3.538 de 23/07/2005) são transversais e referenciam todas as metas, buscando sintetizar consensos sobre os grandes desafios educacionais do País e podendo ser categorizadas em cinco grandes grupos. Também é vislumbrada uma relação mais ou menos intensa de cada conjunto de metas com alguma diretriz em particular, o que possibilita uma classificação das metas à luz da diretriz com a qual possui maior imbricação.

1) Diretrizes para a superação das desigualdades educacionais

I – Erradicação do analfabetismo.

II – Universalização do atendimento escolar.

III – Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação.

Metas: de 1 a 5; 9; 11 e 12; 14.

2) Diretrizes para a promoção da qualidade educacional

IV – Melhoria da qualidade da educação.

V – Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade.

Metas: 6 e 7; 10; 13.

3) Diretrizes para a valorização dos (as) profissionais da educação

IX – Valorização dos (as) profissionais da educação.

Metas: 15 a 18.

4) Diretrizes para a promoção da democracia e dos direitos humanos

VI – Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública.

VII – Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País.

X – Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Metas: 8 e 19.

5) Diretrizes para o financiamento da educação

VIII – Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto (PIB), que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade.

Meta: 20.

O PME – Plano Municipal de Educação é integrado, além da parte normativa, pelos seguintes anexos (art.1º §2º da Lei Municipal 3.538 de 23/07/2015):

- Metas e estratégias estabelecidas em lei federal (*anexo I*);
- Indicadores para monitoramento e avaliação da evolução das metas do PME (*anexo II*);
- Diagnóstico da educação no município (*anexo III*).

INTRODUÇÃO



Em consonância com §1º, Lei n.º 3.538 de 23 de julho de 2015 – PME, para viabilização do monitoramento e avaliação do cumprimento das metas do PME, serão utilizados os indicadores constantes no *anexo II*, parte integrante do PME, além de outros que venham a se mostrar pertinentes para tanto.

Para monitoramento do PME foi mantida a Comissão Coordenadora e instituída novas Equipes Técnicas. Ficha de monitoramento **Anexo A**.

As Equipes Técnicas atuaram no levantamento e na sistematização de todos os dados e informações referentes ao plano para seu monitoramento. Os membros foram nomeados através da Portaria n.º Nº 275, de 5 de setembro de 2018, presididos por Nizelle Dutra.

GRUPO TEMÁTICO*	META	EQUIPE
Educação Infantil	Meta 01	Lourdes Maria da Conceição Miranda, Andréa Cristina Sousa e Silva, Cristiane Aparecida Melo Souza, Ederlânia Navess, Cláudia Márcia Gomes Ramos, Flávia Cristina Maria.
Ensino Fundamental e Alfabetização	Metas 02, 05, 06 e 07	Vanete Cristina Silva, Andrea Maria Gomes Vargas, Ângela Avelar, Rosilene Pereira Sousa Junqueira, Thiago Welesson Santos Leão, Éster Santana da Conceição Cordeiro, Celeste Maria Cordeiro, Tânia Guimarães Camara Damaso
Educação de Jovens e Adultos, Ensino Médio e Profissionalizantes	Metas 03, 08, 09, 10 e 11	Maria Cristina Dias de Melo, Kátia das Graças Souza Modesto, Elias Messias, José Carlos da Silva, Ronaldo Machado Pinto, Shahla Albuquerque.
Ensino Superior	Metas 12, 13 e 14	Thales Gonçalves Costa, Wilander de Almeida Martins, Cecília Bacharel, Pedro Geraldo Cordeiro, Sandro Coelho Costa, Lucas Santos Vicente.
Gestão Democrática, Participação Social e Financiamento da Educação	Metas 19 e 20	Nizelle Dutra, Eduardo Flávio Sabará, Eva Nilma Ribeiro Agrusa, Lucimara Junqueira Oliveira.
Valorização do Magistério, políticas de Formação e	Metas 15, 16, 17 e 18	Ricardo Firmino, Anali de Fátima Lobo Santos, Shirley Gonçalves Moura Peixoto, Celma Fernandes, Ana Maria



Planos de Cargos e Carreira		da Silva, Adriana Bartolomeu Guimarães, Arnaldo Luiz de Jesus.
Políticas de Educação Inclusiva e Assistência Estudantil	Meta 4	Marluce Geralda da Costa, Márcia Del Carmo Rodrigues, Amilton Luis Fernandes Leite, Maria Inês Dias Moreira, Fabiane Dias Fernandes de Castro Urzedo, Andrea Christina Matosinhos Guedes.

As Equipes técnicas apresentaram na Conferência Municipal de Educação, dia 12 de dezembro de 2018, em convocação geral – Portaria n.º PMC 348, de 10 de dezembro de 201, na Escola Municipal “Eng.º Oscar Weinschenck, das 8h até as 17h, o 2º relatório de monitoramento do PME e seus anexos, ferramenta de planejamento F.O.F.A. (Força, Oportunidade, Fraqueza e Ameaça) e sugestões da equipe técnica. Tornando público todo o processo.



Meta 01

.....

Universalizar, até 2016, a educação infantil, na pré-escola, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.

.....

1. META 01



1.1. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO

Lourdes Maria da Conceição Miranda;

Pedro Cordeiro

Andréa Cristina Sousa e Silva

1.2. ORGANIZAÇÃO E METODOLOGIA DO MONITORAMENTO

A Meta 1 do Plano Municipal de Educação (PME) tem como principais objetivos: a universalização da pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos e a ampliação do acesso à Educação Infantil em creches para as crianças de até 3 anos de idade. O primeiro indicador, vem sendo cumprido em 100% nos anos de 2014, 2015, 2017 e 2018. O segundo indicador, em todos os anos, está acima do mínimo exigido na meta 1 que é de garantir que até o final de vigência do PME, em 2024, no mínimo, 50% das crianças sejam atendidas em creches.

Para garantir o número específico de crianças de 0 e 5 anos existentes no município, a SEMED solicitou informações e dados do setor Núcleo de Epidemiologia da Secretaria Municipal da Saúde. Para as escolas particulares foram enviados documentos solicitando dados das referidas escolas. A coleta de informações das escolas particulares foi enviado um questionário. Das 08 (oito) escolas, 07 (sete) responderam. Segue escolas particulares:

Colégio Nossa Senhora da Piedade

Colégio Arcebispo Dom Oscar de Oliveira

Instituto Educacional do Saber – IES

Colégio Sagrado Coração de Jesus

Escola Infantil Tico & Teco

Centro de Educação Pequeno Aprendiz

Colégio Batista

Escola Trenzinho Mágico

Para o monitoramento desses dois objetivos, foram utilizados os seguintes indicadores:



- Indicador 1A: Percentual da população de 4 a 5 anos que frequenta as escolas municipais e particulares existentes no município de Congonhas.

No município 31 escolas oferecem educação para crianças de 4 e 5 anos. Sendo 23 escolas municipais e 8 particulares.

Os dados referentes ao atendimento de crianças de 4 e 5 anos, nas 23 (vinte e três) escolas municipais, foram coletadas através do fluxograma de alunos de 2014 a 2017 da Secretaria Municipal de Educação. Na Rede de Ensino Privada os dados foram coletados através de documentos solicitados pela Secretaria Municipal de Educação às escolas particulares. Os dados a partir de 2017 foram utilizados pela Sinopse Estatística da Educação Básica do INEP.

Tabela 1A: Percentual da população de 4 a 5 anos que frequenta as escolas municipais e particulares existentes no município de Congonhas.

ANO	N.º de Crianças de 4 e 5 anos no município****	N.º de Atendimentos			% de Atendimentos
		Escolas Municipais **	Escolas Particulares***	Total *	
2014	1.336	1.171	201	1.372	100%
2015	1.414	1.218	212	1.430	100%
2016	1.452	1.249	199	1.448	99,7%
2017	1.384	1.211	192	1.403	100%
2018	1114	1210	215	1.425	100%

**Fonte: Secretaria Municipal de Educação

***Fonte: Escolas da Rede de Ensino Particular



** A diferença entre o “n.º de crianças de 4 e 5 anos no município” e o “Total” de atendimentos, se justifica pela migração de crianças para a cidade e a não manifestação das famílias.*

O percentual das crianças de 4 e 5 anos que frequentam a escola no município de Congonhas – MG, atingiu 100% de atendimento em 2014, 2015, 2017 e 2018. O índice de 99,7% de 2016 justifica-se pelo fato de apenas 04 alunos não procurarem a Rede Municipal de Ensino, muito embora exista a possibilidade de atendimento para as referidas crianças.

– Indicador 1B: *Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta as creches municipais e particulares existentes no município de Congonhas.*

No município 12 escolas oferecem educação para crianças de 0 a 3 anos. Sendo 4 escolas municipais e 8 particulares.

Na rede municipal, as duas creches atendem crianças de 0 a 3 anos em tempo integral e, as escolas que recebem as crianças de 3 anos, atendem em tempo parcial. Na rede privada, oferecem atendimento em tempo parcial e integral. Os dados referentes ao atendimento de crianças de 0 a 3 anos foram coletados através do fluxograma de alunos da SEMED e de informações cedidas pelas instituições privadas.

Na rede municipal, a base para calcular o percentual de crianças de 0 a 3 anos que almejam atendimento nas creches, foi obtida através dos cadastramentos feitos nos anos de 2014 a 2017. No ano de 2018, os dados referentes ao cadastramento serão obtidos em novembro do referido ano.



Tabela 1B: Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta as creches/escolas municipais e particulares existentes no município de Congonhas.

ANO	Cadastradas para as Creches municipais e particulares	NÚMERO DE ATENDIMENTOS				% de crianças que frequentam creches/ escolas
		Creches Municipais **	Escola Municipais (crianças de 3 anos) **	Escolas Particulares ***	Total	
2014	523	199	77	219	495	94,5%
2015	389	159	90	204	453	100%
2016	484	195	117	202	514	100%
2017	544	189	136	160	485	89%
2018	770	190	225	186	601	78%

**Fonte: Secretaria Municipal de Educação

***Fonte: Escolas da Rede de Ensino Particular

Observa-se que a união de esforços das Creches/escola municipais e privadas do município, resulta numa média superior à meta prevista de, no mínimo, 50% da população dessa faixa etária, que é de 78% em 2018.

Tabela 1C: Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta as creches/escolas municipais no município de Congonhas.

ANO	N.º de Crianças de 0 a 3 anos que se cadastraram para as Creches/escolas Municipais***	Crianças de 0 a 3 anos atendidas pelas Creches municipais**	Crianças de 0 a 3 anos atendidas pelas escolas municipais** (Crianças de 3 anos)	% de crianças que frequentam creches/escolas municipais
2014	267	199	77	100%
2015	275	159	90	90,6%
2016	400	195	117	78%
2017	490	189	136	66,3%
2018	584	190	225	71,1%

**Fonte: Secretaria Municipal de Educação

***Fonte: Secretaria Municipal de Educação - Cadastramentos



A tabela 1C, revela a porcentagem de crianças de 0 a 3 anos atendidas somente pelas Creches e escolas municipais. As Creches municipais atendem em tempo integral crianças de 0 a 3 anos e as escolas municipais atendem em tempo parcial, crianças de 3 anos.

Vale ressaltar que, a confiança das famílias no trabalho das creches/escolas e a qualidade do atendimento prestado pela Rede Municipal de Ensino aumentou a demanda manifesta. O que ocasionou a queda nos anos de 2015, 2016 e 2017. Em 2018, o percentual de atendimento elevou devido a computação dos dados de crianças de 3 anos nas escolas municipais (Eng.º Oscar Weinschenck e CEMEI Pingo de Gente) as quais, nos anos anteriores, não foram computados.

Com a previsão de 02 (duas) Creches municipais em 2019 ampliar-se-á o atendimento de crianças de 0 a 3 anos.

1.3. QUADRO SÍNTESE

As Fichas de monitoramento da meta estão disponíveis no **Anexo B** – Equipes Técnicas e Comissão Coordenadora e **Anexo C** – Indicadores: metas previstas e executadas.

1.4. AVALIAÇÃO DA META E ESTRATÉGIAS

A partir da aprovação das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, a Educação Infantil passa a ser definida como a primeira etapa da Educação Básica. No Brasil, a Educação Infantil é um direito assegurado pela Constituição Federal de 1988. A Constituição atual reconheceu, pela primeira vez, a Educação Infantil como um direito da criança, opção da família e dever do Estado. A partir daí a Educação Infantil, no Brasil, deixou de estar vinculada

somente à política de assistência social passando então a integrar a política nacional de educação. Em cumprimento à Constituição, a educação e o cuidado na primeira infância, vêm sendo tratados como assuntos prioritários do governo municipal de Congonhas.



A Educação Infantil é uma das mais importantes etapas na formação da criança, é a etapa em que a mesma começa a experimentar o mundo fora do núcleo familiar, faz novos amigos, aprende a conviver com as diferenças e faz várias descobertas em todas as áreas do conhecimento. Hoje a Educação Infantil, não pode ser mais vista como um lugar onde são realizados somente os cuidados básicos de higiene e alimentação, ela deve ser concebida de forma que o educar e cuidar sejam indissociáveis e, sobretudo, onde os laços afetivos sejam criados e fortalecidos. É importante nesta etapa dos primeiros anos de vida para a construção dos alicerces da personalidade e do conhecimento. Os estímulos motores, afetivos e sociais, oferecidos às crianças nos primeiros anos de vida, são cruciais para uma vida de conhecimentos, humanizada, harmoniosa e feliz. Brincando a criança adquire conhecimento da língua oral, escrita, matemática e muito mais. A estimulação precoce das crianças contribui e muito para o seu aprendizado futuro, desenvolve suas capacidades motoras, afetivas e de relacionamento social.

- **Estratégia 1.1:** *Buscar, em regime de colaboração entre a União e o Município, metas de expansão da rede pública de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais, tendo como estratégia a construção de 06 (seis) creches municipais para atendimento de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade, objetivando o atendimento de, no mínimo, 50% da população dessa faixa etária, até o final da vigência deste PME.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. A Rede de Ensino Pública, conforme descrito na *Tabela 1C*, está atendendo, em 2018, 71,1%. Cumprindo o objetivo dessa estratégia que é de no mínimo 50% da população dessa faixa etária.

Quanto a construção das 6 (seis) creches, até a vigência do plano, serão inauguradas duas creches em 2019, totalmente equipadas com mobiliários, materiais pedagógicos, e brinquedos específicos para a faixa etária. Registra-se assim que, houve atendimento a todos os cadastros efetivados em 2018, para o ano de 2019.



- **Estratégia 1.2:** *Garantir que, ao final da vigência deste PME, seja inferior a 05% (cinco por cento) a diferença entre as taxas de frequência à educação infantil das crianças de até 3 (três) anos oriundas do quinto de renda familiar per capita mais elevado e as do quinto de renda familiar per capita mais baixo.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. O município já realiza a seleção das crianças para a entrada nas Creches Municipais, através da COPACC – Comissão para Análise de Cadastros das Creches, Resolução SME n.º 13 de 11 de novembro de 2016. Um dos parâmetros utilizados é a avaliação da renda per capita das famílias cadastradas. O município atendeu em 2018, um total de 415 crianças de 0 a 3 anos. As creches particulares atenderam em 2018, 186 crianças de 0 a 3 anos. Portanto, a diferença de atendimento da rede pública para a rede particular é de 123%.

- **Estratégia 1.3:** *Realizar, anualmente, em parceria com as Secretarias Municipais de Saúde e Assistência Social, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia concluída. As Creches e escolas municipais têm essa parceria com a Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social. Anualmente são coletadas informações referentes ao número de crianças de 0 a 3 anos existentes no município, através do cadastramento anual, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta.

As escolas particulares não trabalham em parceria com as referidas secretarias para levantamento da demanda por creches para a população de até 3 (três) anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta.

Solicitar do COMEC que acompanhe e estimule esta parceria e forneça os dados pertinentes.



- **Estratégia 1.4:** *Aperfeiçoar o cadastro anual, a partir da vigência deste PME, para crianças em idade correspondente à educação infantil, a fim de organizar a oferta de vagas existentes em escolas e creches públicas municipais, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. Foi criada uma planilha dinâmica para facilitar e agilizar o atendimento. O cadastramento é realizado, online, pelos servidores da SME que ficam de plantão no período do cadastramento, desde 2014. É organizada uma estrutura com equipamentos e profissionais treinados para atender as famílias.

Para que todos tenham acesso às informações referentes ao cadastro, a SEMED desenvolve estratégias de comunicação para divulgar amplamente o cadastramento, sendo eles:

- Site da Prefeitura Municipal de Congonhas;
- Portal da Educação;
- Facebook (compartilhamento pessoal das informações do portal e site);
- Divulgação nas quatro rádios da cidade (Educativa FM 97.5, Congonhas AM 1020, Colonial FM 104.7, Cidade Comunitária FM 98.5
- Entrevistas e participação dos profissionais da SME nas emissoras de rádios locais;
- Cartazes afixados em todas as escolas municipais;
- Panfletos para os alunos encaminharem aos familiares.

- **Estratégia 1.5:** *Buscar, em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade, verbas provenientes do programa nacional de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. Todas as 02 (duas) creches municipais em funcionamento foram construídas, respeitadas as normas de acessibilidade. Foram adquiridos materiais pedagógicos e livros

literários, visando à melhoria do atendimento das escolas públicas aos alunos com recursos próprios e oriundos do Programa Brasil Carinhoso. Foram construídas, ainda, duas novas creches, com recursos provenientes do Programa Proinfância, e uma escola municipal com recursos do Governo Federal, ambas respeitando as normas de acessibilidade.



Quanto às escolas municipais foram realizadas adequações como: construção de rampas, diminuição de pequenas elevações entre ambientes (sala e corredor), colocação de sinalizadores para orientação de locomoção dentro do prédio, através de recursos próprios e com recursos da Escola Acessível.

Importante ressaltar, ainda a necessidade de maior disponibilização de recursos por parte do Governo Federal para a aquisição de equipamentos, construção, reestruturação, expansão e melhoria da rede física.

- **Estratégia 1.5.1:** *Realizar, com recursos do município ou em parceria com o Estado e/ou União, nas escolas públicas de educação infantil, a adequação do espaço físico, respeitando as normas de acessibilidade e especificidades dessa faixa etária, até o quinto ano de vigência deste PME. Além de garantir que as novas construções sejam adequadas às especificidades do público infantil, de acordo com os Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil, e às normas de acessibilidade, bem como ao conceito de escola sustentável, definido pela Resolução CD/FNDE nº. 18, de 21 de maio de 2013, do Ministério da Educação.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. A adequação dos espaços físicos é feita por uma empresa licitada e contratada pelo executivo municipal. Mas ainda é necessário disponibilizar mais recursos por parte do Governo Federal para adequação dos espaços físicos visto que, a maioria dos prédios são antigos com dificuldade de adaptações conforme prevê legislação atual.

Quanto a novas construções foram feitas uma Creche municipal (2012) e uma escola (2017) com recursos próprios. Outras três Creches foram construídas com recursos da União. Destas, uma está em funcionamento desde 2014 e

duas serão inauguradas em 2019, cumprindo, assim, a estratégia de efetuar novas construções adequadas às especificidades do público infantil.



- Estratégia 1.6: *Avaliar e acompanhar a execução, por meio do Colegiado e com a participação da Comunidade Escolar, o Plano de Indicadores da Qualidade da Educação Infantil, com base em Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes, realizando o monitoramento anualmente.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. Em 2014, todas as escolas municipais de Educação Infantil realizaram o diagnóstico utilizando os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil. A partir desta avaliação a equipe administrativa e pedagógica das escolas, juntamente com a comunidade de pais, elaboraram os Planos de monitoramento que possibilitaram melhorias em vários aspectos. O monitoramento possibilitou avanços e também ainda apresenta desafios.

Somente as creches, a partir de 2017, fizeram o monitoramento dos Indicadores de Qualidade da Educação Infantil - IQEI. Precisa-se dar prosseguimento ao monitoramento dos IQEI também nas escolas que atendem a pré-escola.

Das escolas particulares existentes no município 28% acompanham a execução do Plano de Indicadores da Qualidade da Educação Infantil, com base em Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil.

- Estratégia 1.7: *Promover e garantir a formação continuada dos (as) profissionais da educação infantil no Município.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. Os profissionais da Educação Infantil participam de Formação Continuada oferecida pela Secretaria Municipal de Educação. Todos os momentos de formação acontecem fora do horário de trabalho dos professores. Em 2016, houve o monitoramento e continuamos fomentando os conhecimentos e saberes adquiridos no processo de formação oferecido aos profissionais da Educação

Infantil. Em 2017 e 2018 a Secretaria Municipal de Educação viabilizou formação de professores através da parceria com o Sistema Positivo de Ensino e, também, participou do Programa PNAIC – Pacto Nacional da Idade Certa na Educação Infantil, oferecido pelo Governo Federal, com formação específica aos professores da Educação Infantil.

A Secretaria Municipal da Educação estimula e valoriza o profissional que também busca, de forma autônoma, sua formação continuada.

Das escolas particulares existentes no município 85%, promovem a formação continuada de seus professores de Educação Infantil.

- Estratégia 1.7.1: *Buscar parceria com o Estado e/ou União a fim de desenvolver programas de formação continuada para os professores da educação infantil.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. Em 2017 e 2018 através do PNAIC – Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa, os professores de Educação Infantil participaram da formação com o Projeto “Leitura e Escrita na Educação Infantil”, uma parceria firmada entre MEC/SEB/COEDI, UFMG, UFRJ e UNIRIO.

A Secretaria Municipal de Educação também está atenta às formações continuadas oferecidas aos municípios que possuem Creches do Programa ProInfância, uma vez que, Congonhas foi contemplada com duas Creches a serem inauguradas em 2019.

- Estratégia 1.8: *Buscar parcerias com Fórum Mineiro de Educação Infantil, municípios e instituições de ensino superior para realização de Fóruns Regionais da Educação Infantil, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de estudos e reflexões ligadas ao processo de ensino aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia não realizada. Na busca de parcerias com os municípios próximos, estabelecemos um processo na formação de um Fórum que abrangesse as cidades vizinhas. Foram tomadas algumas atitudes iniciais para sensibilizar os Secretários municipais com o objetivo de fortalecer a discussão das questões regionais. Para efetivação de um Fórum é

primordial o engajamento de todos os gestores municipais da Educação. Enquanto não se efetiva o Fórum regional, o município de Congonhas participa efetivamente das discussões do FORUMEI - Fórum Mineiro de Educação Infantil que acontece na cidade de Belo Horizonte.



- Estratégia 1.9: *Criar condições para garantir a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos (às) alunos (as) de 0 (zero) a 5 (cinco) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, ofertando educação bilíngue, em língua brasileira de sinais LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, aos (as) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva em escolas de educação infantil e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, e dos art. 24 e 30 da convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, bem como a adoção do sistema Braille de leitura para cegos e surdos cegos.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. O Município possui o Núcleo de Apoio Educacional que atende às crianças da Rede Municipal. Os alunos da Educação Infantil contam com atendimentos com fonoaudiólogos, psicólogos, terapeutas ocupacionais, psicopedagogos e assistentes sociais. Além dos profissionais do Núcleo de Apoio Educacional da SEMED as crianças contam com o suporte dos professores de apoio, salas e profissionais que atuam nas escolas.

Das escolas particulares 28% oferecem atendimento especializado, complementares e suplementares aos seus alunos. As demais escolas justificam que não oferecem o atendimento especializado, pois não possuem alunos com essa demanda.

- Estratégia 1.10: *Criar, ampliar e manter parcerias entre as áreas de educação, saúde e assistência social, para orientação e apoio às famílias, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 5 (cinco) anos de idade.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. Além do importante trabalho desenvolvido pelo Núcleo Psicopedagógico, existe uma parceria com

a Secretaria Municipal de Saúde através das Unidades Básicas de saúde – UBS existentes nos bairros as quais acompanham os alunos em assuntos ligados a: orientação de escovação, aplicação de flúor, pesagem, medição, monitoramento de cartão de vacinas, orientação aos profissionais sobre higiene e primeiros cuidados com as crianças, etc. O mesmo ocorre apenas nas escolas municipais.

Das escolas particulares existentes no município 57% mantem parcerias entre as áreas de educação, saúde e assistência social, para orientação e apoio às famílias, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 5 (cinco) anos de idade.

- Estratégia 1.11: *Preservar, por meio da fiscalização do Conselho Municipal de Educação, as especificidades da educação infantil na organização da rede escolar privada e municipal. E ao Setor de Inspeção da SME caberá a organização da rede escolar pública, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do (a) aluno (a) de 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em concluída. Existe um Conselho Municipal de Educação que prima pela fiscalização nas escolas municipais e privadas quanto à garantia da qualidade do trabalho pedagógico respeitando as especificidades da educação infantil, conforme orientações da BNCC – Base Nacional Comum Curricular, homologada em 12 de dezembro de 2017 e também a garantia do atendimento com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do (a) aluno (a) de 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental, respeitando o novo corte etário de 31 de março.

- Estratégia 1.12: *Dar continuidade ao acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em cumprimento à Lei 12.796, de 4 de abril de 2013, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia concluída. A Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, que altera a LDB n.º 9394/96, estabelece que as crianças com 4 anos devem estar matriculadas na Educação Infantil. O que significa que a Educação Infantil passa a fazer parte da Educação Básica, portanto cumprimos:

- Frequência - A criança deverá frequentar 60% do total de horas. Todas as escolas de Educação Infantil fazem o controle de frequência das crianças diariamente. Em caso de infrequência, imediatamente a família é procurada pela escola. Se a escola não conseguir que a criança retome suas atividades escolares o Conselho Tutelar é comunicado através de ofício, e o mesmo toma as medidas cabíveis específicos a cada caso.
- Calendário escolar – A carga horária mínima de 800 horas e no mínimo 200 dias letivos é cumprida rigorosamente, conforme calendário escolar.
- Período – O atendimento nas escolas em período parcial é de 4 horas e 20 minutos e o período integral é de 10 horas.
- Avaliação - Nas escolas da Rede de Ensino de Congonhas a criança de 4 e 5 anos é avaliada a partir do Instrumento de Acompanhamento das Aprendizagens na Educação Infantil, trimestralmente. O instrumento é utilizado pelo professor com a intenção de acompanhar o desenvolvimento da criança, sem a possibilidade de retenção na Educação Infantil, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental.

Para o acompanhamento das crianças nas Creches municipais de Congonhas, há um processo de avaliação a partir de relatórios descritivos de cada criança. Os mesmos são elaborados trimestralmente e descrevem o desenvolvimento de cada criança em seus aspectos físicos, sociais e cognitivos.

- Documentação - Para atestar os processos de aprendizagem e desenvolvimento da criança na Educação Infantil, utiliza-se o *Acompanhamento das Aprendizagens na Educação Infantil*.

- Estratégia 1.13: *Estabelecer parcerias com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, principalmente, as crianças em risco social, preservando o direito de opção da família em relação ao*

cadastramento das crianças de até 3 (três) anos independente de zoneamento, e de crianças em idade correspondente à educação infantil.

Análise – Equipe Técnica: Estratégia concluída. As escolas municipais têm parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal Desenvolvimento e Assistência Social, Centro de Referência Especializado de Assistência Social, e Conselho Tutelar, principalmente em relação às crianças em risco social. Esses órgãos públicos sempre que necessitam de vagas para as crianças que se encontram em vulnerabilidade social, encaminham para a Secretaria Municipal da Educação relatórios com solicitações de vagas. Sempre que possível, a Secretaria Municipal da Educação atende às solicitações recebidas, analisando as especificidades contidas nos relatórios / solicitações.

- Estratégia 1.14: *Divulgar, a cada ano, o levantamento da demanda manifesta por educação infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento da rede municipal e informar anualmente demanda oferta de vagas.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. A Secretaria Municipal de Educação realiza, anualmente, o cadastramento escolar para levantamento dos dados e informações referentes à procura e oferta de vagas para a Educação Infantil. O cadastramento municipal tem como finalidade subsidiar a elaboração de análises, diagnósticos, planejamento do possível atendimento às crianças da Educação Infantil com qualidade.

Para melhorar a divulgação da demanda manifesta e oferta de vagas da Educação Infantil em Creches e Pré Escola, a SEMED divulgará em diferentes tipos de mídias, de forma que a divulgação atinja a toda a comunidade.

- Estratégia 1.15: *Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. Considerando a faixa etária de 4 e 5 anos, temos 23 escolas, dessas 6 escolas atendem em Tempo Integral, correspondendo a 26,08% de atendimento. O município atende em

2018 1.210 crianças de 4 e 5 anos, dessas 170 crianças são atendidas em Tempo Integral, que corresponde a 14% do total de crianças.

Considerando a faixa etária de 0 a 3 anos temos 04 escolas, dessas 02 atendem em Tempo Integral, correspondendo a 50% das instituições. A Rede de Ensino Municipal atende 415 crianças de 0 a 3 anos, dessas 190 crianças são atendidas em Tempo Integral, correspondendo a 46% de atendimento.

Portanto, dos 1.625 alunos da Educação Infantil, 360 estão no Tempo Integral, correspondendo a 22% de atendimento e 25% das escolas públicas de Educação Infantil atendem em Tempo Integral.

1.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cumprimento da “Meta” da Educação Infantil e suas estratégias envolvem, primordialmente, o esforço do governo municipal e das instituições privadas de ensino, no entanto, somente será atingida com a efetiva contribuição das esferas estadual e federal. Financiamento, apoio técnico, diretrizes gerais, formação de professores, entre outros, são fatores imprescindíveis para a educação infantil, os quais não dependem, em grande parte, dos municípios. Portanto, o governo federal e estadual precisa ter compromisso com os governos municipais.

Percebe-se, pelo cumprimento da grande maioria das estratégias, que o município de Congonhas trata as questões da Educação Infantil com seriedade e compromisso. Considerando que a educação está em constante transformação, temos a consciência de que o trabalho desenvolvido é dinâmico e desafiador. Necessitamos estar sempre atentos ao monitoramento efetivo das metas a serem cumpridas, para continuar avançando sem perder o foco no desenvolvimento de uma educação de qualidade especialmente, no atendimento às crianças que necessitam dessa modalidade de ensino, tão importante na fase inicial de suas vidas no processo educativo.



Meta 02

.....

Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluem essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.

.....

2. META 02



2.1. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO

Andrea Maria Gomes;
Ângela Maria Avelar da Silva;
Celeste Cordeiro;
Ester Santana da Conceição Cordeiro;
Rosilene Pereira Sousa Junqueira;
Tânia Dâmaso;
Thiago Welerson Santos Leão;
Vanete Cristina Silva.

2.2. ORGANIZAÇÃO E METODOLOGIA DO MONITORAMENTO

A Meta 2 do PNE apresenta dois objetivos, que são garantir o acesso ao Ensino Fundamental (EF) de nove anos para toda a população de 6 a 14 anos de idade e a conclusão desta etapa na idade recomendada para, pelo menos, 95% dos alunos. Para atingir essas metas, foram definidas 12 estratégias, que vão da política de busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola até a criação de mecanismos para o acompanhamento individualizado dos alunos do Ensino Fundamental.

Essas metas visam garantir os direitos educativos já previstos pela legislação, como o art. 208 da Constituição Federal de 1988 (CF) e o artigo 4º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB). No que se refere ao EF, vale registrar duas importantes alterações da LDB que foram consideradas no PME: o ingresso no EF a partir dos seis anos de idade, garantindo pela Lei nº 11.114, de 16 de maio de 2005, e a duração mínima de nove anos, estabelecida pela Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006.

No presente texto, busca-se contextualizar a situação atual e a trajetória do acesso ao EF pela população de 6 a 14 anos de idade. Essas questões são analisadas com base em dois indicadores:

- Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta a escola (taxa de frequência escolar) – Indicador 2A;

- E percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído – Indicador 2B e 2C.



Os dois indicadores se complementam para avaliar a situação do acesso e da conclusão do EF na idade recomendada. O Indicador 2A mede a universalização do acesso à escola da população de 6 a 14 anos, independente da etapa de ensino em que o estudante esteja matriculado. O Indicador 2B e 2C mostra, por sua vez, a taxa de conclusão do EF na idade recomendada.

Enquanto o Indicador 2A aponta os desafios em termos de acesso à escola, o 2B e 2C depende de muitos fatores, como o próprio acesso dessa população à escola na idade recomendada e as taxas de rendimento e fluxo escolar – que consideram reprovação, abandono e evasão.

A base de dados utilizada para o cálculo dos dois indicadores foi INEP, IBGE e QEDu/INEP.

- **Indicador 2A:** Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta a escola.

Tabela 2A: Número de alunos matriculados

N.º de Alunos Matriculados								
ANOS	2014		2015		2016		2017	
	Anos Iniciais	Anos finais	Anos Iniciais	Anos finais	Anos Iniciais	Anos finais	Anos Iniciais	Anos finais
6 a 10 anos	3.522	41	3.610	42	3.525	69	3.627	25
11 a 14 anos	217	2.833	213	2.706	220	2.614	234	2.631
Total	3.739	2.874	3.823	2.748	3.745	2.683	3861	2.656
Total Geral	6.613		6.571		6.428		6.517	

Fonte: INEP - Sinopse Censo Educação Básica 2016 / Guias 1.30 e 1.40.

Fonte dados 2017: Censo Escolar/2017.



Tabela 2B: Número de residentes por faixa etária

Cálculo para todos os anos	
População residente Censo 2010	N.º Pessoas
6 anos	575
7 a 14 anos	6.228
Total	6.803

Fonte: Censo 2010

<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/mg/congonhas/pesquisa/23/26170?detalhes=true>

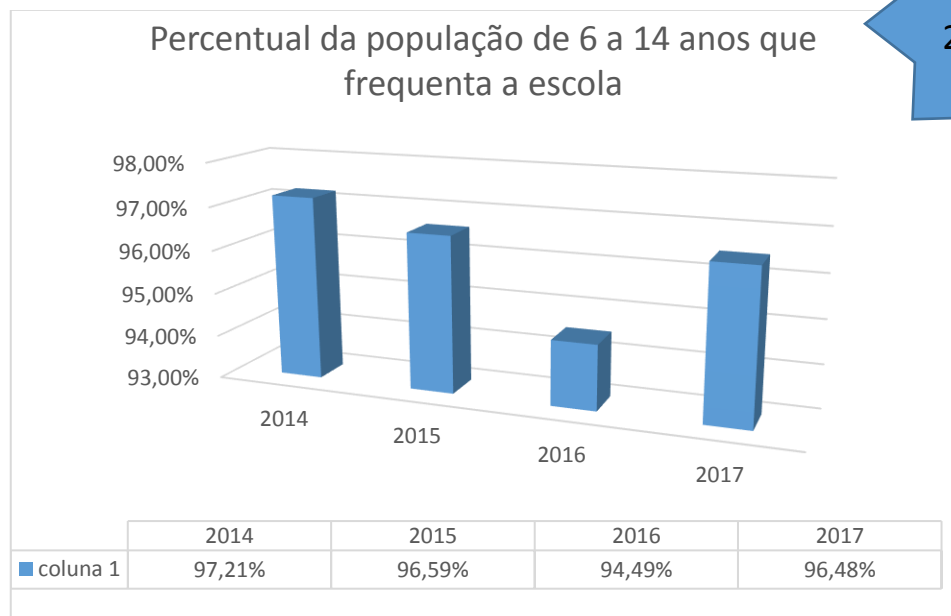
Tabela 2C: Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta a escola

Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta a escola							
2014		2015		2016		2017	
6.803	100%	6.803	100%	6.803	100%	6.968	100%
6.613	x	6.571	x	6.428	X	6.703	x
x =	97,21%	x =	96,59%	x =	94,49%	X=	96,48%

Fonte: Cálculo referente a tabela 2A e 2B

Fonte dados 2017: Censo Escolar/2017.

Gráfico 2 A



Fonte: Cálculo referente a tabela 2C

Conforme pode ser observado no Gráfico 2A, a redução do acesso à escola da população de 6 a 14 anos ocorrida no período entre 2014 e 2016 se deu devido a redução da taxa de emprego, proveniente de mineradoras e população flutuante. Em 2017, houve elevação de 1,99%, da população de 6 a 14 anos que frequenta a escola, indo de 94,49% para 96,48%.



- **Indicador 2B e 2C:** Percentual de alunos que concluíram na idade certa e Taxa de distorção idade-série - Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental

Tabela 2D: Taxa de Distorção

Taxa de Distorção - Rede Pública e Privadas			
Ano	Distorção Idade-Série		
	Anos Iniciais	Anos Finais	Ensino Médio
2014	7,60%	25,75%	29,00%
2015	7,00%	27,50%	28,00%
2016	6,00%	25,00%	32,00%
2017	6,00%	22,00%	28,00%

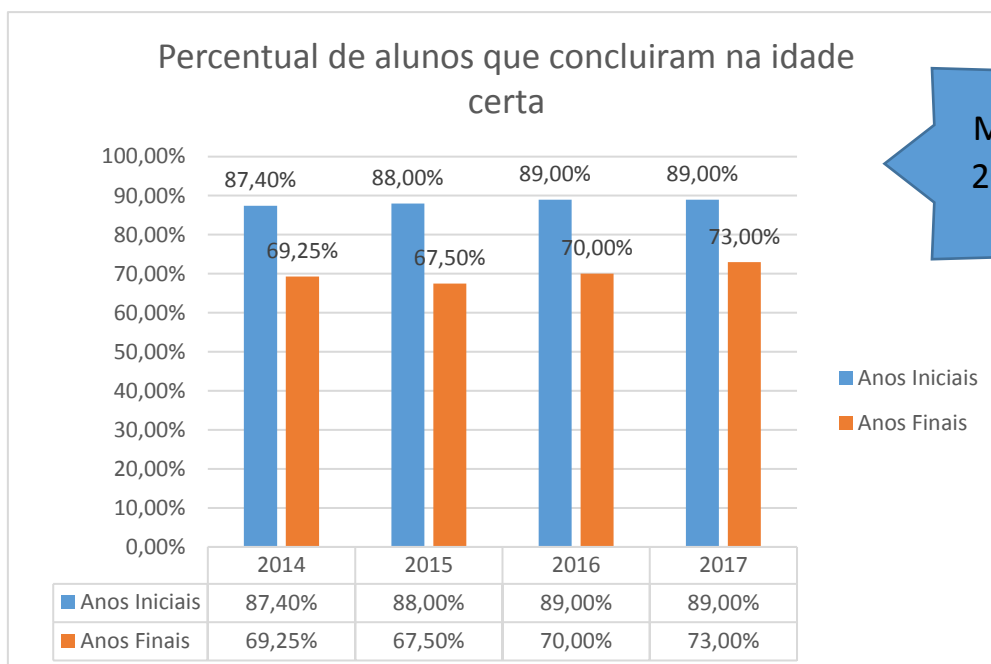
Fonte: Qedu/Inep - http://www.qedu.org.br/cidade/1311-congonhas/distorcao-idade-serie?dependence=0&localization=0&stageId=initial_years&year=2015

Tabela 2E: Taxa de Distorção Anos Iniciais e Anos Finais

Indicadores 2B - Percentual de alunos que concluíram na idade certa e Taxa de distorção idade-série -Anos Iniciais				
Meta prevista (concluído na idade certa)	2014	2015	2016	2017
	95%	95%	95%	95%
Meta executada no período	87,40%	88,00%	89%	89%
Taxa distorção idade-série	7,60%	7,00%	6,00%	6,00%
Indicadores 2C - Percentual de alunos que concluíram na idade certa e Taxa de distorção idade-série- Anos Finais				
Meta prevista (concluído na idade certa)	2014	2015	2016	2017
	95%	95%	95%	95%
Meta executada no período	69,25%	67,50%	70%	73%
Taxa distorção idade-série	25,75%	27,50%	25%	22%

Fonte: Cálculo referente a tabela 2D

Gráfico 2B



**META até
2024:95%**

Fonte: Cálculo referente a tabela 2E

A análise do Indicador 2B e 2C, que mede o percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o EF concluído, permite avaliar a situação do nível de acesso, permanência e conclusão na idade recomendada dessa etapa do ensino. Quanto maior o nível de acesso na idade recomendada e melhores as taxas de rendimento (taxas de aprovação, reprovação e abandono) e fluxo escolar (taxas de promoção, repetência e evasão), maior tende a ser a conclusão do EF na idade recomendada.

Para entender a utilização da idade de 16 anos como referência para o indicador, é preciso considerar dois aspectos: a idade do morador na data de referência na PNAD e o mês de ingresso dos alunos no EF. A Resolução do CNE nº 6, de 20 de outubro de 2010, define que para o ingresso no primeiro ano do EF a criança deverá ter a idade de seis anos completos até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula. Com isso, as crianças que completarem seis anos após essa data, podem concluir o EF na idade recomendada aos 15 anos. Contudo, como a data de referência da PNAD é setembro, os alunos com 15 anos ainda estariam matriculados no último ano do EF, mesmo cursando todo o EF na idade recomendada. Assim, ao levar

em conta a variável idade do morador na data de referência de 16 anos, as duas questões estarão consideradas.

Conforme pode ser observado nos indicadores há um desafio pois, o percentual de alunos que concluem esta etapa na idade recomendada encontra-se abaixo da meta estabelecida para 2024.

Em 2016 e 2017, conforme aponta o indicador 2B nos anos iniciais, 89% dos alunos concluíram esta etapa na idade certa, sendo 6% a taxa de distorção idade/série. Nos anos finais, no indicador 2C o desafio é maior, visto que em 2016, 70% dos alunos concluíram o ensino no tempo previsto, com a taxa de 25% de distorção. Em 2017 nos anos finais, 73% dos alunos concluíram esta etapa na idade certa, sendo 22% a taxa de distorção idade/série.

No comparativo 2016 a 2017, mantivemos o índice na redução na taxa de distorção dos anos iniciais de 1% e nos anos finais uma redução de 2,5% para 3,0%.

No percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta a escola – indicador 2 A, obtivemos 94,49% em 2016; enquanto a meta prevista era 100%, portanto 5,04% de crianças e adolescentes encontrava-se fora da escola.

No ano de 2017, houve elevação de 1,99%, da população de 6 a 14 anos que frequenta a escola, indo de 94,49% para 96,48%.

Apesar de o Município estar abaixo da meta estabelecida no Plano Municipal de Educação, percebe-se uma melhoria no percentual dos alunos que concluíram a escolaridade na idade recomendada, diminuindo dessa forma a taxa de distorção idade/série nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental.

2.3. QUADRO SÍNTESE

As Fichas de monitoramento da meta estão disponíveis no **Anexo B** – Equipes Técnicas e Comissão Coordenadora e **Anexo C** – Indicadores: metas previstas e executadas.

2.4. AVALIAÇÃO DA META E ESTRATÉGIAS



- **Estratégia 2.1:** *Elaborar a proposta pedagógica do município, em consenso com os profissionais da educação e com a participação de todos os professores da educação infantil e ensino fundamental, por meio de um fórum municipal, e encaminhá-la ao Conselho Municipal de Educação e Superintendência Regional de Ensino.*

Análise da Equipe Técnica: Estratégia concluída. Proposta Política Pedagógica foi elaborada através de debates entre os profissionais da Educação, atendendo-se a representatividade dos diversos segmentos, respeitando as diversidades culturais locais, e especificidades educacionais do município. Cada Escola Municipal em suas particularidades tomou posse do documento após os mesmos terem sido aprovados pelo COMEC- Conselho Municipal de Educação conforme ofício COMEC n.º 070/2012.

- **Estratégia 2.2:** *Implantar os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional curricular do ensino fundamental em consonância com § 5º do art. 7º da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.*

Análise da Equipe Técnica: Estratégia concluída. Os Direitos e os objetivos da aprendizagem, foram implementados através da adesão do Município ao PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa) *Diário Oficial da União- Portaria 1458 de 14/12/2012*, e os mesmos se configuram em consonância Com o § 5º do art. 7º da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, embasados na Base Nacional Comum Curricular BNCC, que cumpre a atribuição da proposta, de consolidar os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os alunos da Educação Básica, pactuada com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Programas Federais - Mais Alfabetização. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Base Nacional Comum Curricular Homologada que cumpre os direitos de aprendizagem e desenvolvimento para os alunos da Educação Básica. Art. 208 da Constituição Federal de 1988 (CF) e o artigo 4º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB). O ingresso no EF a partir dos seis anos

de idade, garantindo pela Lei nº 11.114, de 16 de maio de 2005, e a duração mínima de nove anos, estabelecida pela Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006.



- **Estratégia 2.3:** Criar mecanismos para o acompanhamento individualizado, com apoio de especialistas, para alunos (as) do ensino fundamental.

Análise da Equipe Técnica: Estratégia concluída. No Município os mecanismos para acompanhamento individualizado são embasados nos Regimentos Escolares e na LDB. São executados através do monitoramento dos conteúdos em defasagem, ao longo do ano letivo, recuperação paralela e contínua, acompanhamento às classes através de especialistas, apoio de especialistas nas escolas.

As escolas do município possuem atendimento individualizado. Rede Municipal: Núcleo de Apoio Educacional / Atendimentos especializados. Professores de Apoio e Recuperadores. Capacitação para profissionais da Educação oferecida pela SEMED.

- **Estratégia 2.4:** *Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos (as) alunos (as), em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.*

Análise da Equipe Técnica: Estratégia concluída. Aproveitamento escolar dos benefícios dos programas de transferência, acontecem no município de acordo com a Lei 10.886/2004. Atendimento variável: 1.500 bolsas (Média estatística) de acordo com a renda familiar. Rede Pública: Bolsa Família, Programa Novo Mais Educação. Acompanhamento pelo Censo Escolar. Parcerias com CERPAI – Centro de Referência Psicossocial da Adolescência e Infância, Conselho Tutelar, CRAS – Centro de Referência e Assistência Social. Rede Municipal: Núcleo de Apoio Educacional, GRIER – Grupo de

Referência Étnicorracial, PESC – Programa de Educação Sexualidade e Cidadania.



- **Estratégia 2.5:** *Promover e viabilizar mecanismos para a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com a família e órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.*

Análise da Equipe Técnica: Estratégia em andamento. Há a mobilização pela permanência do aluno e prosseguimento nos estudos. Inicia-se dentro das escolas do município, com a equipe gestora, pedagogos e Professores (as).

Nas escolas municipais, existem o Programa de Assistência ao Educando como Assistência Social e Saúde e, conjuntamente com as às escolas particulares e estaduais, o Conselho Tutelar, Juiz da Infância e Juventude e Ministério Público, os quais realizam um trabalho conjunto na busca da inserção desses alunos ao ambiente escolar, amparados pelo ECA - *Estatuto da Criança e do Adolescente Art. 249- Código Penal Brasileiro 246/ Constituição Federal Art. 208 Parágrafo 3º / 1988.*

- **Estratégia 2.6:** *Potencializar tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial, das escolas do campo e das comunidades indígenas e quilombolas.*

Análise da Equipe Técnica: Estratégia em andamento. As escolas do município possuem os Laboratórios de Informática, mesas educacionais, com 80% de atendimento segundo Diagnóstico de Referência de conexão Banda Larga. As atividades pedagógicas ocorrem e atendem de acordo com os horários e Planos de Cursos dos profissionais. Os usos das tecnologias Educacionais são aplicados efetivamente, durante os atendimentos nas Salas Recurso- AEE Atendimentos Educacionais Especializados.

Obs.: No município não consta comunidades indígenas ou quilombolas.

- **Estratégia 2.7:** Organizar e disciplinar, no âmbito dos sistemas de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região.



Análise da Equipe Técnica: Estratégia concluída. No ambiente do sistema de ensino, no município, há a flexibilidade de trabalhos pedagógicos, incluindo a adequação do calendário, e de acordo com a nossa realidade, registramos:

- ✓ Festividades regionais,
- ✓ Valorização da Cultura local,
- ✓ Festas da Cultura popular:

Congado, Folia de Reis, eventos como festival da quitanda, o Jubileu de Congonhas; além do desenvolvimento de projetos educacionais com temas específicos da SEMED, a cada ano letivo.

- **Estratégia 2.8:** Promover, ampliar e viabilizar a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos (as) alunos (as) dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural.

Análise da Equipe Técnica: Estratégia concluída. A viabilização de relação das escolas municipais com instituições e movimentos culturais acontecem em parceria com o Museu, Biblioteca Pública, Grupos de teatros locais, Projeto Arte na Escola da SEMED, com a oferta de aulas de música, banda marcial, banda sinfônica, orquestra juvenil, orquestra sinfônica, corais, atividades manuais, desenho, artes cênicas, teatro, pinturas de tela e tecido, biscuit, entre outros.

As atividades das escolas particulares e estaduais, em se tratando de movimentos culturais, o município oferece para todas as instituições, atendimentos nas Bibliotecas Públicas Comunitárias, acesso a todo Patrimônio Artístico e Cultural; inscrições as oficinas do Festival de Inverno, participação da FLIC (Festa Literária de Congonhas) aulas de músicas e artes específicas, Cinema Comentado, Eventos Culturais realizados na Casa do Professor, dentre outros. São desenvolvidos diversos programas e projetos culturais em todas as instâncias de ensino, durante o ano escolar.

Projeto Político Pedagógico. Planejamento Anual com o objetivo da escola ser um espaço de criação e difusão cultural. Ações por meio das Bibliotecas Públicas e Escolares. Eventos Culturais, acesso ao patrimônio artístico e cultural, Projeto Arte na Escola. Parcerias com Museu, grupos de teatro e grupos de cultura (locais), Secretaria de Cultura, Instituições Privadas.



- **Estratégia 2.9:** *Criar estratégias para ampliar a participação e o comprometimento dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias.*

Análise da Equipe Técnica: Estratégia concluída. No município as estratégias são criadas de ano a ano. As relações entre escolas, filhos e comunidade escolar, nas escolas do município, acontecem através da Secretaria Municipal de Educação, e em casos específicos são atendidas e acompanhadas pela Assistência do Núcleo de Apoio Educacional, Assistência Social, Psicologia e Psicopedagogia; além da equipe da escola através das Especialistas em Educação – Pedagogo - Coordenações Pedagógicas. Já nas Escolas Estaduais e Particulares, o município oferece: atendimentos específicos na Clínica da Criança e CERPAI - Centro Psíquico da Infância e Adolescência, uma vez que as instituições têm autonomia na busca da prestação de serviços, o mesmo acontece com as famílias.

- **Estratégia 2.10:** *Desenvolver formas alternativas de oferta do ensino fundamental, garantida a qualidade, para atender aos filhos e filhas de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante.*

Análise da Equipe Técnica: Estratégia concluída. O atendimento a filhos e filhas de profissionais que se dedicam às atividades de caráter itinerante têm atendimento garantido em sua totalidade, em todas as escolas do município.

- **Estratégia 2.11:** *Implementar atividades extracurriculares de incentivo aos (às) estudantes e de estímulo a habilidades, inclusive mediante certames e concursos oferecidos pelos governos municipais, estaduais e federais.*



Análise da Equipe Técnica: Estratégia concluída. As atividades são trabalhadas em aulas de reforço, recuperação paralela e contínua, que atende às demandas individuais dos alunos em suas necessidades pedagógicas tendo como objetivo a ampliação das habilidades, incluindo, certames federais, estaduais, concursos municipais: Educação Patrimonial, PROERD, Copa Internacional de Mountain Bike, Olimpíadas de Língua Portuguesa e Matemática, OBMEP, e também Jogos esportivos: JEMC- Jogos Escolares Municipais de Congonhas e JEMG Jogos Estudantis de Minas Gerais com as modalidades: vôlei, futsal, xadrez, JiuJitsu, Handebol, os quais participam todos os alunos da rede estadual e das escolas particulares. O município mantém nas diferentes quadras esportivas dos bairros, as modalidades esportivas, abertas ao público.

O Município oferece escolas com Atividades Complementares de Tempo Integral, proporcionando várias oficinas para estímulo das habilidades.

Os alunos da Rede Pública e Particular participam de Concursos Federais, Estaduais, Municipais e Parcerias com Empresas Privadas ao longo do ano letivo. Incentivo aos alunos pelos profissionais da educação, aulas de reforço, recuperadores, professores com projetos diversificados. Rede Municipal: Arte na Escola, Prêmio Destaque do Ano.

Os concursos oferecidos na esfera estadual e federal, são de livre acesso a todas as instituições educacionais.

- **Estratégia 2.12:** Promover, ampliar e articular atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo municipal, estadual e nacional.

Análise da Equipe Técnica: Estratégia concluída. O Município amplia e articula as atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, valorizam o esporte e lazer em suas diferentes modalidades interligadas em todas as unidades do município, incluindo Atividades Complementares de Tempo integral com oferta oficinas de esporte.

Rede Municipal: Coordenação Específica de Educação Física. Professores capacitados. Projetos de Esporte e Lazer no contraturno (Oficinas Atividades Complementares de Tempo Integral, ampliando a oferta de aulas de

Educação Física). Participam do JEMG - Jogos Estudantis de Minas Gerais e do JEMC- Jogos Escolares do Município de Congonhas, além de atividades diárias nas escolas no desenvolvimento da disciplina de Educação Física.



2.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitas e diversificadas são as ações desenvolvidas na busca da qualidade do ensino fundamental. Os estudos feitos provaram e provam que é possível realizar nas escolas ações e metodologias que visem a melhoria dos resultados escolares como também avaliação do desempenho dos alunos do ensino fundamental, medido através do IDEB, seja por meio de melhor infraestrutura como também na ampliação da oferta de atividades complementares de tempo integral. Oportuno registrar que a qualificação e comprometimento dos professores tem gerado qualidade no processo ensino aprendizagem.

A escola tem sido um dos caminhos na garantia do crescimento do aluno.

De acordo com a com a tabela 2D – Taxa de distorção na rede pública e privada, observa-se que no período de 2014/2015, nos anos iniciais houve uma redução na distorção idade-série e nos anos finais detectamos que resultou no aumento, consequência do desemprego, nas mineradoras as quais ocasionaram mudanças / transferências, o que resultou no aumento desse contingente relacionado aos anos finais do Ensino Fundamental. Já em 2016, houve uma diminuição tanto nos anos iniciais de 7% para 6%, como nos anos finais de 27,50% para 25,00%. Isso aconteceu devido ao comprometimento da educação e todos os envolvidos neste processo.

Em 2016 e 2017, conforme aponta o indicador 2B nos anos iniciais, 89% dos alunos concluíram esta etapa na idade certa, sendo 6% a taxa de distorção idade/série. Nos anos finais, no indicador 2C o desafio é maior, visto que em 2016, 70% dos alunos concluíram o ensino no tempo previsto, com a taxa de

25% de distorção. Em 2017 nos anos finais, 73% dos alunos concluíram esta etapa na idade certa, sendo 22% a taxa de distorção idade/série. No comparativo 2016 a 2017, mantivemos o índice na redução na taxa de distorção dos anos iniciais de 1% e nos anos finais uma redução de 2,5% para 3,0%.

No percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta a escola – indicador 2 A, obtivemos 94,49% em 2016; enquanto a meta prevista era 100%, portanto 5,04% de crianças e adolescentes encontrava-se fora da escola.

No ano de 2017, houve elevação de 1,99%, da população de 6 a 14 anos que frequenta a escola, indo de 94,49% para 96,48%.

Apesar de o Município estar abaixo da meta estabelecida no Plano Municipal de Educação, percebe-se uma melhoria no percentual dos alunos que concluíram a escolaridade na idade recomendada, diminuindo dessa forma a taxa de distorção idade/série nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental.



Meta 03

.....

Universalizar, até 2024, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

.....

3. META 03



3.1. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO

Elias Messias de Souza;
Kátia das Graças Souza Modesto;
Maria Cristina Dias de Melo.

3.2. ORGANIZAÇÃO E METODOLOGIA DO MONITORAMENTO

A Meta 3 assume dois objetivos principais para efetivar o direito à educação e ampliar os níveis de acesso para os jovens entre 15 e 17 anos: elevar o percentual dos que frequentam a escola, de forma a incluir 100% dessa população até o ano de 2016; e aumentar para 85%, até 2024, o total dos jovens cursando o ensino médio (EM), que é o nível considerado adequado para a referida faixa etária.

A consecução dos objetivos da Meta 3 se articula com a melhoria do atendimento e da taxa de conclusão na idade adequada no ensino fundamental, visto que a expansão na cobertura do EM depende da ampliação dos níveis de conclusão da etapa anterior.

A Meta 3 dispõe de 14 estratégias, que envolvem desde ações direcionadas para a ampliação do acesso à escola e para a melhoria na qualidade da educação básica até proposições para a articulação dos entes federados de modo que sejam constituídas políticas públicas intersetoriais. Para subsidiar a compreensão dos desafios colocados pela meta, três questões foram investigadas:

- Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola (indicador 3A);
- Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio indicador 3B)
- Taxa de distorção idade-série - Ensino Médio (indicador 3C).



O percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola (Indicador 3A) permite compreender se os jovens têm acesso a instituições escolares, não considerando a especificidade do nível de ensino no qual o indivíduo está matriculado. Já a taxa líquida de matrículas no ensino médio para a população de 15 a 17 anos (Indicador 3B) informa o percentual de indivíduos nessa faixa etária que frequenta especificamente o EM. A taxa de distorção idade-série (indicador 3C) informa a proporção de alunos com mais de 2 anos de atraso escolar.

Para os dois primeiros indicadores, foram analisados os dados mais recentes e sua trajetória durante a série histórica de 2014 a 2017.

Quanto a distorção idade-série foi analisado os anos 2014, 2015 e 2016, pois não está disponível nas fontes de pesquisa anos mais recentes.

Os indicadores foram calculados com os dados coletados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), INEP - Censo Educação Básica/ Guias 1.5 e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

- **Indicador 3A:** Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola

Tabela 3A

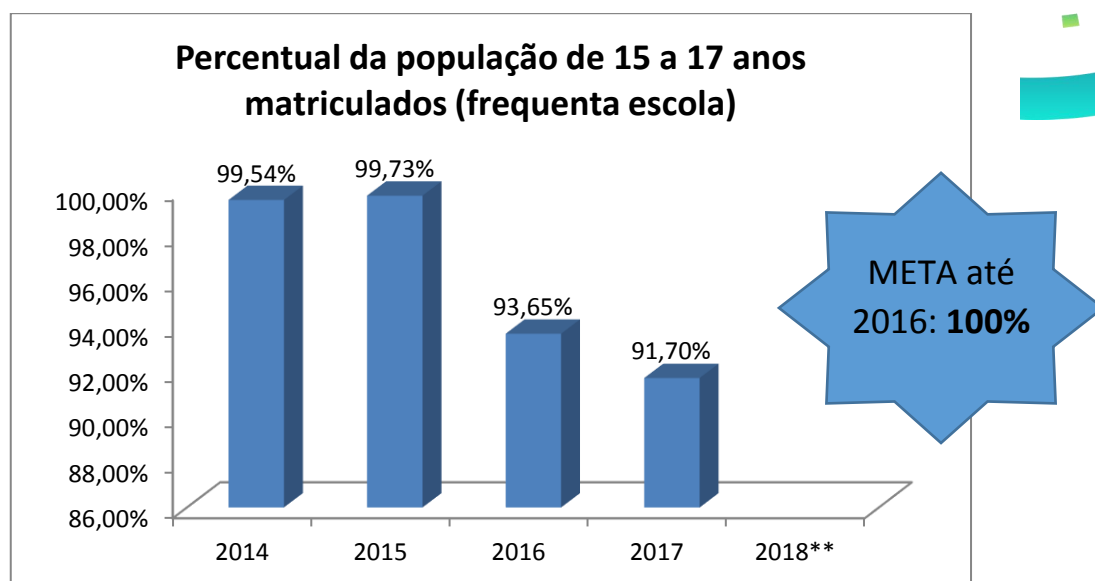
Percentual da população de 15 a 17 anos matriculados (frequenta escola)					
ANO	2014	2015	2016	2017	2018**
15 a 17 anos	2.587	2.592	2.434	2.384	**
%	99,54%	99,73%	93,65%	91,7%	**

Fonte: INEP - Censo Educação Básica 2016 /2017 Guias 1.5.

Dados 2018: ** Dados não computados. Censo Escolar/2018 ainda não finalizado.

Cálculo: % da Pop. = n° total de matrículas na Rede / n° total da população

Gráfico 3A



Fonte: INEP - Censo Educação Básica 2016/2017 / Guias 1.5.

Fonte dados 2018: ** Dados não computados. Censo Escolar/2018 ainda não finalizado.

O percentual de jovens entre 15 e 17 anos de idade que frequentavam a escola no ano de 2014 era de 99,54%. Esse valor reduziu para 93,65%, em 2016, o que contribuiu para um retrocesso de 5,89 pontos percentuais (p.p.), conforme mostra o Gráfico 3A.

Em 2017, o índice reduziu de 93,65% para 91,7% o que representa uma queda de 1,95 pontos percentuais, conforme mostra o gráfico.

Embora acima de 90%, esse percentual não atingiu os patamares necessários para a universalização prevista para 2016 (Gráfico 3A). Os dados registrados em 2016 para o indicador (93,65%) implicam que, nos próximos anos, o crescimento necessário deverá ser de aproximadamente 6p.p., de forma a atingir a universalização do Ensino Médio.

Conforme observado, em 2017 não houve o crescimento esperado e sim um decréscimo da taxa de jovens na faixa etária de jovens de 15 a 17 anos, que frequentam a escola.

Não foi possível coletar dados oficiais de 2018, uma vez que o Censo Escolar ainda não foi finalizado.

- **Indicador 3B:** Taxa de matrícula líquida no Ensino Médio - Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio



Tabela 3B

NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO					
ANO	2014	2015	2016	2017	2018
População de 15 a 17 anos matriculas no EM	1.821	1.773	1.780	1862	**
%	70,07%	68,22%	68,49%	71,60%	**

Fonte: INEP - Censo Educação Básica 2016 / 2017 Guias 1.5

Fonte dados 2018: ** Dados não computados. Censo Escolar/2018 ainda não finalizado.

Cálculo: Taxa Líquida = n.º total de matrículas no Ensino Médio / n.º total da população

Gráfico 3B

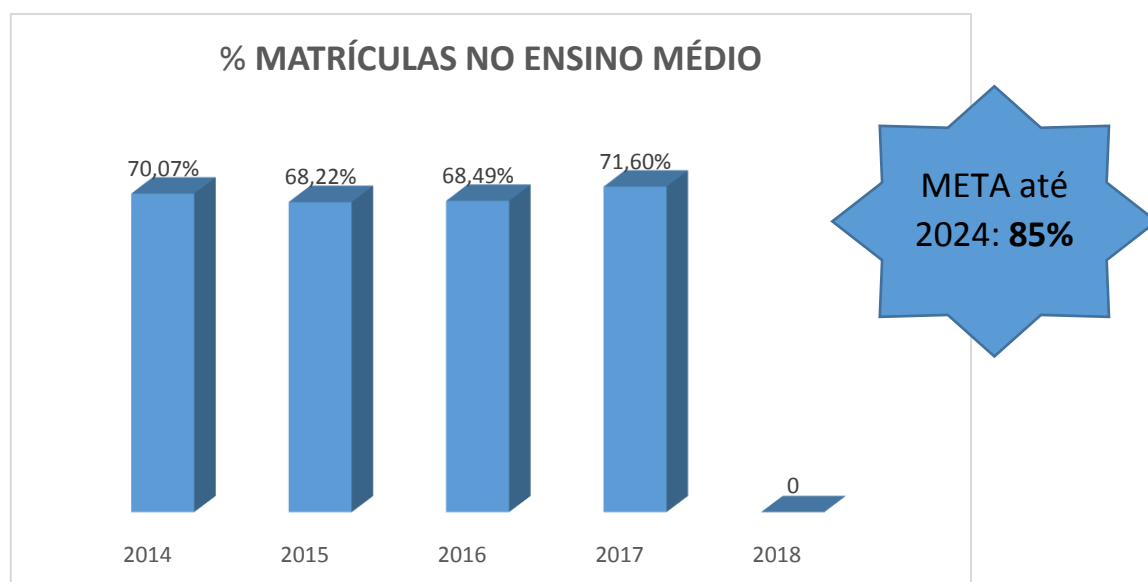


Tabela 3C

População residente Censo 2010	N. Pessoas
15 a 17 anos	2.599
Total	2.599

Fonte: Censo 2010

<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/mg/congonhas/pesquisa/23/26170?detalhes=true>

O segundo objetivo da Meta 3 consiste em garantir que, até o ano de 2024, ao menos 85% dos jovens na faixa etária de 15 a 17 anos estejam frequentando o ensino médio (EM), que corresponde ao nível de ensino considerado adequado para a respectiva idade.



Entre 2014 e 2016, o percentual dessa população que frequentava o EM reduziu de 70,07% para 68,49%, conforme ilustra o gráfico 3B.

Isso decorre da necessidade do ingresso do jovem no trabalho informal deixando estudo para segundo plano.

Em 2017, percebe-se um aumento na taxa de matrículas no Ensino Médio, de jovens na faixa etária considerada, elevando-se de 68,49% em 2016 para 71,60%, conforme gráfico 3 B.

Não foi possível coletar dados oficiais de 2018, uma vez que o Censo Escolar ainda não foi finalizado.

- Indicador 3C: Taxa de distorção idade-série – Ensino Médio

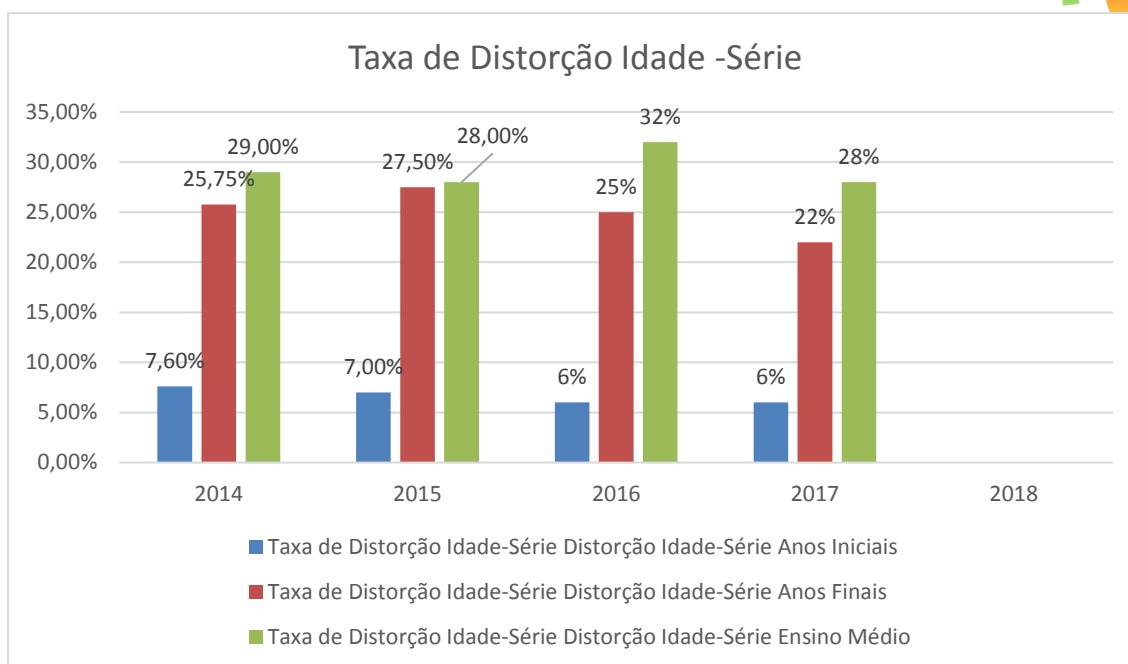
Tabela 3C

Taxa de Distorção Idade-Série			
Ano	Distorção Idade-Série		
	Anos Iniciais	Anos Finais	Ensino Médio
2014	7,60%	25,75%	29,00%
2015	7,00%	27,50%	28,00%
2016	6%	25%	32%
2017	6%	22%	28%
2018**	**	**	**

Fonte: Qedu/Inep - http://www.qedu.org.br/cidade/1311-congonhas/distorcao-idade-serie?dependence=0&localization=0&stageId=initial_years&year=2015

** Cálculo não disponível nas fontes de pesquisa.

Gráfico 3C



Fonte: Qedu/Inep - http://www.qedu.org.br/cidade/1311-congonhas/distorcao-idade-serie?dependence=0&localization=0&stagelId=initial_years&year=2015

** Cálculo não disponível nas fontes de pesquisa.

É necessária uma maior oportunidade de reavaliação e metodologias que estimulem a frequência e maior comprometimento com o ensino, visando empregabilidade.

Analisando os dados de 2015 e 2016, percebe-se que houve um aumento na taxa de distorção de 28% para 32%, todavia em 2017, o índice reduziu em 4 pontos percentuais.

3.3. QUADRO SÍNTESE

As Fichas de monitoramento da meta estão disponíveis no **Anexo B** – Equipes Técnicas e Comissão Coordenadora e **Anexo C** – Indicadores: metas previstas e executadas.

3.4. AVALIAÇÃO DA META E ESTRATÉGIAS



- **Estratégia 3.1:** *Aderir ao Programa Nacional de Renovação do Ensino Médio, a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. Devido à extinção do Programa Nacional de Renovação do Ensino Médio e, não aprovação do Currículo do Ensino Médio, houve um entroncamento nas propostas e práticas pedagógicas, inclusive a aquisição de equipamentos e laboratórios, a expansão do Ensino Médio.

- **Estratégia 3.2:** *Desenvolver a proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os (as) alunos (as) de ensino médio, a serem atingidos nos tempos e etapas de organização desse nível de ensino, com vistas a garantir formação básica comum, elaborada pelo MEC.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. É uma preocupação constante à elaboração e desenvolvimento de objetivos no que tange ao processo de ensino e aprendizagem dos alunos. O Programa poderá ser ampliado com a criação da nova proposta curricular, o que está sendo aguardado.

- **Estratégia 3.3:** *Implantar os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino médio.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. Os direitos de aprendizagem são desenvolvidos nas escolas em consonância com as diretrizes curriculares nacionais da Educação/MEC.



- **Estratégia 3.4:** *Garantir o acesso aos programas e projetos disponibilizados pela União quanto à fruição de bens e espaços culturais, de forma regular, bem como a ampliação da prática desportiva, integrada ao currículo escolar.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia não cumprida. Em 2018, não houve disponibilização de programas e projetos para o Ensino Médio, pela União.

- **Estratégia 3.5:** *Dar continuidade aos programas e ações de correção de fluxo do ensino fundamental, por meio do acompanhamento individualizado do (a) aluno (a) com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como aulas de reforço no contraturno, estudos de recuperação e progressão parcial, de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento, uma vez que foi disponibilizado um maior número de vagas na EJA- anos Iniciais Finais e EJA- Ensino Médio; inclusive no sistema prisional.

- **Estratégia 3.6:** *Definir mecanismos para aplicação das políticas definidas pelo MEC, quanto à universalização do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, e promover sua utilização como instrumento de avaliação sistêmica, para subsidiar políticas públicas para a educação básica, de avaliação certificadora, possibilitando aferição de conhecimentos e habilidades adquiridos dentro e fora da escola, e de avaliação classificatória, como critério de acesso à educação superior.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia não cumprida, em decorrência da extinção do processo de Certificação, pelo MEC.

- **Estratégia 3.7:** Expandir matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, das comunidades indígenas e quilombolas e das pessoas com deficiência.



Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. O IFMG continua com ofertas nas modalidades supracitadas.

- **Estratégia 3.8:** Dar continuidade ao acompanhamento e ao monitoramento do acesso e da permanência dos e das jovens beneficiários (as) de programas de transferência de renda, no ensino médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude.

Análise – Equipe Técnica: Estratégia cumprida. Os benefícios continuam sendo disponibilizados, entre eles: o Programa Federal Bolsa Família e Programas Municipais como Passe Livre Estudantil e PAVE – Programa de Auxílio Viagem ao Estudante, instituídos pela Lei n.º 3.386, de 29 de maio de 2014 e Lei n.º 2.605, de 12/04/2006, Decreto n.º 4.287, de 31 de maio de 2006.

- **Estratégia 3.9:** Criar um instrumento de busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude.

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. Uma iniciativa positiva em relação a esta estratégia foi a implantação de Políticas Públicas para a Erradicação do Trabalho Infantil e, com realização de pesquisa, fiscalização e acompanhamento por parte do Setor Público.

- **Estratégia 3.10:** *Assegurar a implantação de programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo de jovens, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos, e de adultos, com qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia não cumprida. Não houve criação e desenvolvimento de programas de educação e cultura para a população urbana na faixa de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos, e de adultos, com qualificação profissional e social com defasagem no fluxo escolar.

- **Estratégia 3.11:** *Permitir a comparabilidade de resultados do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, articulando-o com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB, e promover a utilização dessa comparabilidade como instrumento de avaliação sistêmica, para subsidiar políticas públicas para a educação básica, de avaliação certificadora, possibilitando aferição de conhecimentos e habilidades adquiridos dentro e fora da escola, e de avaliação classificatória, como critério de acesso à educação superior.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia não cumprida. Extinção do ENEM como instrumento de Certificação do Ensino Médio

- **Estratégia 3.12:** *Implantar metodologias e tecnologias existentes nas formas presenciais e semipresenciais em caráter periódico e extra periódico, para atender aos filhos e filhas de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia cumprida, conforme Parecer nº CNE/CEB nº 14/2011, exemplo; alunos circenses, entre outras.

- **Estratégia 3.13:** Criar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão.



Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. Através de políticas institucionalizadas como também programas e projetos, desenvolvido nas escolas, com o apoio do Ministério Público e em parceria com o município.

- **Estratégia 3.14:** Implantar metodologias para conscientização dos alunos sobre a importância das novas tecnologias no uso cotidiano e no mercado de trabalho.

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. Necessidade de desenvolver conteúdos que focam a importância das tecnologias no cotidiano escolar e a criação do projeto das Startup's no incentivo ao mercado de trabalho.

3.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desafio da universalização no atendimento escolar até 2016, imposto pela Emenda Constitucional nº 59, não ocorreu. Conforme dados coletados, percebe-se que em 2017 não houve aumento esperado para elevação da taxa de universalização do Ensino Médio, entretanto houve um aumento no número de matrículas no Ensino Médio de 68,49% em 2016, para 71,6% em 2017.

Não foi possível coletar dados oficiais de 2018, uma vez que o Censo Escolar ainda não foi finalizado.

A recente melhora das taxas de fluxo escolar no Ensino Fundamental faz aumentar o número de matrículas do Ensino Médio, entretanto o município ainda está a quem dos patamares ideais (100%).

As taxas de evasão no Ensino Médio, em 2017, foram de 3,4%. O modelo curricular ultrapassado, baseado em um número excessivo de disciplinas torna a etapa desinteressante para o jovem do século 21.



Meta 04

.....

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

.....

4. META 04



4.1. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO

Andrea Christina Matozinhos Guedes;
Amilton Luís Fernandes Leite;
Fabiane Dias Fernandes de Castro Urzedo;
Márcia Del Carmo Rodrigues;
Marluce Geralda da Costa;
Maria Inês Dias Moreira.

4.2. ORGANIZAÇÃO E METODOLOGIA DO MONITORAMENTO

A Meta 4 do PME tem como enfoque a universalização do acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado (AEE) para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (TGD) e altas habilidades ou superdotação. Preconiza-se que o atendimento educacional a essa população ocorra por meio da educação inclusiva, ou seja, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

De acordo com informações contidas no site Observatório do Plano Nacional de Educação 2014-2024, não há dados para o monitoramento desta meta. As pesquisas e o Censo do IBGE não levantam informações completas que permitam diagnosticar a situação. Tal descompasso é sintoma do descaso histórico em relação ao tema.

Dois indicadores são utilizados para monitorar a evolução da Meta 4:

– **Indicador 4A:** Percentual da população de 4 a 17 anos de idade com deficiência que frequenta a escola.

– **Indicador 4B:** Percentual de matrículas de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação que estudam em classes comuns da educação básica.



De acordo com o relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE: biênio 2016-2018, inicialmente ressalta-se que o monitoramento integral dos objetivos da Meta 4 é limitado pelas bases de dados oficiais disponíveis. Os dados apresentados nesta análise foram extraídos do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2012) e do Censo da Educação Básica (2009-2017), já que a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) anual do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a PNAD contínua (Pnad-c/IBGE) não oferecem informações sobre o quantitativo do público-alvo da educação especial. Entre os desafios para a análise, assinalam-se a extensa periodicidade das coletas, restringindo o cálculo do Indicador 4A ao ano do último Censo Demográfico, e a utilização de metodologias diferentes entre as coletas do Censo populacional e do Censo da Educação Básica para o público-alvo da educação especial. Enquanto o Censo Demográfico coleta informações sobre pessoas com deficiência intelectual e dificuldade ou incapacidade de enxergar, ouvir, caminhar e subir degraus, o Censo da Educação Básica, utilizado para o cálculo do Indicador 4B, identifica as pessoas com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação, gerando bases de dados diversificadas.

- **Indicador 4A:** Percentual da população de 04 a 17 anos com deficiência que frequenta a escola

Tabela 4A

N.º de Alunos Matriculados com deficiência*		2014	2015	2016	2017
Classes Comuns	Até 14 anos	8	89	96	94
	15 a 17 anos	2	27	25	32
Classes Exclusivas	Até 14 anos	54	55	42	41
	15 a 17 anos	9	5	10	12
Total		73	176	173	179

Fonte: INEP - Censo Educação Básica.

Fonte dados 2017: SEMED - Secretaria Municipal de Educação

Tabela 4A 1

N.º de Alunos Matriculados com deficiência*		2018
Classes Comuns	0 a 3 anos	04
	04 a 17 anos	134
Classes Exclusivas	0 a 3 anos	20
	04 a 17 anos	88
Total		246

Fonte dados 2018: SEMED – Secretaria Municipal de Educação

** Os dados referem-se à população de 04 a 17 anos com todos os tipos de deficiência.*

Observa-se, de acordo com o quadro 4A, que o número de alunos matriculados no biênio 2015 a 2017 ficou na média de 176 alunos. E 2017 o número de alunos foi o maior em relação aos anos anteriores.

De acordo com o quadro 4A 1 o número de alunos com deficiência matriculados na rede municipal de Congonhas totalizou 246 matrículas em 2018. Houve um aumento de 67 matrículas que corresponde a 37,4%, em relação ao ano de 2017.

A meta prevista em 2014 era de 100% devido à necessidade de universalizar, para a população de 04 a 17 anos com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/ Superdotação, o acesso à Educação Básica, preferencialmente, na rede regular de ensino.

O percentual da meta executada no nosso município de 2015 a 2018 de **89,60%** refere-se ao indicador do IBGE de 2010 utilizado no Plano Municipal de Educação - PME como referência para os demais anos.

Esse percentual indicava que, em 2010, a universalização ao acesso à educação básica dessa população, preconizada pela Meta 4 do PME (2014-2024), ainda estava distante em Congonhas, uma vez que 10,4% desse público encontrava-se fora da escola.

Entretanto, o percentual de 89,60 relacionado à frequência da população de 4 a 17 anos com deficiência à escola estava próximo ao observado para o Brasil que era de 82,5%, segundo as estimativas do Censo Demográfico de 2010.



Certamente que o percentual de alunos com deficiência matriculados na escola regular em 2014 – 89,60 – já tenha atingido e/ou ultrapassado o percentual da meta prevista que é de 100%.



- **Indicador 4B:** Porcentagem de matrículas de alunos com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento, Altas Habilidades/Superdotação que estudam em classes comuns.

Importante ressaltar que a Meta 4 do PNE prioriza também o atendimento na educação básica à população de 4 a 17 anos com Deficiência, TGD e Altas Habilidades ou Superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino e/ou educação de jovens e adultos (EJA), com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. Embora o Indicador 4B meça o percentual de matrículas em classes comuns do ensino regular e/ou EJA da educação básica para essa população, não é possível afirmar que essas matrículas em classes comuns ocorram com a garantia de AEE, salas de recursos multifuncionais ou outros serviços especializados. Isso significa que o indicador apresenta limitações concernentes à verificação da qualidade do atendimento prestado.

O indicador 4B refere-se ao percentual de matrículas somente dos alunos, público-alvo da inclusão, conforme Lei nº 9.496 de 1996 – LDB: Deficientes, Transtornos Globais do Desenvolvimento, Altas Habilidades/Superdotação.

O Plano Nacional da Educação – PNE e o Censo da Educação Básica também consideram essa categorização do público-alvo da inclusão.

Tabela 4B



N.º de matrícula de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados em classes comuns						
Ano	Classes Comuns		Classes Especiais		Escolas Exclusivas	
2007	18,80%	49	0%	0	81,20%	212
2008	28%	78	0%	0	72%	201
2009	39%	80	0%	0	61%	125
2010	57,50%	126	0%	0	42,50%	93
2011	67,60%	165	0%	0	32,40%	79
2012	61,60%	183	0%	0	38,40%	114
2013	48%	154	0%	0	52%	167
2014	44,50%	133	0%	0	55,50%	166
2015	45,10%	137	0%	0	54,90%	167
2016	46,20%	145	0%	0	53,80%	169
2017	49,17%	148	0%	0	50,83%	153
2018	56,09%	138	0%	0	43,91%	108

Fonte: INEP - Censo Educação Básica 2007/ 2017

Fonte dados 2018: SEMED - Secretaria Municipal de Educação

Os dados da tabela acima demonstram que o número de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculados em classes comuns aumentou em 2017 atingindo 49,17%. Com diferença em relação a 2016 de 2,97%. E o número de alunos público-alvo da educação especial matriculados em escolas exclusivas diminuiu em 2017 atingindo 50,83%. Também com diferença de 2,97% em relação aos dados de 2016.

A tabela evidencia que faltava 0,83% para atingir a meta estipulada para o município até 2017 que era de 50% de alunos público-alvo da educação especial matriculados em escolas comuns.

Conforme relatado anteriormente, o Censo demográfico realizado pelo IBGE adota critérios significativamente diferentes para a caracterização de deficiência, não fazendo referência aos Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação.

Isto pode explicar a diferença, em média de 44,3%, entre o percentual da meta executada do indicador A (população de 04 a 17 anos com deficiência

que frequenta a escola) e o percentual da meta executada do indicador B (matrículas de alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação) no biênio 2016 a 2017.



Os percentuais da meta executada do indicador B entre 2014 e 2018 demonstram dados em crescimento no sentido de atingir a meta prevista para 2018 que é de 60% até 2020. A diferença da meta prevista de 60% e a meta alcançada que 56,09% equivale a 3,91%. Ver anexo C.

Entretanto, em relação ao percentual atingido pelo Brasil em 2017 que foi de 90,9% de alunos público-alvo da educação especial matriculados em classes comuns, Congonhas ainda precisa avançar o equivalente a 34,81%.

É importante ressaltar que os dados de 2018 referentes ao indicador B são dados da Secretaria Municipal de Ensino - SEMED coletados, por meio de questionários, encaminhados às escolas das redes particular, estadual, federal e APAE que atendem ao público-alvo da Educação Especial de 04 a 17 anos de idade.

Abaixo a relação das escolas que responderam ao questionário:

- Centro de Educação Tecnológica – CET
- Colégio “Sagrado Coração de Jesus”
- Centro Educacional Trenzinho Mágico
- Escola Estadual “Barão de Congonhas”
- Escola Estadual “Barão de Paraopeba”
- APAE - Escola “Casa de Andrea”

A fonte de dados disponível para a medição da parcela de pessoas que estão frequentando a escola é o Censo da Educação Básica realizado anualmente pelo Ministério da Educação.

Para fins de análise do presente indicador foram selecionadas (04) quatro desagregações dos dados obtidos no Censo da Educação Básica de 2014, 2015, 2016 e 2017 relacionados à Educação Especial:

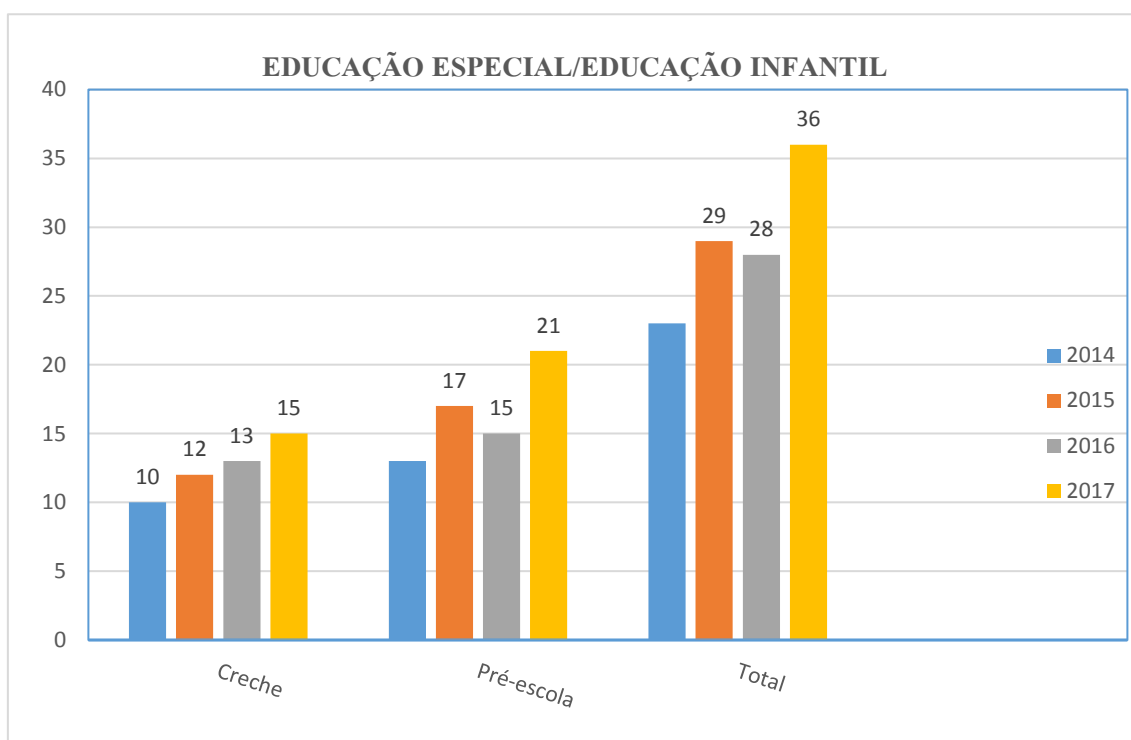
- Nº de Matrículas na Educação Especial em Classes Exclusivas e/ou Classes Comuns por Modalidade de Ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos – EJA;

- N° de Matrículas na Educação Especial em Classes Comuns por Faixa Etária – Ensino Regular e/ou EJA;
- N° de Matrículas na Educação Especial em Classes Exclusivas por Faixa Etária – (Escolas Exclusivamente Especializadas e/ou Classes Especiais do Ensino Regular e/ou EJA);
- N° de Matrículas na Educação Especial em Classes Comuns – Ensino Regular e/ou EJA – Tipo de deficiência, TGD, Altas Habilidades/Superdotação.

Tabela 4C

Número de matrículas na Educação Especial em Classes Exclusivas e/ou Classes Comuns - Educação Infantil				
	2014	2015	2016	2017
Creche	10	12	13	15
Pré-Escola	13	17	15	21
TOTAL	23	29	28	36

Fonte: INEP – Censo da Educação Básica



Fonte: INEP – Censo da Educação Básica

Em 2017 houve um aumento no número de matrículas em relação aos anos anteriores mencionados na tabela. Em relação ao ano de 2016 esse aumento foi de 08 (oito) matrículas o equivalente a 28,57%. Percentual

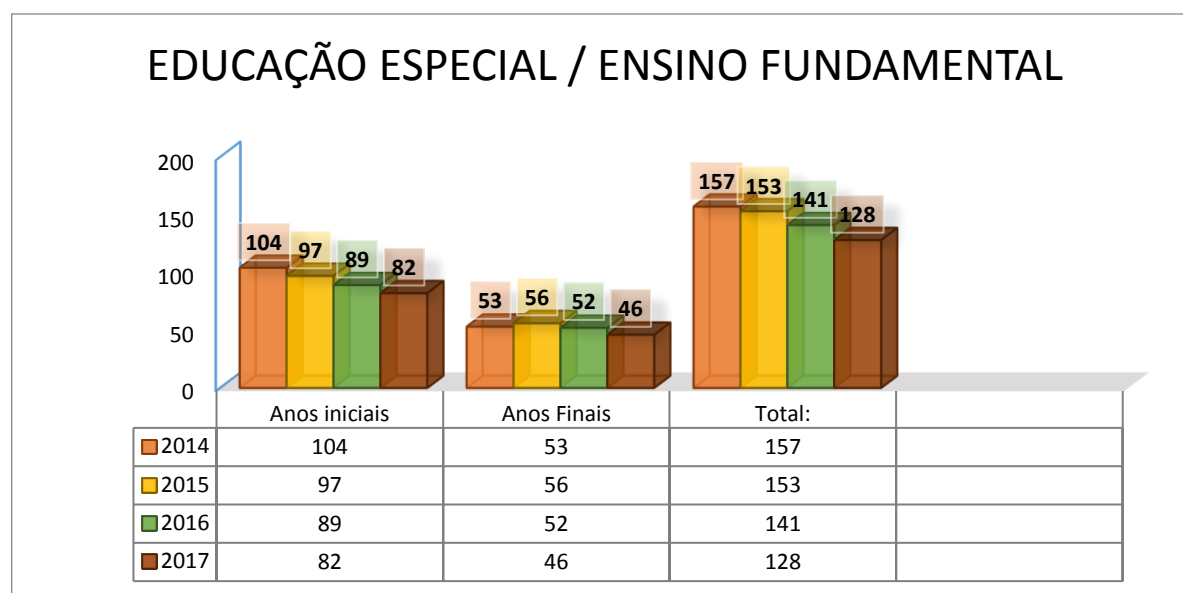
referente à diferença entre o total de matrículas de 2016 e 2017. Na Pré-escola em 2017 houve um aumento de seis matrículas. O equivalente a 40%.



Tabela 4D

Número de matrículas na Educação Especial em Classes Exclusivas e/ou Classes Comuns - Ensino Fundamental				
	2014	2015	2016	2017
Anos Iniciais	104	97	89	82
Anos Finais	53	56	52	46
TOTAL	157	153	141	128

Fonte: INEP Fonte: Censo da Educação Básica 2014 a 2017



Fonte: INEP – Censo da Educação Básica

Em 2017 o número de matrículas na Educação Especial no segmento Ensino Fundamental diminuiu em relação aos anos de 2014, 2015 e 2016. No biênio 2015-2017 houve diminuição no número de matrículas na Educação Especial num total de 15 (quinze) o equivalente 15,5%.

O mesmo ocorreu nos Anos Finais. No biênio 2015-2017 a diminuição foi de 10(dez) matrículas o equivalente a 17,85%.

No total de 128 matrículas no segmento Ensino Fundamental 82 (oitenta e duas) matrículas estão nos Anos Iniciais, ou seja, 64%. Nos Anos Finais 46 matrículas que correspondem a 36%.

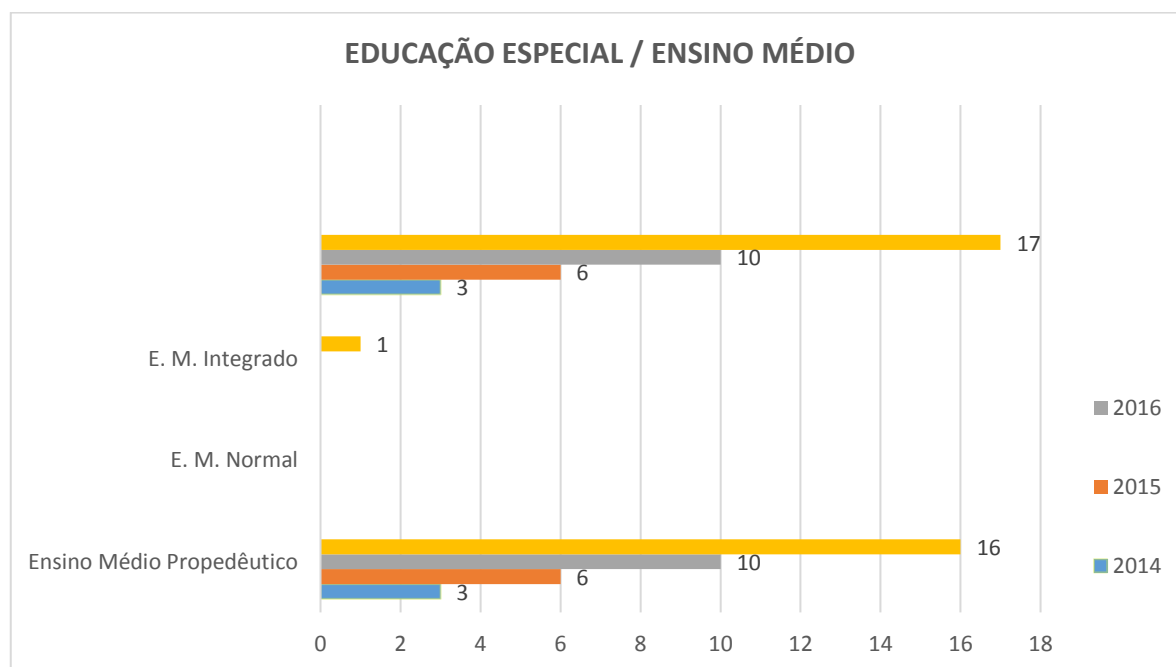
Essa diferença demonstra o início da diminuição do número de matrículas dos alunos com deficiência até o Ensino Médio.



Tabela 4E

Número de matrículas na Educação Especial em Classes Exclusivas e/ou Classes Comuns - Ensino Médio				
	2014	2015	2016	2017
Ensino Médio Propedêutico	03	06	10	16
Ensino Médio Normal/Magistério	-	-	-	-
Ensino Médio Integrado Curso Técnico Integrado	-	-	-	01
TOTAL	03	06	10	17

Fonte: INEP – Censo da Educação Básica



Fonte: INEP – Censo da Educação Básica

O número de matrículas na Educação Especial no segmento Ensino Médio é significativamente menor que o número de matrículas da Educação Especial no Ensino Fundamental no biênio 2015-2017.

A média de matrículas na Educação Especial no Ensino Fundamental de 2015 a 2017 é de 140,7 enquanto que no ensino Médio é de 11 matrículas.

Apesar do número de matrículas ser muito menor, houve um crescimento no decorrer do biênio 2015-2017. Em 2017 houve um aumento 07 matrículas em relação a 2016.

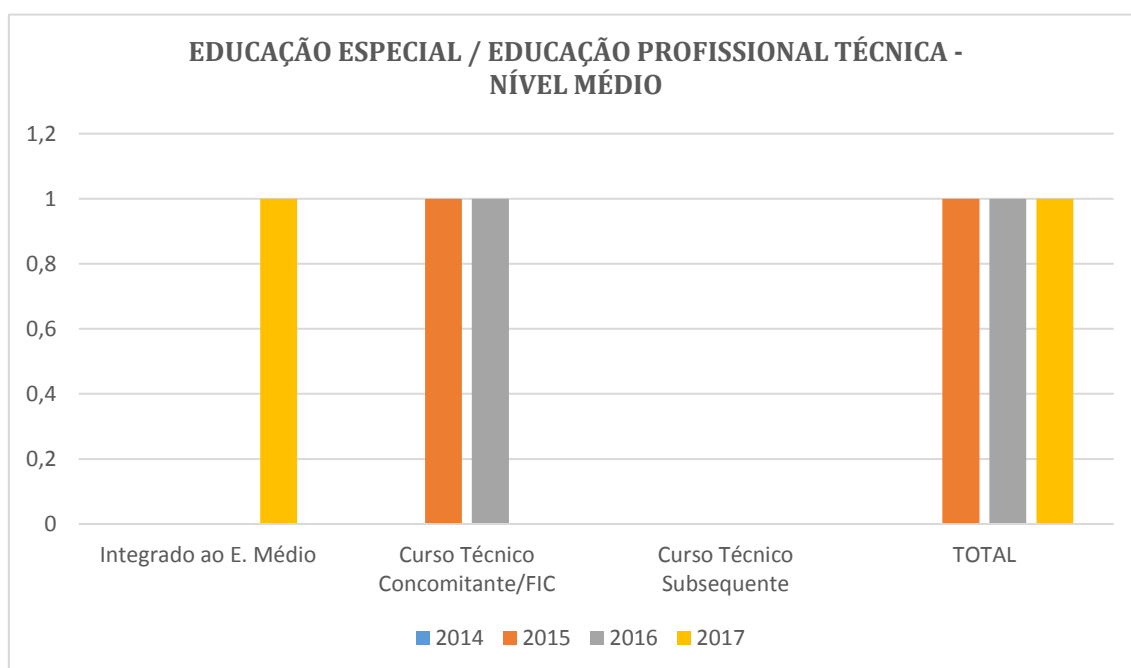
É o fenômeno da diminuição do número de matrículas na Educação Especial que tem início no Ensino Fundamental Anos Finais, conforme dados da tabela 4D.



Tabela 4F

Número de matrículas na Educação Especial em Classes Exclusivas e/ou Classes Comuns				
Educação Profissional Técnica de Nível Médio				
	2014	2015	2016	2017
Integrado ao Ensino Médio	-	-	-	01
Curso Técnico Concomitante/FIC	-	01	01	-
Curso Técnico Subsequente	-	-	-	-
TOTAL	-	01	01	01

Fonte: INEP – Censo da Educação Básica



Fonte: INEP – Censo da Educação Básica

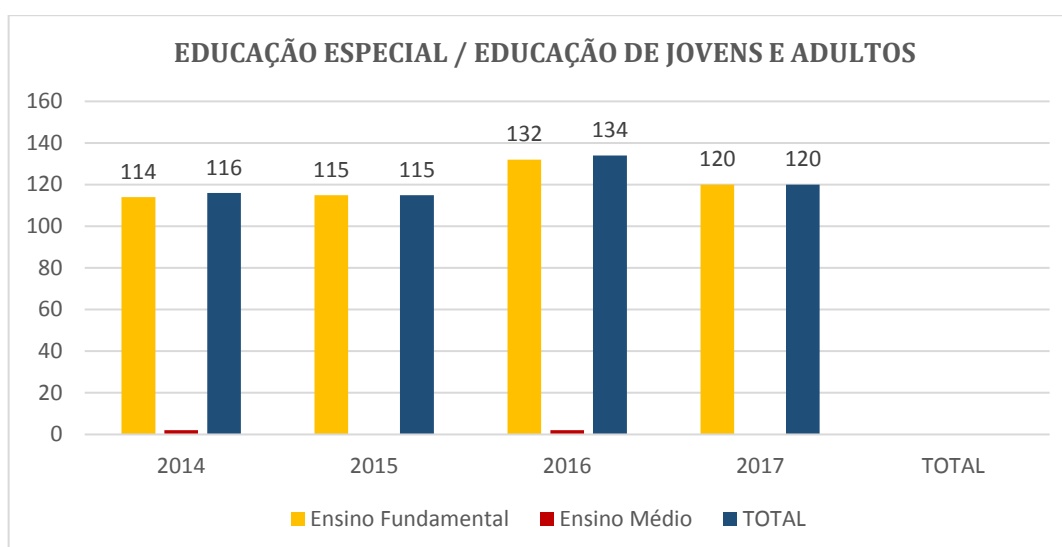
Na Educação Profissional as matrículas na Educação Especial, estatisticamente, são nulas.

No biênio 2015-2017 o total de matrículas na Educação Especial nesse período foi em média 306 (trezentos e seis). O número de matrículas de alunos com deficiência na Educação Profissional em média foi 01(uma).

Tabela 4G

Número de matrículas na Educação Especial em Classes Exclusivas e/ou Classes Comuns Educação de Jovens e Adultos - EJA				
	2014	2015	2016	2017
Ensino Fundamental	114	115	132	120
Ensino Médio	02	-	02	-
TOTAL	116	115	134	120

Fonte: INEP – Censo da Educação Básica – item 1.68



Fonte: INEP – Censo da Educação Básica – item 1.68

Em 2017 houve uma redução no número de matrículas em relação a 2016 totalizando uma diferença de 14 (quatorze) matrículas. O equivalente a 10,44% de redução nas matrículas.

Há que se considerar que o segmento Educação de Jovens e Adultos permite algumas flexibilidades como aulas não presenciais, não contabilização da frequência, eliminação por disciplina e outras possibilidades que atrai mais este público.

Esse percentual de diminuição pode indicar também a necessidade de reavaliação dos recursos, metodologias e estratégias da Educação Especial no Ensino Fundamental em Classes Exclusivas e/ou Classes Comuns e na Educação de Jovens e Adultos - EJA.

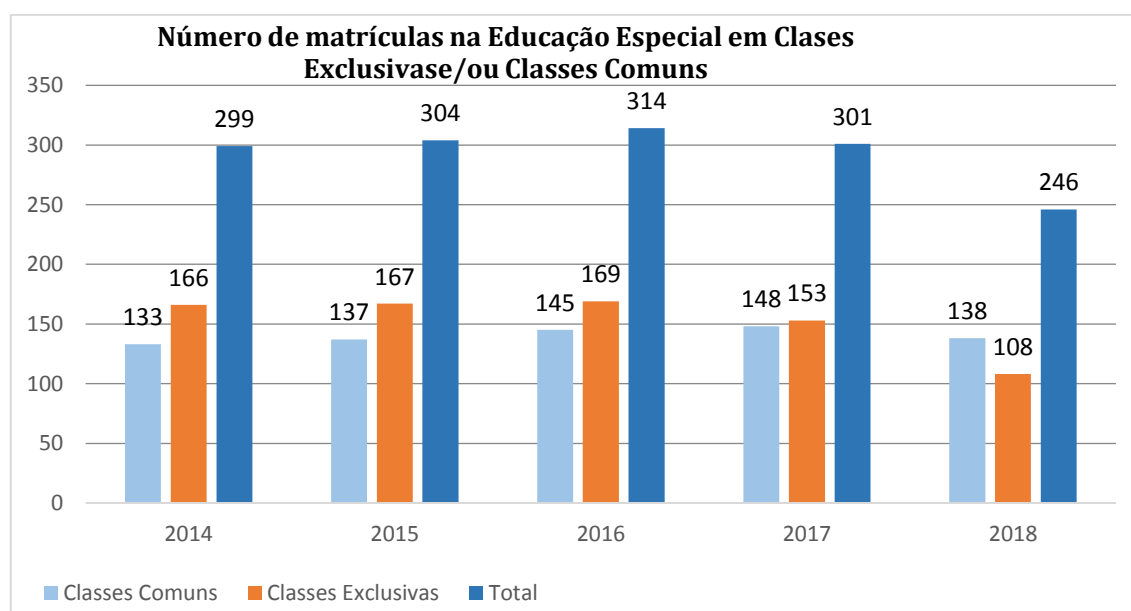
Tabela 4H

Número de matrículas na Educação Especial em Classes Exclusivas e/ou Classes Comuns					
Educação Especial					
	2014	2015	2016	2017	2018**
Classes Comuns	133	137	145	148	138
Classes Exclusivas	166	167	169	153	108
TOTAL	299	304	314	301	246

Fonte: INEP – Censo da Educação Básica 2014 a 2017

**Fonte: Dados SEMED 2018

Gráfico 4H



Fonte: INEP – Censo da Educação Básica 2014 a 2017

Fonte: Dados SEMED 2018

Durante o período analisado, o número de matrículas de alunos com deficiência, transtorno do global do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação aumentou nas classes comuns de forma progressiva até 2017.

Em 2017 o número de matrículas em Classes Exclusivas ainda superou as matrículas das Classes Comuns. A diferença entre as matrículas em Classes Exclusivas em 2016 e 2017 totalizou 16. A maior redução no período de 2014 a 2016, equivalente 9,5%.

Em 2018 o número de matrículas nas classes comuns diminuiu em relação a 2017 totalizando uma diferença de 10 matrículas, o equivalente a

6,75%. Todavia, dos 246 alunos, público-alvo da inclusão, matriculados em classes comuns e ou exclusivas, 138 estão matriculados em classes comuns, o equivalente a 56,09% contra 43,91% em classes exclusivas. Ou seja, em 2018 os dados indicam que aumentou o número de matrículas nas classes comuns.

E nas classes exclusivas o número de matrículas aumentou até 2016. Em 2017 e 2018 diminuiu. A diferença entre 2017 e 2018 foi de 45 matrículas, o equivalente a 29,41%.

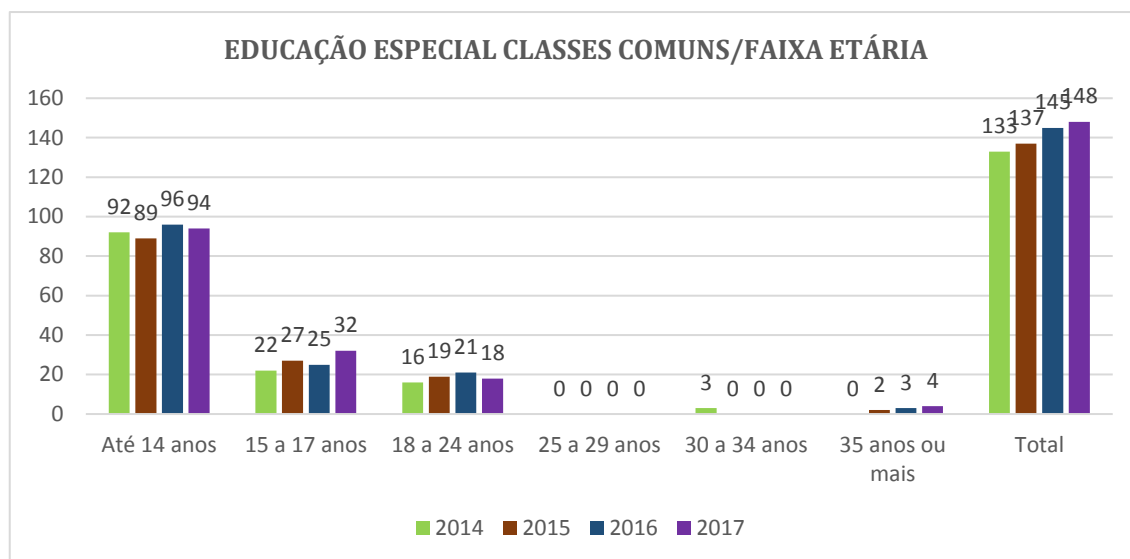
Importante ressaltar, que nem todas as escolas de Congonhas responderam ao questionário enviado. O Censo da Educação Básica 2018 que será divulgado em 2019 poderá revelar alterações nos dados de 2018 analisados no presente monitoramento.

Tabela 4I

Número de Matrículas na Educação Especial em Classes Comuns por Faixa Etária – Ensino Regular e/ou EJA – Congonhas				
Faixa Etária	2014	2015	2016	2017
Até 14 anos	92	89	96	94
15 a 17 anos	22	27	25	32
18 a 24 anos	16	19	21	18
25 a 29 anos	-	-	-	-
30 a 34 anos	03	-	-	-
35 anos ou mais	-	02	03	4
TOTAL	133	137	145	148

Fonte: INEP – Censo da Educação Básica

Gráfico 4I



Fonte: INEP – Censo da Educação Básica 2014 a 2017

Durante o período analisado, o percentual de matrículas em classes comuns é maior nas faixas etárias até 14 anos e de 15 a 17 anos.

Observa-se que a partir da faixa etária de 18 a 24 anos há uma queda significativa nas matrículas na Educação Especial nas classes comuns.

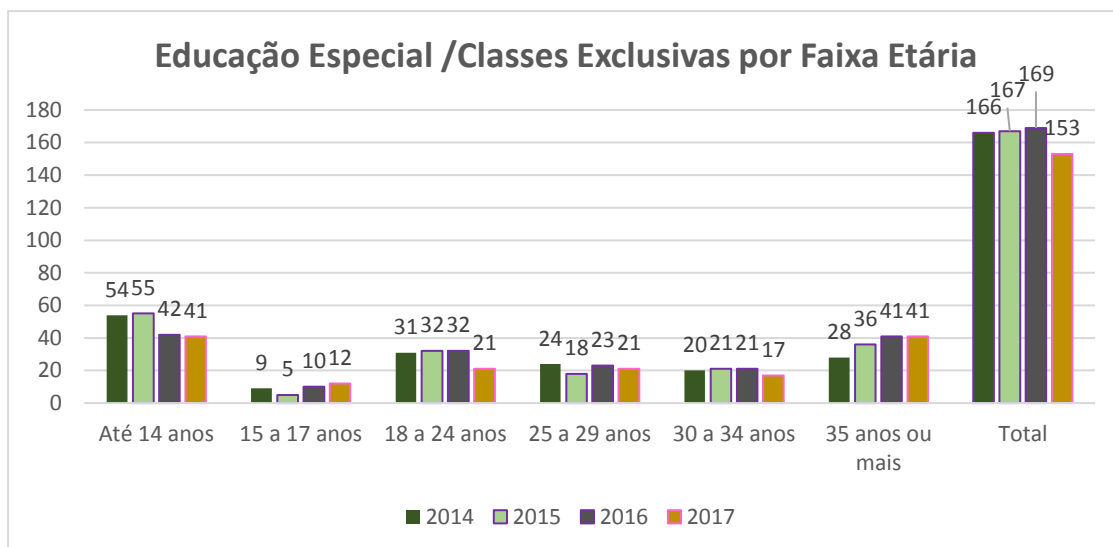
Nas classes comuns não há registro de matrículas na faixa etária de 25 a 29 anos.

Tabela 4J

Número de Matrículas na Educação Especial em Classes Exclusivas por Faixa Etária – (Escolas Exclusivamente Especializadas e/ou Classes Especiais do Ensino Regular e/ou EJA) Congonhas				
Faixa Etária	2014	2015	2016	2017
Até 14 anos	54	55	42	41
15 a 17 anos	09	05	10	12
18 a 24 anos	31	32	32	21
25 a 29 anos	24	18	23	21
30 a 34 anos	20	21	21	17
35 anos ou mais	28	36	41	41
TOTAL	166	167	169	153

Fonte: INEP – Censo da Educação Básica

Gráfico 4J



Fonte: INEP – Censo da Educação Básica

No biênio 2015-2017 na faixa etária de 18 a 24 anos o número de matrículas em classes exclusivas continua maior, em média 29, na comparação com o número de matrículas em classes comuns. Houve uma queda em 2017 no número de matrículas nessa faixa etária em comparação com 2016. A diferença foi de 11 matrículas o equivalente a 34,4%.

Nas faixas etárias de 25 a 29 anos, 30 a 34 anos e 35 anos ou mais, o número de matrículas em classes exclusivas é maior.

Apesar de haver um número maior de matrículas nas faixas etárias até 14 anos e de 15 a 17 anos nas classes comuns, os alunos público-alvo da Educação Especial ainda estão, em sua maioria, matriculados em classes exclusivas embora tenha havido uma queda no percentual em 2017.

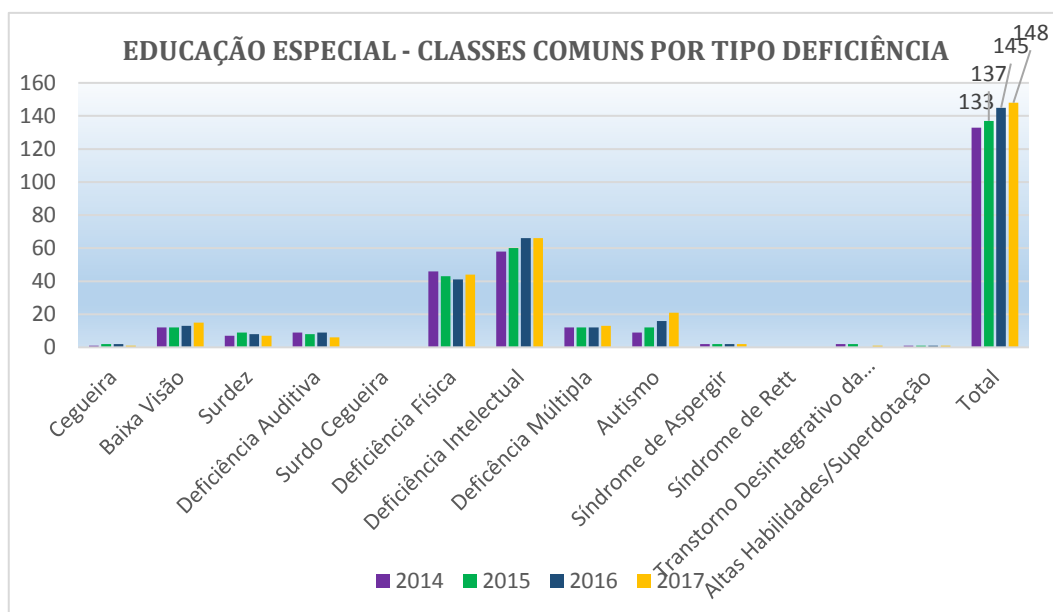
Em 2018, conforme tabela 4H, o número de alunos matriculados em classes comuns é maior do que o número de alunos matriculados em classes especiais, respectivamente 56,09% e 43,91%.

Tabela 4K

Número de Matrículas na Educação Especial em Classes Comuns – Ensino Regular e/ou EJA – por Tipo de Deficiência, TGD e Altas Habilidades/Superdotação Congonhas				
TIPO DE DEFICIÊNCIA	2014	2015	2016	2017
Cegueira	01	02	02	01
Baixa Visão	12	12	13	15
Surdez	07	09	08	07
Deficiência Auditiva	09	08	09	06
Surdo cegueira	-	-	-	-
Deficiência Física	46	43	41	44
Deficiência Intelectual	58	60	66	66
Deficiência Múltipla	12	12	12	13
Autismo	09	12	16	21
Síndrome de Aspergir	02	02	02	02
Síndrome de Rett	-	-	-	-
Transtorno Desintegrativo da Infância	02	02	-	01
Altas Habilidade/Superdotação	01	01	01	01
TOTAL	133	137	145	148

Fonte: INEP – Censo da Educação Básica

Gráfico 4K



Quanto ao número de matrículas por deficiência, a deficiência física (29,72%) e a deficiência intelectual (45,51%) foram as que mais se destacaram nas matrículas por deficiência no município de Congonhas em

2017. As matrículas de alunos com deficiência física aumentaram em 2017 o equivalente a 1,45% em relação a 2016. E as matrículas de alunos com a deficiência intelectual mantiveram-se em 2017 no mesmo patamar de 2016. É notório o aumento progressivo do número de matrículas de alunos com autismo desde 2014 perdendo apenas para as deficiências física e intelectual.

Os dados a seguir referem-se ao Atendimento Educacional Especializado – AEE que ocorre nas Salas de Recursos Multifuncionais e alguns dados são referentes ao biênio 2014-2016, tendo em vista que os dados de 2017 não estavam disponibilizados nas fontes pesquisadas.

Atualmente no município, há 12 (doze) salas de recursos multifuncionais na Rede Municipal e 01 (uma) na Rede Estadual. As salas são pólos, atendendo a todos os alunos público alvo da Educação Especial. De acordo com dados do Censo Escolar consta 1 (uma) sala de recursos na Rede Privada.

Tabela 4L

PORCENTAGEM DE ESCOLAS COM SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS EM USO - Rede Municipal			
ANO	ESCOLAS COM SRM	ESCOLAS COM SRM EM USO	ESCOLAS COM SRM SEM USO
2014	29%	29%	0%
2015	37,5%	34,4%	3,1%
2016	37,5%	34,4%	1%
2017	37,5%	34,4%	1%
2018	37,5%	34,4%	1%

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar/Preparação: Todos pela educação.

Na rede municipal de ensino de Congonhas no biênio 2014-2016 houve um aumento no número de escolas com salas de recursos multifuncionais de 8,5%.

O mesmo ocorreu em relação à utilização dessas salas com um aumento de 5,4%.

Os percentuais de aumento em relação aos itens Escolas com SRM e Escolas com SRM em Uso observados em 2015 se mantiveram em 2016, 2017 e em 2018.

Os dados indicam que em 2015, 3,1% dessas salas não foram utilizadas. E o percentual de escolas que não utilizavam as salas de recursos multifuncionais diminuiu de 2015 para 2016 em 2,1%.

Para o ano de 2019 está previsto o funcionamento de mais três salas de recursos multifuncionais.

Tabela 4M

PORCENTAGEM DE ESCOLAS COM SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS EM USO - REDE ESTADUAL			
ANO	ESCOLAS COM SRM	ESCOLAS COM SRM EM USO	ESCOLAS COM SRM SEM USO
2014	25%	25%	0%
2015	25%	25%	0%
2016	25%	25%	0%
2017	25%	25%	0%
2018	25%	25%	0%

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar/Preparação: Todos pela educação.

Na rede estadual de ensino de Congonhas no biênio 2014-2018 o percentual de escolas com salas de recursos multifuncionais e em funcionamento manteve-se em 25%.

Portanto, os dados indicam que não houve aumento de salas de recursos multifuncionais na rede estadual e que todas as salas estejam em funcionamento.

Para 2019 está previsto o funcionamento de mais uma sala de recursos multifuncionais na Rede Estadual.

Tabela 4N

PORCENTAGEM DE ESCOLAS COM SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS EM USO - REDE FEDERAL			
ANO	ESCOLAS COM SRM	ESCOLAS COM SRM EM USO	ESCOLAS COM SRM SEM USO
2014	0%	0%	0%
2015	0%	0%	0%
2016	0%	0%	0%
2017	0%	0%	0%
2018	0%	0%	0%

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar/Preparação: Todos pela educação

Os dados indicam que não há salas de recursos multifuncionais na rede federal de ensino de Congonhas.

Tabela 4O

PORCENTAGEM DE ESCOLAS COM SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS EM USO - REDE PRIVADA			
ANO	ESCOLAS COM SRM	ESCOLAS COM SRM EM USO	ESCOLAS COM SRM SEM USO
2014	8,3%	8,3%	0%
2015	8,3%	8,3%	0%
2016	9,1%	9,1%	0%
2017	9,1%	9,1%	0%
2018	9,1%	9,1%	0%

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar/Preparação: Todos pela educação

Na rede de ensino privada do município de Congonhas no biênio de 2016-2018 não houve aumento no número de salas de recursos multifuncionais.

Os dados indicam que todas as salas estão em funcionamento.



4.3. QUADRO SÍNTESE



As Fichas de monitoramento da meta estão disponíveis no **Anexo B** – Equipes Técnicas e Comissão Coordenadora e **Anexo C** – Indicadores: metas previstas e executadas.

4.4. AVALIAÇÃO DA META E ESTRATÉGIAS

- **Estratégia 4.1:** *Manter a inserção correta no CENSO escolar dos alunos público-alvo da inclusão, a fim de contabilizar as matrículas daquelas que recebam o atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei no 11.494, de 20 de junho de 2007.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia concluída. No biênio 2016/2018 o CENSO Escolar foi realizado fidedignamente, conforme os laudos apresentados pelos responsáveis pelos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, público alvo da inclusão preconizado pelo MEC. É mantido cadastro na Secretaria Municipal de Educação, com documentação dos alunos da Rede Municipal. A Rede Estadual, Particular e Filantrópica (APAE) mantém cadastro próprio.

- **Estratégia 4.2:** *Promover, no prazo de vigência deste PME, a universalização do atendimento escolar, preferencialmente na rede regular de ensino, à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, observando o que dispõe a lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.*



Análise – Equipe Técnica: Estratégia concluída. O município possui até a presente data, duas creches. É garantido às crianças de 6 (seis) meses a 3 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, prioridade para matrícula, de acordo com a demanda manifesta pelas famílias no momento do Cadastro Municipal. A rede particular oferece prioridade aos alunos com deficiência. A rede Estadual e Federal não possui creche no município.

- Estratégia 4.3: *Dar prosseguimento à implantação, ao longo deste PME, de salas de recursos multifuncionais em todas as escolas do sistema municipal de ensino e à fomentação da formação continuada dos professores para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas e rurais.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia concluída. Atualmente no município, há 12 (doze) salas de recursos multifuncionais na Rede Municipal e 01 (uma) na Rede Estadual. As salas são polos, atendendo a todos os alunos público alvo. De acordo com dados do Censo Escolar consta 1 (uma) sala de recursos na Rede Privada. Serão implantadas novas salas de acordo com a orientação do MEC. Quanto a formação dos professores, a equipe do Apoio à Inclusão da rede Municipal tem realizado parcerias com a rede estadual através do CAP e CAS para articulação de formações, como também são oferecidos encontros sobre inclusão, durante todo o ano letivo, fornecido pelos especialistas do NAE/SEMED. A rede Estadual possui centros de formação para os professores (CAP/CAS) e a APAE conta com as formações oferecidas pela Federação Nacional das APAEs. A rede particular articula algumas formações com os professores.

- Estratégia 4.4: *Garantir atendimento educacional especializado qualificado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou Superdotação, matriculados no sistema municipal de ensino, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno.*



Análise – Equipe Técnica: Estratégia concluída. Todos os alunos público alvo da inclusão possuem atendimento especializado qualificado em salas de recursos multifuncionais, apoio clínico através do Núcleo de Apoio Educacional e parceira com a Secretaria de Saúde na Clínica da Criança e CERPAI, Instituições filantrópicas, como Instituto Olhos D’Alma, APAE Congonhas e outras. Os alunos, de acordo com a legislação e demanda, possuem profissionais de apoio, a saber, professores de apoio e cuidadores. A rede municipal está articulando mais 03 salas de recursos para 2019.

A rede Estadual possui uma sala de Recurso polo e a rede está articulando mais uma sala para atendimento dos alunos público alvo em 2019 e os alunos público alvo da inclusão, de acordo com legislação e demanda, possuem professor de apoio.

A APAE escola especial de cunho filantrópico, possui uma sala de recursos.

- **Estratégia 4.5:** *Intensificar, fortalecer e aprimorar os serviços oferecidos pelo Núcleo de Apoio Educacional em toda a sua área de atuação: saúde, assistência social, pedagogia e psicologia a fim de aprimorar a qualidade do apoio ao trabalho dos (as) professores da educação básica com os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/Superdotação, além dos alunos com transtornos funcionais específicos e com dificuldades de aprendizagem.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia concluída. Os profissionais do Núcleo de Apoio Educacional da SEMED: pedagogos, assistentes sociais, psicólogos, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais, atendem aos alunos, famílias e reúnem com os professores dos alunos sob seu atendimento para orientações sobre os casos. Alguns alunos são atendidos em outras instituições e essas orientações ocorrem com os profissionais que os acompanham.

Os atendimentos clínicos aos alunos, tanto da rede Estadual quanto da rede Particular ocorre na Secretaria de Saúde do município através do CERPAI e Clínica da Criança e atendimentos particulares.

A APAE escola especial de cunho filantrópico, possui sua equipe própria de atendimento clínico.



- **Estratégia 4.6:** *Criar e implementar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos (as) alunos(as) com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia Assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos(as) alunos(as) com altas habilidades ou Superdotação.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia não concluída no prazo. As adequações arquitetônicas das escolas municipais estão sendo implementadas, 06 escolas foram construídas sob as normas da ABNT e as demais escolas estão sendo reformadas conforme as possibilidades das construções. As escolas estaduais estão sendo reformadas. Os alunos que necessitam de materiais adaptados e acessíveis estão sendo atendidos conforme materiais disponíveis. Os demais itens estão em processo. As escolas particulares informaram que a acessibilidade é feita de acordo com a demanda e que no momento não possui alunos que necessitem de acessibilidade arquitetônica e pedagógica. A única escola Federal possui acessibilidade arquitetônica.

Nenhuma das redes possui transporte acessível.

- **Estratégia 4.7:** *Criar condições para garantir a oferta de educação bilíngue, em língua brasileira de sinais – LIBRAS – como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, aos(as) alunos(as) surdos e com deficiência auditiva de 0(zero) a 17(dezessete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, e dos art. 24 e 30 da convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, bem como a adoção do sistema Braille de leitura para cegos e surdos – cegos.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia não concluída no prazo. As redes municipal, estadual e federal de educação, mantêm em seus quadros de professores Intérpretes de LIBRAS, conforme a demanda de surdos nas redes. Há um professor surdo regente de turma na sala de recursos especializada para surdos, sendo instrutor de LIBRAS. Há dois alunos cegos na rede municipal, onde há acompanhamento de uma professora de sala de recursos com formação específica para cegos, em parceria com a Instituição Olhos D'Alma, mediando a aprendizagem desse aluno conforme suas necessidades.

Nenhuma rede possui classe bilíngue, por não ter alunos surdos cursando o Ensino Fundamental I e Educação Infantil.

- **Estratégia 4.8:** *Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia concluída. Nas escolas das redes federal, estadual e municipal não se negam matrículas.

- **Estratégia 4.9:** *Fortalecer a articulação entre a Secretaria Municipal de Educação, a Superintendência Regional de Ensino do Estado de MG e escolas da rede particular, a Secretaria Municipal de Saúde, através do Programa Saúde na Escola, e a Secretaria de Assistência Social e o Comitê Gestor do BPC, para identificação dos alunos público-alvo da educação especial, beneficiários de programas de transferência de renda e fortalecimento do acompanhamento e do monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar. Além do combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional em colaboração com as famílias.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia não concluída no prazo. Reuniões em andamento, entre as equipes da Secretaria de Saúde e Secretaria de Educação, para entendimento do Programa de Saúde na Escola, já feita a

pactuação das ações no município e iniciadas as ações, voltadas aos alunos das escolas. Outras articulações ainda estão sendo planejadas entre as redes.



- **Estratégia 4.10:** *Aplicar, e valer –se de pesquisas, em parceria com universidades, voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia Assistiva, com vistas a promoção do ensino e da aprendizagem bem como das condições de acessibilidade dos (as) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou Superdotação.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia não concluída no prazo. O município deverá viabilizar parcerias com a UFSJ e IFMG.

- **Estratégia 4.11:** *Promover o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares, em parceria com universidades e outras instituições, para subsidiar a formulação de políticas públicas Inter setoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou Superdotação que requeiram medidas de atendimento educacional especializado.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia não concluída no prazo. Há articulação entre o Serviço de Apoio à Inclusão da Secretaria Municipal de Educação e o Instituto Federal Minas Gerais de Congonhas (IFMG), que recebe alunos da rede para o ensino Médio. Não há articulação das demais redes com as Universidades.

- **Estratégia 4.12:** *Estabelecer a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimentos voltados à continuidade no atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade*

superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida.

Análise – Equipe Técnica: Estratégia não concluída no prazo. Estão sendo realizadas reuniões a fim de articular os setores intersetoriais permanentemente entre as redes de ensino.

- Estratégia 4.13: *Criar de forma criteriosa, a equipe de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou Superdotação, garantindo a oferta de professores do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio auxiliares, tradutores e intérpretes de libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues, nos sistemas de ensino.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia concluída. As escolas das Redes Municipal, Estadual e Privada, de acordo com a legislação e a demanda, avaliam e destinam aos alunos, Atendimento Educacional Especializado, através de professores de apoio, Intérpretes de LIBRAS, cuidadores e salas de recursos para atendimento aos alunos e orientação aos professores. Na rede Municipal é realizada uma análise de currículos entre os professores efetivos, para seleção valorizando a formação na área da Educação Especial. Na rede Estadual é realizada designação específica para contratação. Na rede particular é feita contratação buscando professores com formação.

- Estratégia 4.14: *Participar das políticas de avaliação e supervisionar as instituições públicas e privadas que prestam atendimento a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia concluída. A Nota Técnica nº 35/2016/DPEE/SECADI/MEC recomenda a adoção imediata dos critérios para o funcionamento, avaliação e supervisão das instituições públicas e

privadas, comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos especializadas em educação especial. (Nota Técnica disponível em

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=40341-not-tec-035-2016-dpee-secadi-mec-pdf&Itemid=30192).

- **Estratégia 4.15:** *Analisar as informações sobre o perfil das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou Superdotação coletadas pelo ministério da educação e município para elaboração de políticas públicas ou ações voltadas para esse público.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia não concluída no prazo. Está instituído o Comitê do Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência e da Avaliação Unificada pela Câmara dos Deputados. Tão logo as informações sobre o perfil das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou Superdotação coletadas pelo Ministério da Educação estiverem disponíveis serão utilizadas pelo município de Congonhas para a fomentação das políticas públicas em estudo e o aprimoramento das ações executadas para esse público.

- **Estratégia 4.16:** *Incluir nos cursos de formação para profissionais da educação os referenciais teóricos, as teorias de aprendizagem e os processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia não concluída no prazo. A maioria dos cursos ligados a Educação seguem a Legislação sobre a formação, tendo em seus currículos disciplinas ligadas à Educação Especial. O sistema de ensino municipal não tem influência acerca dos cursos de Educação Superior.

- **Estratégia 4.17:** *Promover, criar e fortalecer parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas*

com o poder público, visando ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculadas nas redes públicas de ensino.



Análise – Equipe Técnica: Estratégia concluída no prazo. A instituição APAE, subvencionada pela prefeitura de Congonhas, recebe anualmente repasses em dinheiro (em 2018 - R\$ 2.225.000,00), para o atendimento de alunos com deficiências, a fim de terem estímulos mais adequados e suprir a demanda do município. A Fundação Olhos D’Alma, especializada em cegueira e visão subnormal, realiza atendimentos nestas áreas aos alunos do município. O CERPAI e Clínica da Criança, da Secretaria Municipal de Saúde, realizam atendimentos clínicos aos alunos da rede estadual, particular e municipal, conforme suas possibilidades de vagas.

- Estratégia 4.18: *Promover, reavaliar e firmar parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública de ensino.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia não concluída no prazo. Nas Redes Municipal e Estadual há parceria com o Centro de Apoio à Pessoa com Deficiência Visual- CAP e Centro de Apoio às Pessoas com Surdez - CAS, por meio da Superintendência Regional de Ensino, no intuito de buscar formação continuada e produção de material didático acessível. APAE: formação através da Federação das APAES. Mesmo com as parcerias firmadas, não está ocorrendo a efetivação das mesmas por falta de recursos.

- Estratégia 4.19: *Promover, reavaliar e firmar parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia concluída. As redes Municipal e Estadual realizam reuniões entre as instituições parceiras, Fundação Olhos D’Alma, com a APAE de Congonhas na busca da participação das famílias e na construção de um sistema inclusivo. A rede particular quando possuem matriculados com deficiência buscam parcerias com as instituições que atendem esses alunos.



4.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo o Relatório do 2º Ciclo do Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2018 cerca de 90,9% dos alunos público-alvo da inclusão estão matriculados em escolas comuns.

No município de Congonhas, ainda de acordo com os dados do Observatório do Plano Nacional de Educação, em 2007 havia 18,8% de alunos público-alvo da inclusão matriculada em classes comuns. Em 2016 esse percentual subiu para 46,20%. Houve um aumento na taxa de matrículas dos alunos público-alvo da inclusão em classes comuns de 2007 a 2016 de 27,4%. Em 2017 o percentual aumentou para 49,17% totalizando um aumento de 2,97% em relação a 2016. Em 2018 o percentual aumentou para 56,09%.

Apesar do aumento no percentual de matrículas desse público, conforme evidenciado nos dados da fonte do INEP/Censo da Educação Básica nas tabelas anteriores e nos dados do Observatório do PNE no parágrafo anterior, no município de Congonhas a taxa de matrícula em classes comuns do Ensino Regular ainda está abaixo 34,81% da taxa nacional.

No biênio 2015-2017 o número de matrículas na Educação Especial em classes comuns aumentou, mas numa proporção menor que as matrículas nas classes exclusivas. O número de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculados em classes comuns aumentou em 2017 atingindo 49,17%. Com diferença em relação a 2016 de 2,97%. E o número de alunos público-alvo da educação especial matriculados em escolas exclusivas diminuiu em 2017 atingindo 50,83% também com diferença de 2,97% em relação aos dados de 2016.

Assim, o número de matrículas na Educação Especial em Classes Exclusivas superou as matrículas em classes comuns ao longo de todo o biênio. Mas em menor número em 2017.

Na Educação Infantil o número de matrículas na Educação Especial no biênio 2015-2017 aumentou 28,57%.

No Ensino Fundamental (anos iniciais e anos finais) aumentou 15,5% e no EJA, ainda que esteja concentrado o maior número de matrículas houve uma redução de 10,44 %.

O percentual de matrículas em classes comuns é maior nas faixas etárias até 14 anos e de 15 a 17 anos.

Na faixa etária de 18 a 24 anos o número de matrículas em classes exclusivas foi maior, em média 29, no período de 2014 a 2017 em comparação ao número de matrículas em classes comuns no mesmo período. Embora em 2017 tenha havido uma queda no número de matrículas em relação a 2016.

Nas faixas etárias de 25 a 29 anos, 30 a 34 anos e 35 anos ou mais, o número de matrículas em classes exclusivas é maior.

Apesar de ter havido um aumento no número de matrículas nas faixas etárias até 14 anos e de 15 a 17 anos nas classes comuns, as matrículas na faixa etária de 18 a 35 anos ou mais, ainda, são maiores nas classes exclusivas.

No que se refere a 2018, na rede municipal de ensino de Congonhas 37,5% das escolas possuem salas de recursos multifuncionais. Na rede estadual 25%. E na rede privada 9,1%.

Na rede federal de ensino de Congonhas os dados indicam que não há salas de recursos multifuncionais.

Nas fontes consultadas não há dados disponíveis sobre a porcentagem de alunos matriculados no Atendimento Educacional Especializado – AEE – no município.

Portanto, os dados indicam que em 2018, no município de Congonhas, os alunos público-alvo da Educação Especial estão matriculados, em sua maioria, 56,09%, nas Classes Comuns e 43,91% nas Classes Exclusivas.





Meta 05

.....

**Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º
(terceiro) ano do ensino fundamental.**

.....

5. META 05



5.1. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO

Andrea Maria Gomes;
Ângela Maria Avelar da Silva;
Celeste Cordeiro;
Ester Santana da Conceição Cordeiro;
Rosilene Pereira Sousa Junqueira;
Tânia Dâmaso;
Thiago Welerson Santos Leão;
Vanete Cristina Silva.

5.2. ORGANIZAÇÃO E METODOLOGIA DO MONITORAMENTO

Pode-se considerar alfabetizada uma criança que se torna capaz de apropriar-se da leitura, da escrita e das habilidades matemáticas, afim de participar efetivamente da sociedade na qual se encontra envolvida.

A leitura e a escrita, nessa perspectiva, são instrumentos que não só auxiliam no desenvolvimento das capacidades cognitivas da criança, mas que possibilitam a participação desta em diferentes contextos e atividades, aumentando sua capacidade de expressão e de domínio de diferentes gêneros e práticas discursivas.

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa –PNAIC, assegura que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do terceiro ano do ensino fundamental.

As propostas metodológicas no ciclo de Alfabetização, asseguram que as crianças precisam ter a compreensão do funcionamento do sistema de escrita; o domínio das correspondências grafofônicas, a fluência de leitura e o domínio de estratégias de compreensão e de produção de textos escritos, a alfabetização e letramento e Língua Portuguesa e Matemática.

Em continuidade as propostas metodológicas, apreendidas pelos docentes e discentes e a finalização do PNAIC, em maio de 2018, o governo federal através da *Portaria nº 142, de 22 fevereiro, de 2018*, instituiu o PMALFA - Programa Mais Alfabetização, como estratégia do Ministério da Educação diante dos resultados da *Avaliação Nacional da Alfabetização- ANA*

(Edições 2013, 2014 e 2016) do Sistema de Avaliação da Educação- SAEB, com objetivo de fortalecer e alicerçar as unidades escolares no processo de Alfabetização, para fins de leitura, escrita e matemática, dos estudantes no 1º ano e 2º ano do Ensino Fundamental.



A ANA oferece resultados sobre os níveis de alfabetização alcançados pelos estudantes ao final do terceiro ano do ensino fundamental, nos municípios, nos estados e no Brasil, *possibilitando um diagnóstico preciso das ações necessárias nos níveis em que as escalas de proficiências foram divididas*. Os resultados possibilitam o monitoramento da alfabetização escolar, bem como do direito das crianças à educação de qualidade em trajetória regular nas escolas públicas.

Além do monitoramento dos resultados das Avaliações externas, as Escolas Municipais realizam com periodicidade as *Avaliações Diagnósticas do Sistema de Escrita Alfabética – SEA* em todos os discentes dos 1º aos 3º anos do Ensino Fundamental, com o objetivo de acompanhar os níveis e o fluxo de aprendizagem dos alunos, planejar estratégias e metodologias em prol do avanços contínuos no processo de Alfabetização.

Nas Escolas Estaduais e Particulares, o monitoramento da Alfabetização acontece através de Avaliações Diagnósticas internas.

As tabelas 5A, 5B e 5C apresentam as escalas por níveis de proficiência da ANA- Avaliação Nacional de Alfabetização em leitura, escrita e matemática, respectivamente.

Tabela 5A

ESCALA DE LEITURA	
NÍVEL 1 (até 425 pontos)	Neste nível, os estudantes provavelmente são capazes de: • ler palavras com estrutura silábica canônica, não canônica e ainda que alternem sílabas canônicas e não canônicas.
NÍVEL 2 (maior que 425 até 525 pontos)	Além das habilidades descritas no nível anterior, os estudantes provavelmente são capazes de: • localizar informações explícitas em textos curtos como piada, parlenda, poema, quadrinho, fragmentos de narrativas e de curiosidade científica; em textos de maior extensão, quando a informação está localizada na primeira linha do texto. • reconhecer a finalidade de texto como convite, cartaz, receita, bilhete, anúncio com ou sem apoio de imagem. • identificar assunto de um cartaz apresentado em sua forma original e ainda em textos cujo assunto pode ser identificado no título ou na primeira linha. • inferir sentido em piada e em história em quadrinhos que articula linguagem verbal e não verbal.
NÍVEL 3 (maior que 525 até 625 pontos)	Além das habilidades descritas nos níveis anteriores, os estudantes provavelmente são capazes de: • localizar informação explícita em textos de maior extensão como fragmento de literatura infantil, lenda, cantiga folclórica e poema, quando a informação está localizada no meio ou ao final do texto. • identificar o referente de um pronome pessoal do caso reto em textos como tirinha e poema narrativo. • Inferir relação de causa e consequência em textos exclusivamente verbais – piada, fábula, fragmentos de textos de literatura infantil e texto de curiosidade científica – com base na progressão textual; e em textos que articulam a linguagem verbal e não verbal – tirinha; sentido em história em quadrinhos que articula linguagem verbal e não verbal com vocabulário específico de textos de divulgação científica ou que exige conhecimento intertextual de narrativas infantis; o assunto de texto de extensão média de divulgação científica para crianças, com base nos elementos que aparecem no início do texto; o significado de expressão de linguagem figurada em textos como poema narrativo, fragmentos de literatura infantil, de curiosidade científica e tirinha.
NÍVEL 4 (maior que 625 pontos)	Além das habilidades descritas nos níveis anteriores, os estudantes provavelmente são capazes de: • reconhecer relação de tempo em texto verbal e os participantes de um diálogo em uma entrevista ficcional. • identificar o referente de pronome possessivo em poema; o referente de advérbio de lugar em reportagem; o referente de expressão formada por pronome demonstrativo em fragmento de texto de divulgação científica para o público infantil. • inferir sentido em fragmento de conto; sentido de palavra em fragmento de texto de literatura infantil; assunto em texto de extensão média ou longa, considerando elementos que aparecem ao longo do texto, em gêneros como divulgação científica, curiosidade histórica para criança e biografia.

Tabela 5B



ESCALA DE ESCRITA	
NÍVEL 1 (menor que 350 pontos)	Em relação à escrita de palavras, os estudantes que se encontram neste nível provavelmente não escrevem as palavras ou estabelecem algumas correspondências entre as letras grafadas e a pauta sonora, porém ainda não escrevem palavras alfabeticamente. Em relação à produção de textos, os estudantes provavelmente não escrevem o texto ou produzem textos ilegíveis.
NÍVEL 2 (maior ou igual a 350 e menor que 450 pontos)	Em relação à escrita de palavras, os estudantes que se encontram neste nível provavelmente escrevem alfabeticamente palavras com trocas ou omissão de letras, alterações na ordem das letras e outros desvios ortográficos. Em relação à produção de textos, os estudantes provavelmente não escrevem o texto ou produzem textos ilegíveis.
NÍVEL 3 (maior ou igual a 450 e menor que 500 pontos)	Em relação à escrita de palavras, os estudantes que se encontram neste nível provavelmente escrevem ortograficamente* palavras com estrutura silábica consoante-vogal, apresentando alguns desvios ortográficos em palavras com estruturas silábicas mais complexas. Em relação à produção de textos, provavelmente escrevem de forma incipiente ou inadequada ao que foi proposto ou produzem fragmentos sem conectivos e/ou recursos de substituição lexical e/ou pontuação para estabelecer articulações entre partes do texto. Apresentam ainda grande quantidade de desvios ortográficos e de segmentação ao longo do texto.
NÍVEL 4 (maior ou igual a 500 e menor que 600 pontos)	Em relação à escrita de palavras, os estudantes que se encontram neste nível provavelmente escrevem ortograficamente* palavras com diferentes estruturas silábicas. Em relação à produção de textos, provavelmente atendem à proposta de dar continuidade a uma narrativa, embora possam não contemplar todos os elementos da narrativa e/ou partes da história a ser contada. Articulam as partes do texto com a utilização de conectivos, recursos de substituição lexical e outros articuladores, mas ainda cometem desvios que comprometem parcialmente o sentido da narrativa, inclusive por não utilizar a pontuação ou utilizar os sinais de modo inadequado. Além disso, o texto pode apresentar alguns desvios ortográficos e de segmentação que não comprometem a compreensão.
NÍVEL 5 (maior ou igual a 600 pontos)	Em relação à escrita de palavras, os estudantes que se encontram neste nível provavelmente escrevem ortograficamente* palavras com diferentes estruturas silábicas. Em relação à produção de textos, provavelmente atendem à proposta de dar continuidade a uma narrativa, evidenciando uma situação central e final. Articulam as partes do texto com conectivos, recursos de substituição lexical e outros articuladores textuais. Segmentam e escrevem as palavras corretamente, embora o texto possa apresentar alguns desvios ortográficos e de pontuação que não comprometem a compreensão.

Tabela 5C

ESCALA DE MATEMÁTICA	
NÍVEL 1 (até 425 pontos)	Neste nível, os estudantes provavelmente são capazes de:
	• ler horas e minutos em relógio digital; medida em instrumento (termômetro, régua) com valor procurado explícito.
	• associar figura geométrica espacial ou plana a imagem de um objeto; contagem de até 20 objetos dispostos em forma organizada ou desorganizada à sua representação por algarismos.
	• reconhecer planificação de figura geométrica espacial (paralelepípedo). • identificar maior frequência em gráfico de colunas, ordenadas da maior para a menor.
	• comparar comprimento de imagens de objetos; quantidades pela contagem, identificando a maior quantidade, em grupos de até 20 objetos organizados.
NÍVEL 2 (maior que 425 até 525 pontos)	Além das habilidades descritas nos níveis anteriores, os estudantes provavelmente são capazes de:
	• ler medida em instrumento (balança analógica) identificando o intervalo em que se encontra a medida.
	• associar a escrita por extenso de números naturais com até três ordens à sua representação por algarismos.
	• reconhecer figura geométrica plana a partir de sua nomenclatura; valor monetário de cédulas ou de agrupamento de cédulas e moedas.
	• identificar registro de tempo em calendário; uma figura geométrica plana em uma composição com várias outras; identificar frequência associada a uma categoria em gráfico de colunas ou de barras; identificar frequência associada a uma categoria em tabela simples ou de dupla entrada (com o máximo de 3 linhas e 4 colunas, ou 4 linhas e 3 colunas).
	• comparar quantidades pela contagem, identificando a maior quantidade, em grupos de até 20 objetos desorganizados; quantidades pela contagem, identificando quantidades iguais; números naturais não ordenados com até três algarismos.
	• completar sequências numéricas crescentes de números naturais, de 2 em 2, de 5 em 5 ou de 10 em 10.
	• compor número de dois algarismos a partir de suas ordens. • calcular adição (até 3 algarismos) ou subtração (até 2 algarismos) sem reagrupamento. • resolver problema com as ideias de acrescentar, retirar ou completar com números até 20; problema com a ideia de metade, com dividendo até 10.
NÍVEL 3 (maior que 525 até 575 pontos)	Além das habilidades descritas no nível anterior, o estudante provavelmente é capaz de:
	• associar um agrupamento de cédulas e/ou moedas, com apoio de imagem ou dado por meio de um texto, a outro com mesmo valor monetário.
	• identificar frequências iguais em gráfico de colunas; identificar gráfico que representa um conjunto de informações dadas em um texto; identificar frequência associada a uma categoria em tabela de dupla entrada (com mais de 4 colunas, ou mais de 4 linhas). • completar sequência numérica decrescente de números naturais não consecutivos.

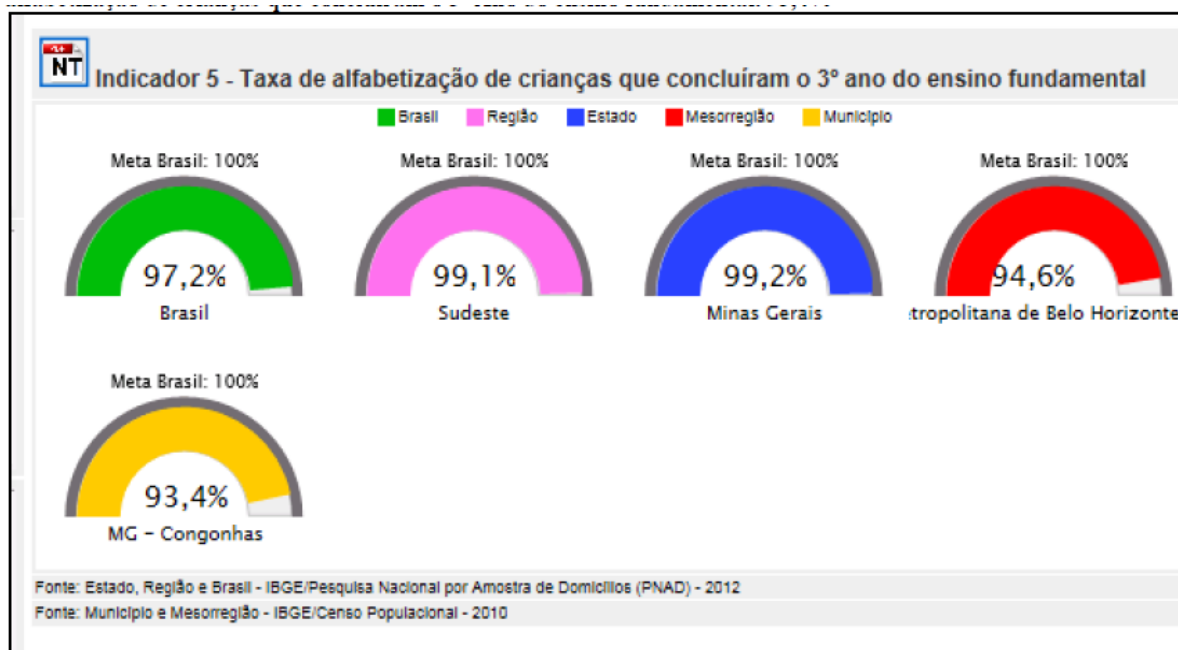


	• calcular adição de duas parcelas de até 03 algarismos com apenas um reagrupamento (na unidade ou na dezena); subtração sem reagrupamento envolvendo pelo menos um valor com 3 algarismos. • resolver problema, com números naturais maiores do que 20, com a ideia de retirar; problema de divisão com ideia de repartir em partes iguais, com apoio de imagem, envolvendo algarismos até 20.
	Além das habilidades descritas no nível anterior, o estudante provavelmente é capaz de:
NÍVEL 4 (maior que 575 pontos)	• ler medida em instrumento (termômetro) com valor procurado não explícito; horas e minutos em relógios analógicos, identificando marcações de 10, 30 e 45 minutos, além de horas exatas.
	• reconhecer decomposição canônica (mais usual) de números naturais com três algarismos; composição ou decomposição não canônica (pouco usual) aditiva de números naturais com até três algarismos.
	• identificar uma categoria associada a uma frequência específica em gráfico de barra.
	• calcular adição de duas parcelas de até 03 algarismos com mais de um reagrupamento (na unidade e na dezena); subtração de números naturais com até três algarismos com reagrupamento.
	• resolver problema, com números naturais de até três algarismos, com as ideias de comparar, não envolvendo reagrupamento; com números naturais de até três algarismos, com as ideias de comparar ou completar, envolvendo reagrupamento; de subtração como operação inversa da adição, com números naturais; de multiplicação com a ideia de adição de parcelas iguais, de dobro ou triplo, de combinação ou com a ideia de proporcionalidade, envolvendo fatores de 1 algarismo ou fatores de 1 e 2 algarismos; de divisão com ideia de repartir em partes iguais, de medida ou de proporcionalidade (terça e quarta parte), sem apoio de imagem, envolvendo números de até 2 algarismos.

- **Indicador 5A:** Taxa de alfabetização de crianças que concluíram o 3º ano do Ensino Fundamental



Gráfico 5A



Fonte: observatoriodopne.org.br/

Apresenta-se o último dado oficial do IBGE quanto a taxa de alfabetização. Para análise da meta serão utilizados os dados da ANA – Avaliação Nacional da Alfabetização e Avaliação Diagnóstica Municipal – SEA Sistema de Escrita Alfabética.

- **Indicador 5B:** Porcentagem de crianças do 3º ano do Ensino Fundamental por nível de proficiência em leitura

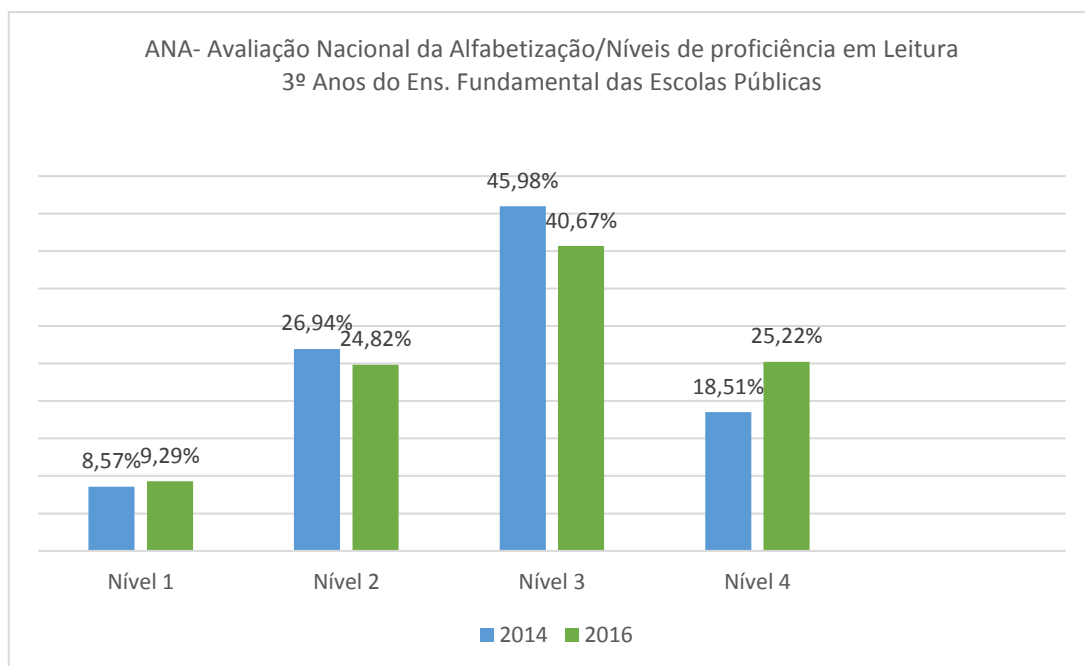
Tabela 5B

Porcentagem de crianças do 3º ano do Ensino Fundamental por nível de proficiência*				
ANO	LEITURA			
	Nível 01	Nível 02	Nível 03	Nível 04
2013	3,53%	33,29%	43,70%	19,48%
2014	8,57%	26,94%	45,98%	18,51%
2016	9,29%	24,82%	40,67%	25,22%

Fonte: <http://inepdata.inep.gov.br> – conforme relatório disponibilizado para as escolas

* Proficiência é a capacidade para realizar algo, dominar certo assunto e ter aptidão em determinada área do conhecimento.

Gráfico 5B



Fonte: <http://inepdata.inep.gov.br> – conforme relatório disponibilizado para as escolas

** 2016 - Dados ainda não disponibilizados pelo INEP

Em 2016 foi realizada a terceira edição da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), com o intuito de avaliar o nível de proficiência em Escrita, Leitura e Matemática das crianças do 3º ano do Ensino Fundamental. A divulgação dos Micro dados do Censo Escolar pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC), segundo os quais, os níveis 2, 3 e 4 de proficiência em Leitura abrangem os alunos com aprendizado adequado, de um total de quatro níveis.

O resultado da avaliação em 2016 indicou que 90,7% das crianças possuíam nível adequado de Leitura, esse percentual é a soma dos 24,82% que se encontravam no nível 2, dos 40,67% no nível 3 e dos 25,22% no nível 4. Complementarmente, 9,29% das crianças estavam no nível 1 de proficiência em Leitura.

Em 2016 obtivemos 90,7% percentuais em níveis adequados em leitura, uma queda de 0,73% em comparação a 2014 (91,43% das Crianças possuíam um nível adequado de leitura). Mas um fator positivo em destaque, é que,

percebe-se um avanço dos estudantes para os níveis mais avançados da escala, o que reflete uma melhoria notável nos níveis de proficiência.



- **Indicador 5C:** Porcentagem de crianças do 3º ano do Ensino Fundamental por nível de proficiência em escrita

Tabela 5C

Porcentagem de crianças do 3º ano do Ensino Fundamental por nível de proficiência*					
ANO**	ESCRITA				
	Nível 01	Nível 02	Nível 03	Nível 04	Nível 05
2013	5,50%	20,69%	23,81%	49,73%	***
2014	4,08%	9,65%	8,41%	70,21%	7,65%
2016	5,57%	12,82	1,34%	64,05%	16,17%

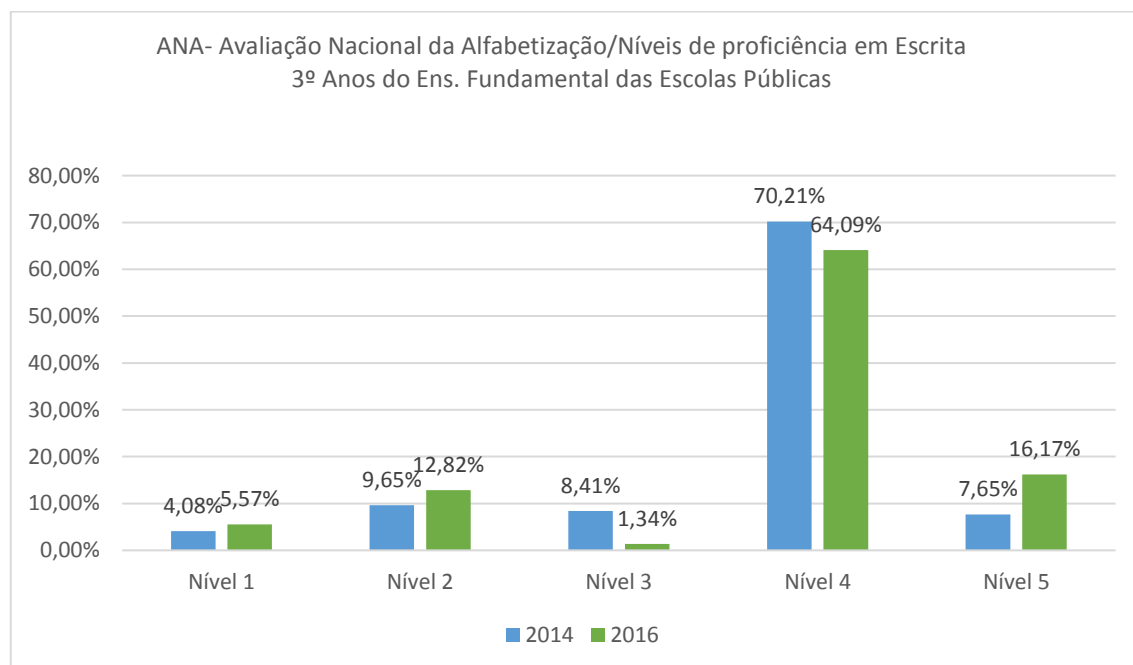
Fonte: <http://inepdata.inep.gov.br>

*Proficiência é a capacidade para realizar algo, dominar certo assunto e ter aptidão em determinada área do conhecimento.

** Resultados referentes à rede pública: escolas municipais e estaduais, respectivamente.

*** No ano de 2013 não havia nível 05

Gráfico 5C



Fonte: <http://inepdata.inep.gov.br>

** 2016 - Dados ainda não disponibilizados pelo INEP



O resultado da avaliação em 2016 indicou que 94,42 % das crianças das Escolas Públicas possuíam nível adequado de Escrita. Esse percentual é a soma dos 12,82% que se encontravam no nível 2, dos 1,34% no nível 3, 64,09% no nível 4 e 16,17% no Nível 5. Complementarmente, 5,57% das crianças estavam no nível 1 de proficiência em Escrita. Percebe-se um avanço dos estudantes para os níveis mais avançados da escala, o que reflete uma melhoria notável nos níveis de proficiência.

No nível 04 de proficiência, encontram-se a maior concentração de estudantes, o que corresponde a 64,09%. Os alunos que se encontram neste nível 4 provavelmente escrevem ortograficamente* palavras com diferentes estruturas silábicas. Em relação à produção de textos, provavelmente atendem à proposta de dar continuidade a uma narrativa, embora possam não contemplar todos os elementos da narrativa e/ou partes da história a ser contada. Articulam as partes do texto com a utilização de conectivos, recursos de substituição lexical e outros articuladores, mas ainda cometem desvios que comprometem parcialmente o sentido da narrativa, inclusive por não utilizar a pontuação ou utilizar os sinais de modo inadequado.

Em 2014, o índice de Proficiência das Escolas Municipais da Rede Pública indicou, segundo dados da ANA- Avaliação Nacional da Alfabetização, que 95,92% das Crianças possuíam um nível adequado de leitura, em comparativo com 2016, 94,42% no nível adequado, e obtivemos uma diferença de 1,5%, em relação a 2014. Em relação ao Nível 1 insuficiente em 2014, o resultado foi 4,08%, e em 2016 o resultado foi 5,57%.

Ressaltando que quanto maiores forem os índices nos níveis mais altos da escala, mais significativo o resultado para o Município.

O resultado de 2016 também mostrou que a porcentagem com nível adequado em Escrita é superior aos indicadores de proficiência em Leitura e Matemática

- **Indicador 5D:** Porcentagem de crianças do 3º ano do Ensino Fundamental por nível de proficiência em matemática.

Tabela 5F

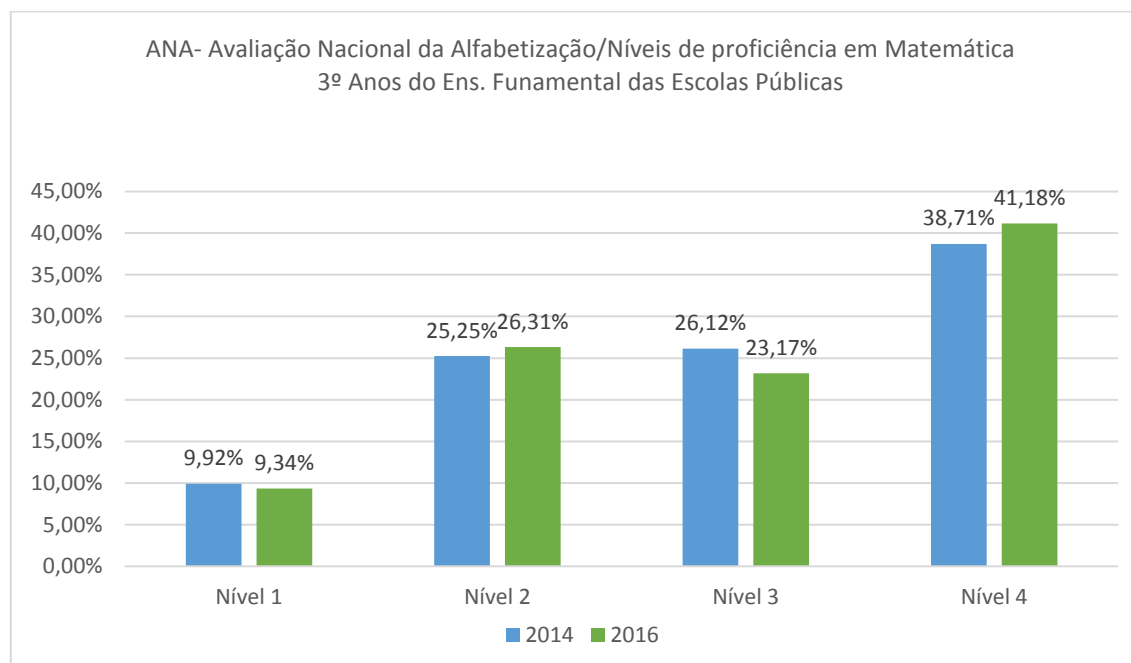
Porcentagem de crianças do 3º ano do Ensino Fundamental por nível de proficiência*				
ANO**	MATEMÁTICA			
	Nível 01	Nível 02	Nível 03	Nível 04
2013	3,72%	27,01%	28,07%	41,21%
2014	9,92%	25,25%	26,12%	38,71%
2016	9,34%	26,30%	23,17%	41,18%

Fonte: <http://inepdata.inep.gov.br>

* Proficiência é a capacidade para realizar algo, dominar certo assunto e ter aptidão em determinada área do conhecimento.

** Resultados referentes à rede pública: escolas municipais e estaduais, respectivamente.

Gráfico 5C



Fonte: <http://inepdata.inep.gov.br>

** 2016 - Dados ainda não disponibilizados pelo INEP

O resultado da avaliação em 2016 indicou que 90,66% das crianças das Escolas Públicas possuíam nível adequado de Proficiência em Matemática. Esse percentual é a soma dos 26,31% que se encontravam no nível 2, dos 23,17% no nível 3, 41,18% no nível 4, percebe-se um avanço dos estudantes para os níveis mais avançados da escala, o que reflete uma melhoria notável nos níveis de proficiência. Complementarmente, 9,34% das crianças estavam no nível 1 de proficiência em Matemática

Em 2014, o índice de Proficiência das Escolas Municipais da Rede Pública indicou, segundo dados da ANA- Avaliação Nacional da Alfabetização, que 90,08% das Crianças possuíam um nível adequado de proficiência em Matemática, em comparativo com 2016, obtivemos o resultado de 90,66%, com avanço de 0,58 % percentuais. Ressaltando que quanto maiores forem os índices dos níveis mais altos da escala, mais significativo o resultado para o Município.



5.3. QUADRO SÍNTESE

As Fichas de monitoramento da meta estão disponíveis no **Anexo B** – Equipes Técnicas e Comissão Coordenadora e **Anexo C** – Indicadores: metas previstas e executadas.

5.4. AVALIAÇÃO DA META E ESTRATÉGIAS

- **Estratégia 5.1:** *Reavaliar e estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na educação infantil, com qualificação e valorização dos (as) professores (as) alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças.*

Análise da Equipe Técnica: Estratégia em andamento. Nos monitoramentos dos resultados das Avaliações Externas(ANA- Avaliação Nacional da Alfabetização, PMALFA- Programa Mais Alfabetização) e Internas (Avaliações Diagnósticas do Sistema de Escrita Alfabética) pode-se perceber que a Alfabetização, embora obtivemos avanços nos índices de proficiência em leitura, escrita e matemática, conforme os indicadores 5A, 5B, 5C e 5D, podemos perceber que ainda temos desafios, Alfabetização e o letramento são processos longos, mas perfeitamente possíveis de serem atingidos ao longo da Alfabetização, *desde a Educação Infantil aos 1º e 3º anos do Ens. Fundamental.*



O PNAIC Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa / Portaria Nº 826, de 07 de Julho de 2017, em prol da estratégia 5.1 ,vem com o objetivo de favorecer e integrar as práticas de alfabetização e o letramento em LP e Matemática, através da formação continuada presencial e EAD- Atividades de Ensino a Distância, dos professores de Ed, infantil e 1º aos 3º anos do Ens. Fundamental (Novembro 2017 à Maio 2018).

Em Janeiro de 2018, O PMALFA- Programa Mais Alfabetização, criado pela Portaria nº 142, de 22 Fevereiro, de 2018, surgiu como estratégia do Ministério da Educação, juntamente com o PNAIC mediante os resultados da Avaliação Nacional da Alfabetização- ANA do Sistema de Avaliação da Educação- SAEB, com objetivo de fortalecer e alicerçar as unidades escolares no processo de Alfabetização, para fins de leitura, escrita e matemática, dos estudantes no 1º ano e 2º ano do Ensino Fundamental. O município de Congonhas realizou a adesão em 28/01/2018, através da gestão e monitoramento do programa, em colaboração com estados e municípios, complementar a parte de alfabetização.

Escolas Públicas Municipais e estaduais participam dos PNAIC e PMALFA, e realizam a Avaliação Diagnóstica do SEA, em formato específico.

As Escolas Particulares realizam as avaliações internas conforme sistemas de ensino.

- **Estratégia 5.2:** *Adotar e aplicar os instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, adequando-o ao ensino municipal e assessorar as escolas na utilização dos respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do ensino fundamental.*

Análise da Equipe Técnica: Estratégia concluída. Os instrumentos de avaliação nacional, são aplicados periodicamente, conforme solicitações do MEC, com o objetivo de para aferir a alfabetização das crianças, de acordo com todas as orientações técnicas e pedagógicas, tais como: a realização de estudos direcionados as matrizes de referência de avaliação, boletins pedagógicos das turmas, escolas e rede, com objetivo de garantir o

desenvolvimento das habilidades aferidas, conforme as orientações das escalas de proficiência.

Em todas as avaliações tais como: ANA, PROALFA e PMALFA- Programa Mais Alfabetização (adesão em jan./2018), o município realiza estudos referentes aos resultados de forma a garantir aos Gestores, professores (as) e comunidade escolar, o conhecimento e a elaboração dos Planos de Intervenções Pedagógicas, de acordo com a realidade dos resultados de cada unidade escolar, com a efetiva participação de todos os envolvidos no processo.

As escolas particulares, não participam das avaliações nacionais para aferir a Alfabetização das Crianças, pois as mesmas são gerenciadas de acordo com as metodologias dos Sistemas de Ensino, aos quais pertencem Bernoulli, Positivo e SAS.

- **Estratégia 5.3:** *Implantar, manter e dinamizar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas.*

Análise da Equipe Técnica: Estratégia em andamento. No município foram implantados laboratórios de informática com o objetivo de dinamizar tecnologias educacionais para a Alfabetização, os quais asseguram a diversidade de métodos e estratégias de forma a garantir a utilização das novas tecnologias, de forma lúdica, para despertar nas diversas áreas do conhecimento, as habilidades necessárias para a consolidação dos “Direitos de Aprendizagens”- alfabetização e letramento em língua portuguesa e matemática. As mesas pedagógicas – tecnologias educacionais, que fazem parte dos laboratórios de informática das escolas do Município dinamizam as estratégias e favorecem a interação e acessibilidade, com o objeto de conhecimento.

Nas Escolas Particulares, o acompanhamento e acesso aos resultados são aferidos e monitorados pelos respectivos sistemas de ensino; Bernoulli, Positivo e SAS.



- **Estratégia 5.4:** *Fomentar, valorizar, acompanhar e garantir o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos (as) alunos (as), consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade.*

Análise da Equipe Técnica: Estratégia em andamento. As práticas pedagógicas e tecnologias inovadoras são garantidas e valorizadas em todas as escolas do município, *conforme descritas no item 5.3*, e acompanhadas através do monitoramento do PMALFA- Programa Mais Alfabetização, Avaliações Diagnósticas do Sistema de Escrita Alfabética – SEA, que as professoras(es) e pedagogas (os), realizam através de Portfólios, nas turmas e das escolas, nos 1º aos 3º anos do Ensino Fundamental, de forma a acompanhar o fluxo e aprendizagem dos alunos, em respeito as individualidades, no planejamento de estratégias e metodologias para a melhoria do processo ensino aprendizagem.

O monitoramento é realizado pela SME através de visitas pedagógicas, no acompanhamento das relações interpessoais que se constroem no ambiente escolar, como também a execução de ações integradas focadas na melhoria do processo ensino aprendizagem.

Nas Escolas Estaduais e Particulares, o monitoramento da Alfabetização acontece através de Avaliações Diagnósticas internas.

- **Estratégia 5.5:** *Promover, estimular e desenvolver a formação continuada de professores (as) para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação.*

Análise da Equipe Técnica: Estratégia concluída. A formação continuada dos professores (as) para a Alfabetização das crianças conta com o conhecimento no uso das novas tecnologias e práticas educacionais inovadoras, estimulando a articulação entre programas de Pós-Graduação – Congonhas 24/07/2015 Diário Oficial Eletrônico, criado pela lei municipal nº 2900/2009- Ano 5/nº 1301. Site www.congonhas.mg.gov.br

A formação continuada dos professores, aconteceu através do PNAIC Novembro 2017 a Maio 2018-, com a inscrição de 100% dos professores

regentes das turmas de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ens. Fundamental 1º aos 3º anos, perfazendo ao final do mesmo à conclusão de aproximadamente 95% dos participantes, em carácter presencial e EAD- Atividades de Estudos a Distância.

Em 2018 surgiu o PMALFA- Programa Mais Alfabetização, criado pela Portaria nº 142, de 22 Fevereiro, de 2018, como estratégia do Ministério da Educação diante dos resultados da Avaliação Nacional da Alfabetização- ANA do Sistema de Avaliação da Educação-SAEB, o qual integra a Política Nacional de Alfabetização. *A Formação continuada preconiza o protagonismo das redes, centrada na prática e realizada em serviço, ofertada a todos(as) os professores (as)Assistentes Voluntários(as), equipes de Gestão e das secretarias de educação.*

Nas Escolas Particulares acontece a Formação Continuada dos professores, através dos Sistemas de Ensino: Bernoulli, Positivo e SAS.

- **Estratégia 5.6:** *Viabilizar e apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, disponibilizando profissionais especializados, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.*

Análise da Equipe Técnica: Estratégia concluída. O apoio a Alfabetização das pessoas com necessidades especiais, conta com profissionais especializados, considerando as especificidades dos alunos (as), inclusive a Alfabetização Bilíngue de deficientes auditivo, e Braille em casos de alunos deficientes visuais, sem estabelecimento de terminalidade temporal.

Para oferecer o apoio e assistência educacional aos educandos, o município oferece o Núcleo Educacional de Apoio Especializado com atendimentos nas áreas de: Psicopedagogia, Psicologia, Fonoaudiologia, Terapeuta Ocupacional, Assistência Social. Nas escolas, as salas de recursos multifuncionais – AEE Atendimento Educacional Especializado

A SME através do Núcleo, oferece capacitação e avaliação técnica de professores (as) para a função específica de apoio às necessidades educacionais, que também contam com monitoramento constante.

Segundo dados do EducaCenso, apenas uma Escola Particular e uma Escola Estadual, possuem Sala Recurso AEE- Atendimentos Educacionais Especializados.

Na Escola Estaduais possuem salas de Recurso e atendimentos educacionais especializados oferecidos pelos setores públicos de saúde básica.

Nas Escolas Particulares: as coordenadoras Pedagógicas acompanham os alunos, e não possuem salas específicas de Atendimentos Educacionais Especializados

5.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em continuidade as propostas metodológicas, apreendidas pelos docentes e discentes e a finalização do PNAIC, em maio de 2018, o governo federal, através da *Portaria nº 142, de 22 fevereiro, de 2018*, instituiu o PMALFA - Programa Mais Alfabetização, como estratégia do Ministério da Educação diante dos resultados da *Avaliação Nacional da Alfabetização- ANA* (Edições 2013, 2014 e 2016) do Sistema de Avaliação da Educação-SAEB, com objetivo de fortalecer e alicerçar as unidades escolares no processo de Alfabetização, para fins de leitura, escrita e matemática, dos estudantes no 1º ano e 2º ano do Ensino Fundamental.

O PMALFA- Programa Mais Alfabetização, através das Avaliações Diagnósticas de Entrada, aplicada no início do Programa (Maio 2018) com objetivo de projetar o trabalho a ser desenvolvido, a Avaliação de Percurso (agosto 2018) e a Avaliação de Saída, realizada ao final do Programa (Novembro (2018) possibilitam as Escolas Públicas e Redes de Ensino, diagnósticos precisos em relação as competências e habilidades a serem analisadas pelos docentes, no direcionamento das estratégias de ensino aprendizagem. A rede com base nas Avalições contínuas e periódicas, promove encontros com as equipes pedagógicas das Escolas Municipais e Assistentes Voluntárias do PMALFA, para análise das metas e elaboração de Planos de Ação, alicerçadas nos diagnósticos das Avaliações internas e externas.

Os relatórios do PMALFA/2018 referentes aos resultados finais não se encontram disponíveis.

www.pddeinterativo.mec.gov.br/maisalfabetizacao. (11/12/2018)

Além do monitoramento dos resultados das Avaliações externas, as Escolas Municipais realizam com periodicidade as *Avaliações Diagnósticas do Sistema de Escrita Alfabética* – SEA em todos os discentes dos 1º aos 3º anos do Ensino Fundamental, com o objetivo de acompanhar os níveis e o fluxo de aprendizagem dos alunos, planejar estratégias e metodologias em prol do avanços contínuos no processo de Alfabetização.

Depois de passar pelos cinco anos de processo formal de educação, as crianças têm plena condição de obter as habilidades fundamentais de alfabetização e de letramento, desta forma, é possível esperar que até os 8 anos as crianças tenham domínio satisfatório de escrita, no município.





Meta 06

.....

Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 70% (setenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.

.....

6. META 06



6.1. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO

Andrea Maria Gomes;
Ângela Maria Avelar da Silva;
Celeste Cordeiro;
Ester Santana da Conceição Cordeiro;
Rosilene Pereira Sousa Junqueira;
Tânia Dâmaso;
Thiago Welerson Santos Leão;
Vanete Cristina Silva.

6.2. ORGANIZAÇÃO E METODOLOGIA DO MONITORAMENTO

A Meta 6 do PME visa à ampliação do tempo de permanência dos estudantes matriculados nas escolas públicas, com o atendimento em tempo integral de pelo menos 25% dos alunos da educação básica em, no mínimo, 70% das escolas. Para o monitoramento da meta foram selecionados dois indicadores:

- Indicador 6A: Percentual de alunos da educação básica pública em tempo integral.

- Indicador 6B: Percentual de escolas públicas com ao menos um aluno que permanece no mínimo 7 horas diárias em atividades escolares.

Os cálculos dos indicadores e as análises foram realizados com base no censo da Educação Básica, produzido anualmente pelo INEP e dados coletados pela Secretaria Municipal de Educação.

Indicador 6A: Percentual de escolas públicas com alunos que permanecem ao menos 7h em atividades escolares.



Tabela 6A: Número de escolas por rede

NÚMERO DE ESCOLAS	2016*	2017*	2018**
MUNICIPAIS	25	27	15
ESTADUAIS	01	01	01
FEDERAIS	01	01	01
TOTAL	27	29	17

*Fonte: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>

**Dados da SEMED

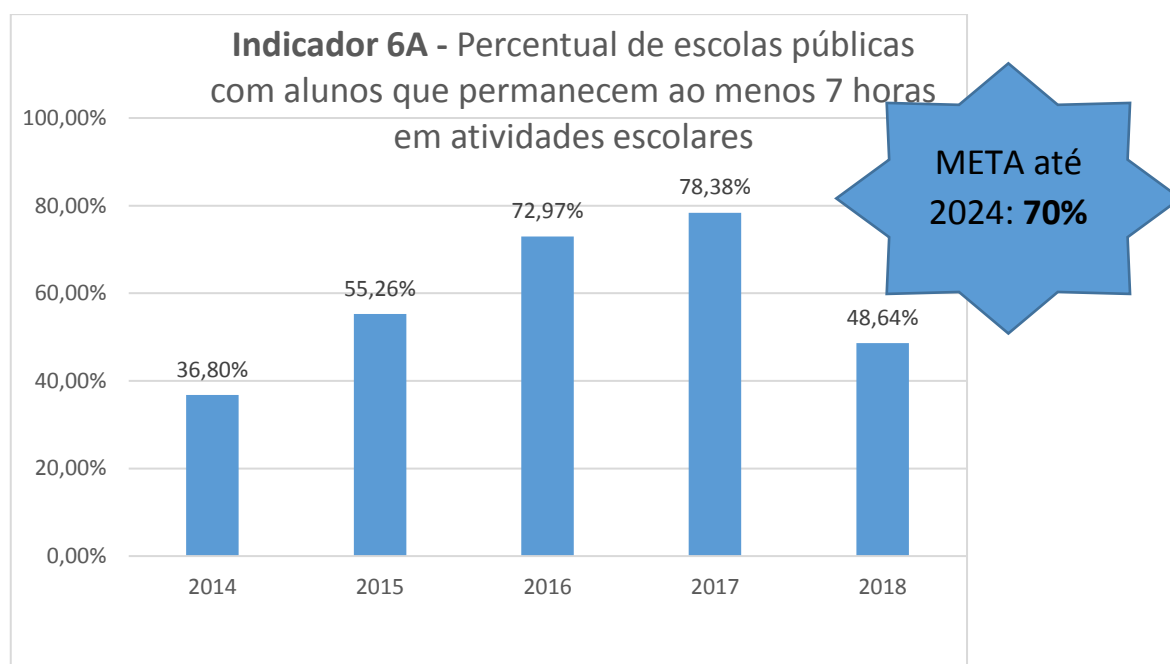
Tabela 6B: Porcentagem de escolas públicas com alunos que permanecem ao menos 7h em atividades escolares.

ANO	2014*	2015*	2016*	2017*	2018**
	36,80%	55,26%	72,97%	78,38%	48,64%

* Fonte: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>

**Dados da SEMED

Gráfico 6A



Fonte: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica> e dados da SEMED



Conforme os dados apresentados, a ampliação do número de escolas públicas que ofertam tempo integral no Município ocorreu gradativamente até 2018, quando houve declínio. Do ano de 2014 para 2015 o aumento foi de 18,46%. De 2015 para 2016 a proporção foi de 17,71%. De 2016 para 2017, aumento de 5,41%.

De 2017 para 2018, queda de 29,74%, em decorrência da supressão do Programa Novo Mais Educação na Rede Municipal. O MEC estabeleceu novos critérios para tal fomento, relacionados aos resultados do IDEB, a saber: Inferior a 4,4 nos Anos Iniciais e a 3,0 nos Anos Finais, sendo que na Rede Municipal o IDEB em 2017 foi de 6,4 nos Anos Iniciais e 4,7 nos Anos Finais.

Das 32 Escolas da Rede Municipal de Educação, 15 ofertam atividades complementares de tempo integral, em que os alunos permanecem mais de 7 horas diárias 5 dias da semana, conforme a Nota Técnica Conjunta nº 01/2017 (SEB/SECADI/SETEC/FNDE), a qual dispõe: “constam como matrícula de tempo integral aquelas que têm escolarização igual ou superior a 7 horas diárias, feita a média para 5 dias da semana”. Desta forma, na rede Municipal, das 32 Escolas existentes 15 ofertam atividades complementares de tempo integral. Outras 15 ofertam oficinas de atividades complementares tempo integral. Somente as escolas “Dona Mariana Seabra” e o Centro de Estudos Supletivos “Professor Juvenal de Freitas Ribeiro” não ofertam atividades complementares. Na Rede Estadual, das 4 Escolas 2 ofertam tempo integral, E. E. “Barão de Congonhas” e E. E. “Barão de Paraopeba”. O IFMG – Instituto Federal de Minas Gerais oferta tempo integral à totalidade de alunos matriculados no Ensino Médio.

Indicador 6B: Percentual de alunos que permanecem ao menos 7h em atividades escolares.

Em 2018, no Município de Congonhas o total de alunos da rede pública de educação é aproximadamente 10.078. Destes 1.512 alunos permanecem mais de 7 em atividades escolares, ou seja, 15%.

Tabela 6C: Número de alunos que permanecem ao menos 7h em atividades escolares

ANO	2018
MUNICIPAL	1.135
ESTADUAL	65
FEDERAL	312
TOTAL	1.512

Fonte: SEMED – out/2018 e dados coletados nas escolas Estaduais e Federal.

Tabela 6D: Percentual de alunos que permanecem ao menos 7h em atividades escolares

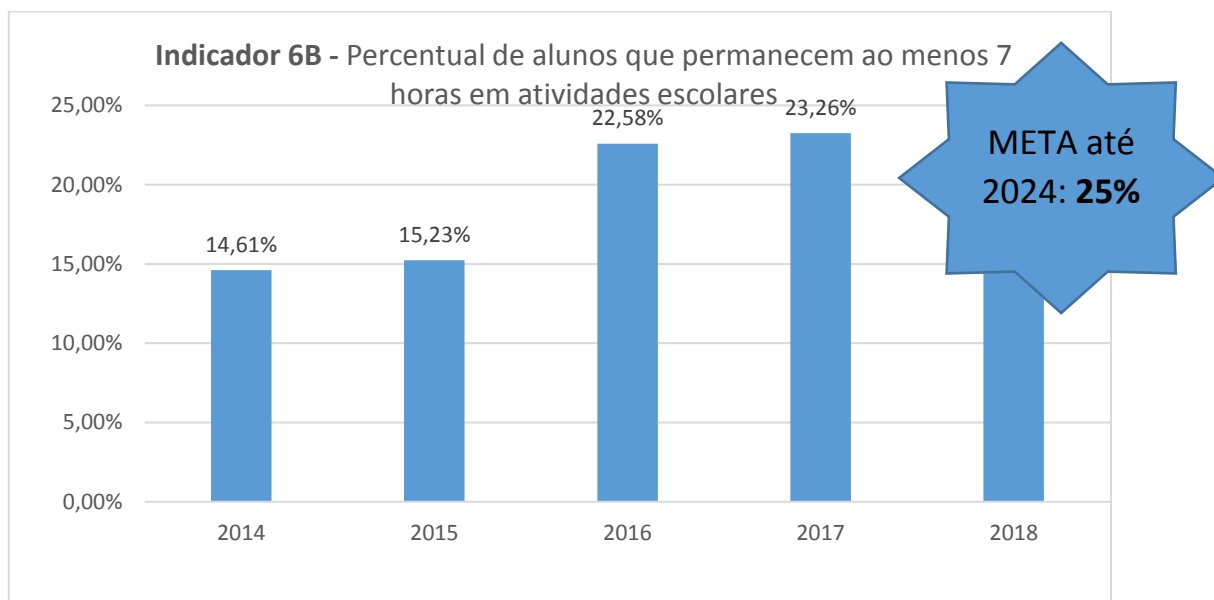
ANO	2014*	2015*	2016*	2017**	2018***
	14,61%	15,23%	22,58%	23,26%	15,00%

*Fonte: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>

** 2017: Aguardando fechamento do EducaCenso 2018

***2018: SEMED – out/2018 e dados coletados nas escolas Estaduais e Federal.

Gráfico 6B



Fonte: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica> e dados da Semed. ** 2017: Aguardando fechamento do EducaCenso 2018

O gráfico demonstra que o percentual de alunos com permanência de ao menos 7 horas diárias em atividades escolares manteve uma trajetória de ascensão até 2017. De 2014 para 2015, houve aumento de 0,62%, já entre

os anos de 2015 e 2016 o aumento foi de 4,1%. Entre 2016 e 2017 a ampliação foi de 2,07%. De 2017 para 2018, redução de 8,26%. A expressiva queda no corrente ano, demonstra a necessidade de ações interfederativas em prol da retomada de ascensão dos índices considerando que a permanência dos alunos nas escolas com carga horária escolar ampliada contribui para a:

I - alfabetização, ampliação do letramento e melhoria do desempenho em língua portuguesa e matemática das crianças e dos adolescentes, por meio de acompanhamento pedagógico específico;

II - redução do abandono, da reprovação, da distorção idade/ano, mediante a implementação de ações pedagógicas para melhoria do rendimento e desempenho escolar;

III - melhoria dos resultados de aprendizagem do ensino fundamental, nos anos iniciais e finais;

IV - ampliação do período de permanência dos alunos na escola.

6.3. QUADRO SÍNTESE

As Fichas de monitoramento da meta estão disponíveis no **Anexo B** – Equipes Técnicas e Comissão Coordenadora e **Anexo C** – Indicadores: metas previstas e executadas.

6.4. AVALIAÇÃO DA META E ESTRATÉGIAS

- **Estratégia 6.1:** *Aderir a Programas Federais ofertados para promover a educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos (as) alunos (as) na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete)*

horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola.

Análise da Equipe Técnica: Estratégia concluída. A maioria das escolas públicas do município anuem ao Programa Novo Mais Educação que visa a melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental por meio da complementação da carga horária de até 20 horas semanais, no turno e no contraturno escolares. Para melhorar o desempenho educacional, além do acompanhamento pedagógico nessas disciplinas, o Novo Mais Educação propicia atividades nos campos da arte, cultura, esporte e lazer.

Em 2018, houve supressão do Programa Novo Mais Educação na Rede Municipal devido aos critérios estabelecidos pelo MEC para tal fomento, relacionados aos resultados do IDEB, a saber: Inferior a 4,4 nos Anos Iniciais e a 3,0 nos Anos Finais, sendo que na Rede Municipal o IDEB em 2017 foi de 6,4 nos Anos Iniciais e 4,7 nos Anos Finais.

O Instituto Federal possui gerenciamento específico.

- **Estratégia 6.2:** *Construir e reformar, em regime de colaboração, escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado, acessibilidade física, para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social.*

Análise da Equipe Técnica: Estratégia em andamento. As adequações arquitetônicas das escolas municipais estão sendo implementadas, 06 escolas foram construídas sob as normas da ABNT e as demais escolas estão sendo reformadas conforme as possibilidades das construções. As escolas estaduais estão sendo reformadas. Os alunos que necessitam de materiais adaptados e acessíveis estão sendo atendidos. Os demais itens estão em processo. As escolas particulares não informaram

Serão inauguradas em 2019, 2 (duas) creches do Programa ProInfância com capacidade de atendimento de 186 crianças cada uma.

- **Estratégia 6.3:** *Construir e reformar, em regime de colaboração, quadras poliesportivas cobertas e com vestiários, laboratórios de ciências e de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios,*

cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral, garantindo a acessibilidade.



Análise da Equipe Técnica: Estratégia em andamento. São disponibilizados Programas Federais com esta finalidade, a adesão ocorre de forma a viabilizar a construção e reforma de prédios escolares conforme aspectos mencionados. Na rede municipal há melhoramentos e adequações constantes quanto à melhoria estrutural, sendo este um dos principais desafios na atualidade, já que algumas escolas funcionam em prédios cuja estrutura antiga dificulta a adequação para atendimento à demanda. De acordo com possibilidades orçamentárias. A Escola Federal, e todas as Escolas das Redes Estadual e Municipal de Ensino possuem laboratórios de informática e refeitórios, assim como bibliotecas com espaços revitalizados e acervo variado. Algumas escolas não possuem espaço físico para construção de quadras esportivas e adequações de demais espaços.

Os cadastros no PAR foram feitos e estão em análise pelo MEC. Dentre eles consta construção e reforma de escolas onde, teremos espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos.

- **Estratégia 6.4:** *Promover e viabilizar a articulação das escolas com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivo e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários.*

Análise da Equipe Técnica: Estratégia cumprida. As instituições escolares que ofertam ampliação da carga horária escolar no Município, tem como parceiras essenciais às práticas diversificadas: Associações de Bairros, Museus locais, Secretarias Municipais de Desenvolvimento e Assistência Social, de Comunicação, de Cultura, de Desenvolvimento Sustentável, de Saúde, também Casa do Professor, Bibliotecas Públicas dentre outras que disponibilizam espaços que ofertam à Comunidade Escolar o acesso a diferentes ambientes formativos. Tal articulação tem sido ampliada ao longo de todo o processo educativo.

- **Estratégia 6.5:** *Firmar parcerias para que sejam oferecidas atividades voltadas à ampliação da jornada escolar de alunos (as) matriculados nas escolas da rede pública de educação básica por parte das entidades privadas de serviço social vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino.*

Análise da Equipe Técnica: Estratégia cumprida. Empresas da região fomentam as ações da jornada escolar ampliada por meio de parcerias que disponibilizam atividades condizentes com a Matriz Curricular das Instituições. São disponibilizados recursos humanos, físicos e financeiros para incremento das atividades. Na Rede Municipal o Projeto Arte na escola da SEMED possibilita a profissionalização de alunos por meio das oficinas de Música, Artesanato, etc.

- **Estratégia 6.6:** *Adotar as orientações de aplicação da gratuidade de que trata o art. 13 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, em atividades de ampliação da jornada escolar de alunos (as) das escolas da rede pública de educação básica, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino.*

Análise da Equipe Técnica: Estratégia cumprida. As escolas públicas do Município atuam em consonância com o que preconiza a Constituição Federal, que em seu Capítulo III dispõe:

Da Educação, da Cultura e do Desporto

SEÇÃO I

Da Educação

Art. 205 A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206

() O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:*

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, plano de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União;

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

() Emenda Constitucional Nº 19, de 1998*

Art. 208

() O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:*

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1.º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2.º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

Diante do exposto, percebe-se com clareza que o município tem atendido às exigências preconizadas pela Constituição Federal.

http://www.lex.com.br/doc_82188_CONSTITUICAO_DA_REPUBLICA_FEDERATIVA_DO_BRASIL_DE_1988.aspx

- **Estratégia 6.7:** *Garantir, gradativamente, a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos, assegurando o atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas.*

Análise da Equipe Técnica: Estratégia cumprida. Todos os alunos público alvo da inclusão possuem atendimento especializado qualificado em salas de recursos multifuncionais, apoio clínico através do Núcleo de Apoio Educacional e parceira com a Secretaria de Saúde na Clínica da Criança e CERPAI, Instituições filantrópicas, como Instituto Olhos D'Alma, APAE Congonhas e outras. Os alunos, de acordo com a legislação e demanda, possuem profissionais de apoio, a saber, professores de apoio e cuidadores, em todas as modalidades de ensino. No município não há casos de atendimento a alunos superdotados.

- **Estratégia 6.8:** *Otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais.*

Análise da Equipe Técnica: Estratégia cumprida. As escolas que ofertam atividades complementares de tempo integral no Município organizam suas matrizes curriculares, horários de aulas e rotinas semanais garantindo a efetivação de atividades curriculares que visam a melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental por meio da complementação da carga horária de 15 a 20 horas semanais, no turno e no contraturno escolares. Para melhorar o desempenho educacional, além do acompanhamento pedagógico nessas disciplinas, são desenvolvidas também com o subsídio do Programa Novo Mais Educação atividades nos campos da arte, cultura, esporte e lazer. (Em 2018, houve supressão do Programa Novo Mais Educação na Rede Municipal devido aos critérios estabelecidos pelo MEC para tal fomento, relacionados aos resultados do IDEB, a saber: Inferior a 4,4 nos Anos Iniciais e a 3,0 nos Anos Finais, sendo que na Rede Municipal o IDEB em 2017 foi de 6,4 nos Anos Iniciais e 4,7 nos Anos Finais).

Na Rede Municipal há diversificação das Matrizes Curriculares com atendimento aos interesses dos alunos e conforme características locais (Projeto Arte na Escola da SEMED) Há Profissionais de Educação Física para aulas de modalidades esportivas diversas no contra turno e parcerias com Secretarias Municipais (Esporte, Assistência Social, Cultura, Saúde, Obras, etc.). Parceria com Empresas Privadas.

Existem, na rede municipal de ensino, diversos programas focados na ampliação de potencialidades, habilidades artísticas e culturais, as quais contemplam a formação integral do aluno com oferta de oficinas e atividades complementares de tempo integral, além dos projetos desenvolvidos pelos profissionais da educação na realidade e demanda de cada escola.

6.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O Município tem efetuado um trabalho que contribui para o alcance da Meta 6 no prazo estabelecido. No indicador 6A, conforme dados do *Sinopse da Educação 2017*: 29 das 37 escolas públicas, o equivalente 78,3% possibilitaram aos alunos pelo menos 7h em atividades escolares.

Porém em 2018, em decorrência da supressão do Programa Novo Mais Educação na Rede Municipal relacionada aos resultados obtidos no IDEB, (inferior a 4,4 nos Anos Iniciais e a 3,0 nos Anos Finais, sendo que na Rede Municipal o IDEB em 2017 foi de 6,4 nos Anos Iniciais e 4,7 nos Anos Finais.), houve a queda significativa do número escolas com tempo integral. Atualmente 48,64% ofertam tal modalidade. A meta até o final de 2024, é 70%. Quanto ao Indicador 6B, em 2018, 15% dos alunos permanecem ao menos 7h em atividades escolares, sendo a meta, até o final deste plano, 25%.

Das 32 Escolas da Rede Municipal de Educação, 15 ofertam atividades complementares de tempo integral, em que os alunos permanecem mais de 7 horas diárias 5 dias da semana, conforme a Nota Técnica Conjunta nº 01/2017 (SEB/SECADI/SETEC/FNDE), a qual dispõe: “constam como matrícula de tempo integral aquelas que têm escolarização igual ou superior a 7 horas diárias, feita a média para 5 dias da semana”. Desta forma, na rede Municipal, das 32 Escolas existentes 15 ofertam atividades complementares

de tempo integral. Outras 15 ofertam oficinas de atividades complementares tempo integral. Somente as escolas “Dona Mariana Seabra” e o Centro de Estudos Supletivos “Professor Juvenal de Freitas Ribeiro” não ofertam atividades complementares.

No Município há o empenho das entidades em promover a adequação da estrutura física dos prédios escolares à demanda educacional em consonância com a legislação vigente, oferta de alimentação balanceada, apoio ao educando nos aspectos físicos, cognitivos e emocionais e também pela ampliação da parceria com toda a comunidade escolar. A adesão a programas federais para fomento técnico e financeiro às ações vem possibilitando a melhoria contínua do processo. São validadas no Município as indicações do MEC:

A Educação Integral constitui ação estratégica para garantir atenção e desenvolvimento integral às crianças, adolescentes e jovens, sujeitos de direitos que vivem uma contemporaneidade marcada por intensas transformações e exigência crescente de acesso ao conhecimento, nas relações sociais entre diferentes gerações e culturas, nas formas de comunicação, na maior exposição aos efeitos das mudanças em nível local, regional e internacional. Ela se dará por meio da ampliação de tempos, espaços e oportunidades educativas que qualifiquem o processo educacional e melhorem o aprendizado dos alunos. Não se trata, portanto, da criação ou recriação da escola como instituição total, mas da articulação dos diversos atores sociais que já atuam na garantia de direitos de nossas crianças e jovens na corresponsabilidade por sua formação integral. (PDDE– Manual de Educação Integral, 2009).



Meta 07

.....

Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir ou superar as médias do IDEB projetadas para o município.

.....

7. META 07



7.1. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO

Andrea Maria Gomes;
Ângela Maria Avelar da Silva;
Celeste Cordeiro;
Ester Santana da Conceição Cordeiro;
Rosilene Pereira Sousa Junqueira;
Tânia Dâmaso;
Thiago Welerson Santos Leão;
Vanete Cristina Silva.

7.2. ORGANIZAÇÃO E METODOLOGIA DO MONITORAMENTO

A Meta 7 do Plano Municipal de Educação (PME) 2014-2024 diz respeito à melhoria da qualidade da educação básica, enfocando, particularmente, a melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem dos estudantes de modo a superar, até 2021, as médias do IDEB projetadas para o município: 6,7 para os anos iniciais do ensino fundamental (EF); 5,8 para os anos finais do ensino fundamental.

O IDEB, criado pelo INEP em 2007, é um indicador sintético que combina duas dimensões da qualidade da educação: o fluxo escolar (taxa de aprovação) e o desempenho (médias de proficiência) dos estudantes em avaliações padronizadas do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). A ideia que está por trás desse indicador é a de que um sistema de ensino que reprova sistematicamente seus estudantes, fazendo com que grande parte deles abandone a escola antes de completar a educação básica, não é desejável, mesmo que aqueles que concluem essa etapa de ensino atinjam elevados níveis de desempenho (proficiência) nas avaliações padronizadas.

“Em suma, um sistema ideal seria aquele no qual todas as crianças e adolescentes tivessem acesso à escola, não desperdiçassem tempo com repetências, não abandonassem os estudos precocemente e, ao final de tudo, aprendessem” (Fernandes, 2007, p. 7).

Para o estabelecimento da linha de base, por meio da qual se poderá acompanhar e monitorar a Meta 7, foram utilizados os seguintes indicadores: índice do IDEB nos anos iniciais do ensino fundamental (Indicador 7A); índice do IDEB nos anos finais do ensino fundamental (Indicador 7B); e índice do IDEB no ensino médio (Indicador 7C). As análises foram realizadas com base nos dados disponibilizados pelo INEP.



- **Indicador 7A:** Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Tabela 7A: IDEB - Anos Iniciais do Ensino Fundamental

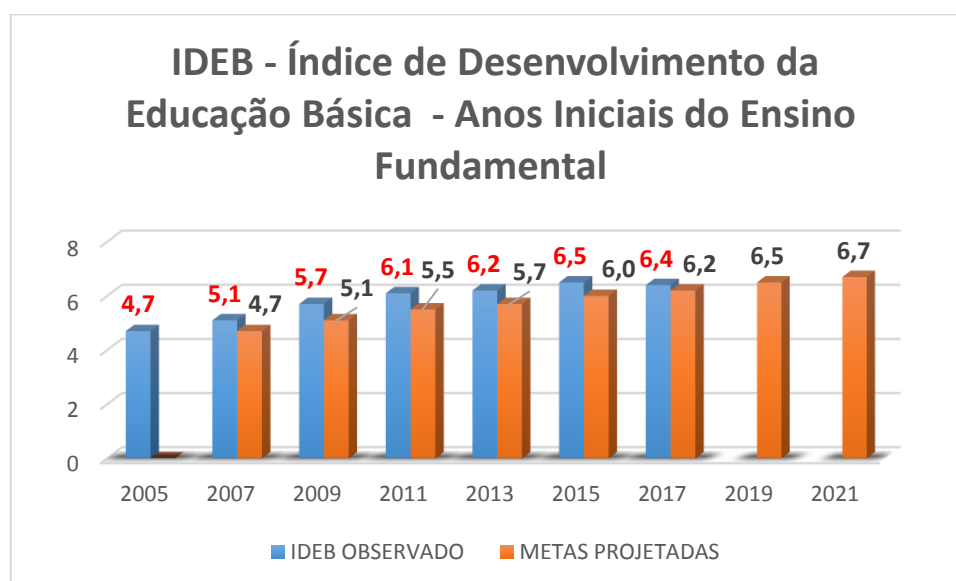
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - Anos Iniciais do Ensino Fundamental		
ANO	IDEB OBSERVADO	METAS PROJETADAS
2005	4,7	*
2007	5,1	4,7
2009	5,7	5,1
2011	6,1	5,5
2013	6,2	5,7
2015	6,5	6,0
2017	6,4	6,2
2019	**	6,5
2021	**	6,7

Fonte: <http://ideb.inep.gov.br>

* Dado não calculado

** Dado ainda não observados

Gráfico 7A:



Fonte: <http://ideb.inep.gov.br>

A trajetória do IDEB dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental no Município indica que houve, no período de 2005 a 2015, um crescimento desse indicador, passando de 4,7 em 2005 a 6,5 em 2015 (Gráfico 7A). Comparando-se com as metas do IDEB estipuladas para o período a partir de 2007, verifica-se que, em todos os anos, a média do IDEB dos anos iniciais esteve acima das metas projetadas, como mostra o Gráfico 7A. Os resultados aferidos em 2017 demonstram queda de 0,1. Todavia o índice de 6,4 supera a meta para o ano, cuja projeção é 6,2. O desafio é garantir mais alunos aprendendo e com um fluxo escolar adequado.

A projeção de 2017 para Minas Gerais nos Anos Iniciais era 6,1, sendo o resultado 6,3. A meta nacional 5,2, e o resultado 5,5.

- **Indicador 7B:** Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - Anos Finais do Ensino Fundamental



Tabela 7B: IDEB - Anos Finais do Ensino Fundamental

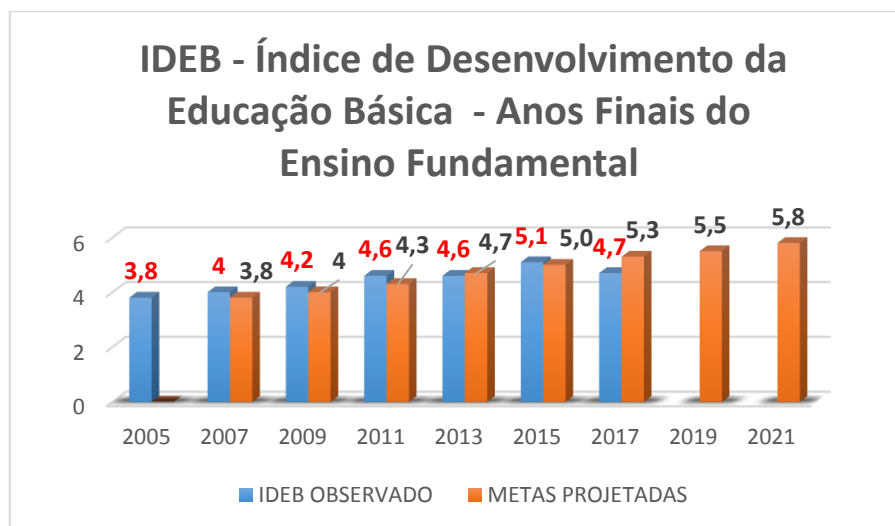
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - Anos Finais do Ensino Fundamental		
ANO	IDEB OBSERVADO	METAS PROJETADAS
2005	3,8	*
2007	4,0	3,8
2009	4,2	4,0
2011	4,6	4,3
2013	4,6	4,7
2015	5,1	5,0
2017	4,7	5,3
2019	**	5,5
2021	**	5,8

Fonte: <http://ideb.inep.gov.br>

* Dado não calculado

** Dado ainda não observados

Gráfico 7B:



Fonte: <http://ideb.inep.gov.br>

A análise da trajetória do IDEB dos anos finais do ensino fundamental no Município revela que houve um aumento de 3,8 em 2005 a 5,1 em 2015

(Gráfico 7B). Em 2017, o índice de 4,7 demonstra queda de 0,4, estando abaixo da meta projetada para o ano, 5,0.

A projeção de 2017 para Minas Gerais nos Anos finais era 5,0, sendo o resultado 4,6. A meta nacional 4,7, e o resultado 4,4.



- **Indicador 7C:** Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) – Ensino Médio

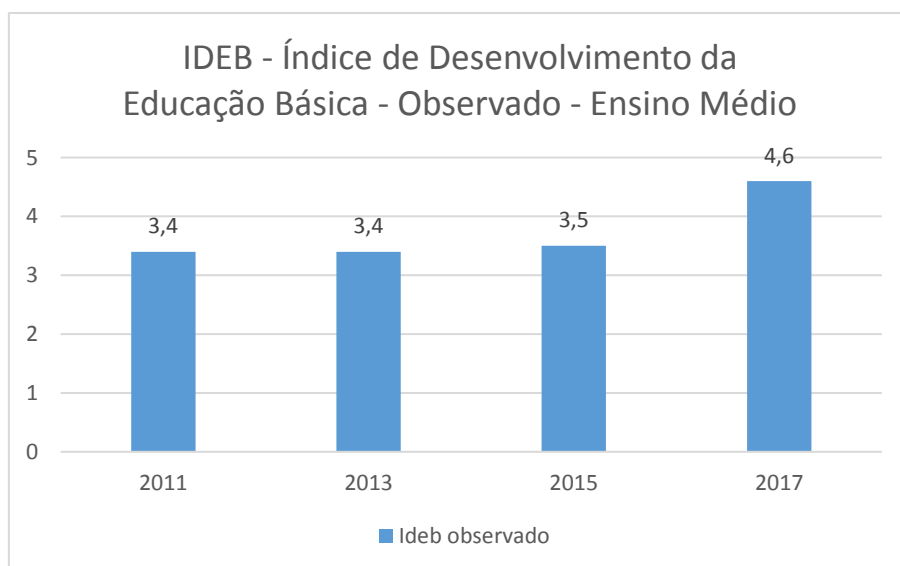
Tabela 7C: IDEB - Ensino Médio

ANO	IDEB OBSERVADO – Ensino Médio		
	APRENDIZADO	FLUXO	IDEB
2011	4,33	0,78	3,4
2013	4,20	0,81	3,4
2015	4,25	0,82	3,5
2017	***	***	4,6

Fonte: <http://www.qedu.org.br/brasil/ideb>

***Até 11/12/2018 não havia dados disponíveis para esta seleção nos sites oficiais: <http://portal.inep.gov.br>; <https://www.qedu.org.br/cidade/1311-congonhas/ideb>

Gráfico 7C:



Fonte: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/> <http://www.qedu.org.br/brasil/ideb>

A análise da trajetória do IDEB do ensino médio, no período de 2011 a 2015, mostra que houve uma estagnação em 3,4 (Gráfico 7C). Em 2017, o resultado

aferido foi de 4,6, ampliação de 1,1 em relação a 2015. Os dados do Estado de Minas Gerais ainda não estão disponíveis. A meta nacional para o Ensino Médio era 4,4 e o resultado 3,5.



Para uma melhor abordagem faz-se necessário uma análise da trajetória das duas dimensões constituintes do IDEB: a taxa de aprovação e o desempenho (proficiência média) dos estudantes nas avaliações do Saeb.

- **Indicador 7D:** Taxas de rendimento (aprovação, reprovação e evasão)

ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL				
Ano	Aprovação	Reprovação	Evasão	Distorção Idade-série
2014	97,16	2,49	0,35	5,73
2015	97,46	2,49	0,05	6,04
2016	94,5	5,3	0,2	7,0
2017	96,4	3,4	0,2	6,0

ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL				
Ano	Aprovação	Reprovação	Evasão	Distorção Idade-série
2014	68,23	11,49	0,28	26,6
2015	69,70	9,37	0,73	30,63
2016	91,8	8,3	0,6	30,0
2017	91,8	7,7	0,5	22,0

ENSINO MÉDIO				
Ano	Aprovação	Reprovação	Evasão	Distorção Idade-série
2014	78,6	13,56	7,83	34,66
2015	84,2	8,6	7,2	33,66
2016	80,5	17,7	1,7	34,0
2017	85,6	11,0	3,4	28,0

Fontes: Inepdata.inep.gov.br

<http://gedu.org.br/cidade/1311-congonhas/distorcao-idade-serie>

- **Indicador 7E:** Taxas de Proficiência na Prova Brasil

LÍNGUA PORTUGUESA – ENSINO FUNDAMENTAL				
	2011	2013	2015	2017
5º Ano	60%	66%	78%	***
9º Ano	39%	36%	51%	***



MATEMÁTICA – ENSINO FUNDAMENTAL				
	2011	2013	2015	2017
5º Ano	65%	61%	67%	***
9º Ano	26%	19%	20%	***

Fonte: <http://www.gedu.org.br/cidade/1311-congonhas>

***Até 11/12/2018 não havia dados disponíveis para esta seleção nos sites oficiais: <http://portal.inep.gov.br>; <https://www.gedu.org.br/cidade/1311-congonhas/ideb>

Os dados relativos ao ensino Médio, até 11/12/2018, não estavam disponíveis nos sites oficiais: <http://portal.inep.gov.br>; <https://www.gedu.org.br/cidade/1311-congonhas/ideb>

7.3. QUADRO SÍNTESE

As Fichas de monitoramento da meta estão disponíveis no **Anexo B** – Equipes Técnicas e Comissão Coordenadora e **Anexo C** – Indicadores: metas previstas e executadas..

7.4. AVALIAÇÃO DA META E ESTRATÉGIAS

- **Estratégia 7.1:** Implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica em conformidade com a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos (as) para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade local.

Análise – Equipe Técnica: Estratégia cumprida. Todas as Instituições Escolares do Município, públicas, consideram na execução de suas atribuições a LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 - LDB, normativas da SEE-MG (<https://www.educacao.mg.gov.br>) mediante orientações e acompanhamento da Oitava SRE de Conselheiro Lafaiete-MG (<http://srelafaiete.educacao.mg.gov.br>). A especificidade local é considerada

em cada unidade escolar, com observância da base nacional comum e dos direitos de aprendizagem para cada ano de escolaridade, também por meio do PNLD (<http://pddeinterativo.mec.gov.br>) que segue os mesmos critérios. Educadores representaram o Município em encontros estaduais e regionais para contribuição na reestruturação da BNCC proposta pelo MEC. O Município efetua as ações propostas acerca de estudos e implantação da BNCC, homologada em 17 de dezembro /2017.



- **Estratégia 7.2:** *Assegurar que, gradativamente, até o final da vigência deste PME, pelo menos 70% (setenta por cento) dos (as) alunos (as) do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia cumprida. O índice de aproveitamento escolar aferido nos últimos anos demonstra que as ações desenvolvidas têm contribuído para que os educandos se apropriem de seus direitos de aprendizagem, conforme dados apontados na Tabela do Indicador 7D deste documento.

- **Estratégia 7.3:** *Constituir, em parceria com a União e/ou o Estado de Minas Gerais, um conjunto de indicadores de avaliação institucional com base no perfil do alunado e do corpo de profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino e da localidade em que está inserida.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. No Município ocorre a organização de um conjunto de indicadores em parceria com a União e o Estado de Minas Gerais, a partir do estabelecimento de prioridades pelas Equipes Escolares da rede pública com direcionamento de recursos municipais e das verbas disponibilizadas pelo Governo Federal conforme critérios previstos no PDDE Interativo.

- **Estratégia 7.4:** *Fomentar o processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica do município, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos (as) profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. As dimensões a serem fortalecidas em todas as escolas do Município são definidas com a participação da Comunidade Escolar pela atuação de associações tais como Grêmios Estudantis, Colegiado Escolar, Conselho Escolar e outras que têm sua participação ampliada gradativamente e fomentam o processo contínuo de autoavaliação, procedimento que ocorre, efetivamente durante toda ação educacional, tendo como referência reflexão-ação e adoção de outras metodologias a serem aplicadas em primeiro lugar nas escolas e posteriormente estendendo-se às família e a toda a comunidade escolar. Os indicadores da Qualidade da Educação Infantil são um dos instrumentos de avaliação.

- **Estratégia 7.5:** *Formalizar e executar os planos de ações articuladas, em parceria com a União e/ou o Estado, dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica municipal, respeitando-se a autonomia de cada município, garantindo as estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. As parcerias com a União e o estado são articuladas considerando um processo de planejamento estratégico desenvolvido pelas escolas para a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem.

- **Estratégia 7.6:** *Associar aos projetos e os programas federativos, estaduais e municipais, visando à prestação de assistência técnica financeira à fixação de metas intermediárias, nos termos estabelecidos conforme pactuação*

voluntária entre os entes, priorizando as instituições de ensino com resultados de avaliações externas abaixo da média nacional, ou estadual ou municipal.



Análise – Equipe Técnica: Estratégia cumprida. A adesão aos Programas disponibilizados é efetuada visando a ampliação de possibilidades de desenvolvimento das entidades escolares e principalmente dos alunos. Destacam-se desta forma: na Rede Municipal: Atleta na Escola, Brasil Carinhoso, SISPACTO – Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, Escolas Sustentáveis, Novo Mais Educação, PDDE Interativo. Na Rede Estadual, uma escola aderiu ao Programa Novo Mais Educação. A Instituição Federal possui gerenciamento próprio e programas específicos. As escolas particulares desenvolvem a estratégia com autonomia.

- Estratégia 7.7: *Utilizar os resultados das avaliações nacionais pelas escolas e redes de ensino para a melhoria de seus processos e práticas pedagógicas.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia cumprida. Os resultados obtidos nas avaliações nacionais tais como ANA e Prova Brasil assim que disponibilizados são analisados pelas Equipes Escolares, mediante dados específicos e boletins de explicativos expedidos pelo INEP. Tais resultados são amplamente divulgados junto à Comunidade, em reuniões nas Escolas, sites relacionados e demais veículos de comunicação, possibilitando aos envolvidos o acompanhamento e a proposta de ações para a melhoria contínua do processo educacional.

- Estratégia 7.8: *Elaborar, desenvolver e monitorar o plano de intervenção municipal para atendimento os indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos, desenvolvidos pelo MEC, por profissionais especializados, fundamentando-se na realidade do município.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia cumprida. A partir do aferimento dos resultados obtidos nas avaliações internas e externas, cada instituição, da rede pública e particular, elabora seu plano de ação tendo em vista práticas pedagógicas que proporcionem aos educadores direcionamentos efetivos no processo educativo. Os educandos têm participação ativa no processo, assim

como toda a comunidade escolar. São elencadas intervenções cabíveis e condizentes com a realidade local, tendo como norte as habilidades previstas nas matrizes avaliativas.



- **Estratégia 7.9:** *Orientar as políticas das redes e sistemas de ensino, de forma a buscar atingir as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média municipal, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo pela metade, até o último ano de vigência deste PME, as diferenças entre as médias dos índices do Município.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. A BNCC e as Matrizes Curriculares utilizadas nas avaliações externas são norteadoras das ações escolares conforme realidade local, sendo trabalhadas de forma articulada visando possibilitar a todos os educandos, da rede pública e particular, o acesso aos seus direitos de aprendizagem. A equidade se faz por meio de elaboração de estratégias específicas para sanar os déficits aferidos, ofertando aos que mais carecem, ampliação de possibilidades educacionais, porém carece de uma abrangência focada em novas metodologias de ensino a serem adotadas nas salas de aula, de acordo com a realidade do aluno/escola.

- **Estratégia 7.10:** *Acompanhar e divulgar, bienalmente, os resultados pedagógicos dos indicadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica e do IDEB relativos às escolas das redes públicas de educação básica comparados aos sistemas de ensino da União, do Estado, do Município, assegurando a contextualização desses resultados, com relação a indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico das famílias dos (as) alunos (as), e a transparência e o acesso público desses resultados, conforme Lei Municipal nº 3.252 de 12 de abril de 2013.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia cumprida. A conjuntura educacional é considerada em todos os âmbitos, ocorrendo análise e comparação dos dados da escola em exames anteriores, como também e com demais instituições. Os dados relacionados ao Município também compõem o repertório diagnóstico, sendo imprescindível ponderar o posicionamento do mesmo em relação ao Estado e a União. Os resultados obtidos nas

avaliações nacionais tais como ANA, Prova Brasil, PROALFA, PROEB e DIME, assim que disponibilizados são analisados pelas Equipes Escolares, mediante dados específicos e boletins de explicativos expedidos pelo INEP. Tais resultados são amplamente divulgados junto à Comunidade, em reuniões nas Escolas, sites relacionados e demais veículos de comunicação, possibilitando aos envolvidos o acompanhamento e a proposta de ações para a melhoria contínua do processo educacional. BI



- Estratégia 7.11: *Utilizar-se dos dados do PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes) para traçar atividades pedagógicas de melhoria do desempenho dos alunos da educação básica nas avaliações de matemática, leitura e ciências de acordo com projeções feitas para o Município.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. Os resultados são considerados como embasamento de ações para melhoria de desempenho nas disciplinas avaliadas e adoção de novas estratégias metodológicas e avaliativas.

Resultados do Brasil no Pisa desde 2000

Dados	2000	2003	2006	2009	2012	2015
Alunos participantes	4.893	4.452	9.295	20.127	19.204	23.141
Leitura	396	403	393	412	407	407
Matemática		356	370	386	389	377
Ciências			390	405	402	401

Em 2015, estimou-se a avaliação de aproximadamente 32 mil alunos em 964 escolas. Nesse ano a avaliação se deu 100% em computador e abrangeu as áreas de Ciências, Matemática, Leitura, Resolução Colaborativa de Problemas e Competência Financeira.

<http://portal.inep.gov.br/pisa>

- Estratégia 7.12: *Adequar, certificar e divulgar as tecnologias educacionais para a educação infantil, o ensino fundamental e o médio a fim de incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas*

pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas.



Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. Necessidade de aprimoramentos muito embora sejam efetuados pelas instituições, da rede pública e particular, tendo em vista a adequação, certificação e divulgação de tecnologias educacionais para atendimento a todos os alunos. Para tanto são utilizados recursos próprios e no caso das escolas particulares; nas escolas públicas são direcionados recursos próprios do Município e outros disponibilizados pela União, mediante adesão aos Programas Federais. Portanto, embora bem desenvolvido, as instituições de ensino, em todas as esferas, carecem de ampliação e maior envolvimento para oferta de qualidade/eficácia.

- **Estratégia 7.13:** *Disponibilizar, quando necessário, o transporte gratuito para todos (as) os (as) estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia cumprida. O transporte escolar é disponibilizado a todos os estudantes que carecem do mesmo. O Programa Caminho da Escola - MEC/FNDE e o Programa de Passe Estudantil são disponibilizados, ampliando as possibilidades do auxílio transporte aos estudantes de Congonhas, sejam eles da Educação Básica, Ensino Técnico ou Superior. A Resolução SEMED nº 004 de 21 de dezembro, de 2017. Elaborada por equipes específicas do Setor Educacional.

Lei Municipal 3.386 de 29 de maio de 2014 e decreto que regulamenta nº 6.030 de 04 de agosto de 2014.

- **Estratégia 7.14:** Utilizar-se das pesquisas federais, estaduais e municipais de modelos alternativos de atendimento escolar para a população do campo que considerem as especificidades locais e as boas práticas nacionais e internacionais.

Análise – Equipe Técnica: Estratégia não executável, visto não existir no Município escolas de campo conforme dados disponibilizados pelo IBGE.

- **Estratégia 7.15:** Universalizar e garantir, até o quinto ano de vigência deste PME, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/aluno (a) nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação.

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. São efetuadas adequações e aquisições de novos equipamentos tecnológicos por meio de dotações orçamentárias. Os laboratórios de Informática das Escolas Públicas são conectados com internet Banda Larga, Decreto MEC nº6424 de 04 de abril de 2008, e Mesas Pedagógicas Educacionais.

- **Estratégia 7.16:** Efetivar o apoio técnico e financeiro à gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática.

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. São instituídos nas Escolas

Públicas do Município: O Caixa Escolar/Conselho Administrativo Pedagógico e o Colegiado, comissão de licitação da merenda escolar, Autonomia e fiscalização dos gastos públicos referentes ao FNDE- Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação. Considerando que todos os programas federais mencionados já existiam antes mesmo da aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), e que a grande maioria não possui avaliação dos resultados. A Estratégia é realizada, considerando as transferências do PDDE e de programas de gerenciamentos locais. O PMDDE está em análise na Procuradoria Municipal.



- Estratégia 7.17: *Executar programas federais, estaduais e municipais de ações de atendimento ao (à) aluno (a), em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. Adesão aos Programas Federais: Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa-PNAIC, Programa Federal Mais Alfabetização- PMALFA, Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar, PSE- Programa Saúde na Escola, PNAI- Programa Nacional de Alimentação Escolar. Na rede pública o PDDE- Interativo é o principal fomentador desta estratégia. O atendimento pelo Programa Nacional do Livro Didático e pelo Programa Biblioteca na Escola encontra-se universalizado para toda a educação básica pública. Os programas para transporte já foram comentados na estratégia 7.13, tendo alcançado a universalização para os estudantes da rede pública. O mesmo ocorre com o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Para esses dois últimos, a questão se centra na periodicidade de atualização dos valores per capita repassados pela União aos entes federados subnacionais. Em relação a assistência à saúde, há um Atendimento Integral dos Estudantes nas Unidades de Saúde Básica do Município e UPA- Unidade de Pronto Atendimento 24 horas.

A rede particular desenvolve a mesma com a autonomia concernente.

- Estratégia 7.18: *Assegurar e garantir a todas as escolas de educação básica o acesso à energia elétrica, o abastecimento de água tratada, o esgotamento sanitário e o manejo dos resíduos sólidos. E garantir o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, além da acessibilidade às pessoas com deficiência.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. Todas as escolas do Município, das redes pública e particular, têm em sua estrutura funcional, conforme informações do Censo Escolar 2017, água filtrada, água da rede pública, energia da rede pública, esgoto da rede pública, lixo destinado à coleta seletiva, acesso à Internet. Aspectos a serem aprimorados: espaços

para a prática esportiva, laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, além da acessibilidade às pessoas com deficiência.

São disponibilizados à Comunidade Escolar o acesso às práticas esportivas, tanto nos prédios escolares quanto em parceria com outras instituições com a Secretaria Municipal de Esporte, Associações de Bairros e outros. O fomento cultural e artístico também é ampliado cotidianamente, assim como as adequações estruturais para garantia da acessibilidade. Na rede municipal, a disponibilização de laboratórios de ciências requer maiores investimentos, porém os professores inovam em suas práticas tendo em vista o desenvolvimento pelo alunado de habilidades relacionadas ao conteúdo.

- **Estratégia 7.19:** *Institucionalizar e manter, em regime de colaboração, o programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, visando à equalização regional das oportunidades educacionais.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. Anualmente ocorrem dotações orçamentárias para as aquisições de equipamentos conforme demandas das unidades escolares da rede pública de acordo com a LDO. O Plano de Ações Articuladas – PAR, do Ministério da Educação, abriu cadastro para iniciativas que atendem a reestruturação e aquisição de equipamentos para as escolas. Os cadastros encontram-se em análise pelo MEC.

- **Estratégia 7.20:** *Ampliar, adequar e garantir as condições físicas e pedagógicas necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive, à internet, com os equipamentos e recursos tecnológicos digitais oriundos da União, do Estado de Minas Gerais e do Município.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. Todas as escolas do município, rede pública e particular, possuem bibliotecas e/ou salas de leitura. As bibliotecas possuem computadores conectados à internet e outros recursos tecnológicos que possibilitam aos usuários adquirirem de novos saberes e conectividade. O MEC incrementa o acervo das bibliotecas escolares com envio sistemático de títulos.



- **Estratégia 7.21:** *Estabelecer, em regime de colaboração com a União e o Estado, no prazo de 2 (dois) anos*, contados da publicação desta Lei, parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da educação básica, a serem utilizados como referência para infraestrutura das escolas, recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, bem como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. As escolas públicas do município utilizam o PDDE Interativo, cuja organização funcional ocorre em etapas que ajudam a equipe escolar a identificar seus principais problemas e a definir ações para alcançar os seus objetivos, aprimorar a qualidade do ensino e da aprendizagem e melhorar os seus resultados.

***NOTA TÉCNICA**

- **Estratégia 7.22:** *Efetivar a informatização integral da gestão das escolas públicas e da Secretaria de Educação do Município, bem como manter programa de formação inicial e continuada para o pessoal técnico das escolas; da Secretaria de Educação e a digitalização dos documentos educacionais.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. As escolas estaduais e federal possuem sistema de gerenciamento de dados, há capacitação continuada para o pessoal técnico das escolas. Na rede municipal o suporte à informatização é realizado pelo trabalho da equipe técnica da SEMED.

- **Estratégia 7.23:** *Aplicar políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. No município ocorre o desenvolvimento de ações integradas entre todas as instituições escolares com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, Saúde e outras instituições de serviços de Proteção e Defesa da Criança e

Adolescente. As mesmas ocorrem por meio de projetos e campanhas educativas, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida e do processo educativo. O Programa Educacional de Resistência às Drogas –PROERD, parceria entre a PM, a Escola e a Família; Visa prevenir e reduzir o uso de drogas e a violência entre estudantes. Participam do Programa alunos da rede pública e particular, da educação infantil (3 a 5 anos), Ensino Fundamental (5º e 7º anos) e seus pais.

Há ações do Governo Federal que contemplam o propósito desta estratégia. Trata-se, por exemplo, do Programa Escola que Protege, cujo objetivo é capacitar, mediante atividades de formação continuada, profissionais de educação, membros dos conselhos de educação, conselhos escolares, além de profissionais da saúde, assistência social, conselheiros tutelares, agentes de segurança e justiça, entre outros profissionais ligados à Rede de Proteção e Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes, para a promoção e defesa dos direitos dessa população, e para enfrentamento e prevenção das violências no contexto escolar. Paralelamente, tramitam no Poder Legislativo projetos de lei que tratam do combate ao bullying no âmbito das escolas, a exemplo de legislações já existentes em outros países.

- **Estratégia 7.24:** *Fomentar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que estão em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 -Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, garantindo que os direitos à segurança e à qualidade da educação dos demais alunos e funcionários sejam respeitados.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia cumprida. As crianças e adolescentes quando em regime de liberdade assistida, são acompanhados por profissionais capacitados para atuação em prol de seu desenvolvimento global, com devidas intervenções nos aspectos escolares e sociais e em parceria com instituições que visam à segurança, qualidade e equidade educacional. Em nenhuma hipótese são cerceados seus direitos. Nestes raros casos, há adequação do tempo e do fazer escolar para prevenir e minimizar transtornos junto à comunidade escolar, em consonância com a legislação educacional vigente e com o ECA- Estatuto da Criança e Adolescente.



- **Estratégia 7.25:** *Implantar e implementar, nos currículos escolares, conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e ações educacionais, nos termos das Leis nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e nº 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a aplicação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade etnorracial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia cumprida. A abordagem dos aspectos mencionados ocorre sistematicamente nas escolas durante todo o ano letivo de forma interdisciplinar, em consonância com a legislação educacional vigente

- **Estratégia 7.26:** *Consolidar a educação escolar no campo de populações tradicionais, de populações itinerantes e de comunidades indígenas e quilombolas, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo: o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, consideradas as práticas socioculturais, a formação dos alunos em relação ao respeito às crenças religiosas dentro de um Estado laico e as formas particulares de organização do tempo; a oferta bilíngue na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, em língua materna das comunidades indígenas e em língua portuguesa; a reestruturação e a aquisição de equipamentos; a oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da educação; e o atendimento em educação especial e educação inclusiva.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia cumprida. São assegurados a todos os educandos, nas redes pública e particular, seus direitos educacionais em consonância com a Constituição Federal de 1988. Conforme dados do IBGE, não constam no município população do campo, indígenas e quilombolas.

- **Estratégia 7.27:** *Adaptar currículos e propostas pedagógicas específicas para educação escolar para as escolas do campo e para as comunidades*

indígenas e quilombolas, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade indígena, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os (as) alunos (as) com deficiências múltiplas.

Análise – Equipe Técnica: Estratégia não executável. Não há no Município, escolas de campo conforme dados disponibilizados pelo IBGE.

- **Estratégia 7.28:** *Sensibilizar e mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia não realizada. Registramos a necessidade da construção de um paralelo entre a educação popular cidadã e a educação formal. Enquanto “a educação popular facilita o desenvolvimento da comunidade em que o educando está inserido, estimula o diálogo possibilita melhor leitura da realidade social, política e econômica. A educação formal visa a formação do sujeito com conhecimento e consciência cidadã e a organização do trabalho político para formação do sujeito”. Portanto, faz-se necessário uma estreita relação entre as duas propostas para que a educação seja assumida como responsabilidade de todos o que facilitará a ampliação do controle social no cumprimento das políticas públicas e educacionais.

- **Estratégia 7.29:** *Fomentar e promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia cumprida. No município são efetuadas ações que visam apoiar alunos e familiares em aspectos educacionais e sociais, conforme disponibilização de Programas Federais, Estaduais e Municipais, em parceria com as Secretarias Municipais e outras instituições

relacionadas tais como CRAS - Centro de Referência de Assistência Social; CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social; Conselho Tutelar; SINE- Sistema Nacional de Emprego. Secretarias de Cultura e Saúde atuando de forma integrada.



- **Estratégia 7.30:** *Articular e viabilizar, com os órgãos responsáveis da saúde e educação, o atendimento a todos os estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia cumprida. A promoção da saúde em Congonhas conta com o trabalho de equipes multiprofissionais, que atendem nas unidades básicas de saúde (UBS). Os congonhenses têm acompanhamento médico - com coleta de preventivo e vacinação - e odontológico, além de participarem de grupos de atividade física. Tais atendimentos são articulados junto à Comunidade Escolar tendo em vista possibilitar aos educandos os benefícios sociais conforme suas necessidades. São, realizadas campanhas educativas, palestras e oficinas em parceria com as Escolas para prevenção e abordagem adequada de questões salutaras da atualidade.

- **Estratégia 7.31:** *Ampliar as ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos (das) profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia Cumprida. Todos os Profissionais da Educação, independentemente da esfera de atuação, têm seus direitos trabalhistas e assistenciais assegurados conforme legislação específica.

- **Estratégia 7.32:** *Fortalecer, com a colaboração técnica e financeira da União, em articulação com o sistema nacional de avaliação, os sistemas estaduais de avaliação da educação básica, com participação, por adesão, das redes municipais de ensino, para orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas, com o fornecimento das informações às escolas e à sociedade.*



Análise – Equipe Técnica: Estratégia cumprida. As Escolas públicas de Congonhas, a partir das informações obtidas nas avaliações abaixo relacionadas, com direcionamentos do MEC e das secretarias estaduais e municipal de Educação podem definir ações voltadas ao aprimoramento da qualidade da educação no país e a redução das desigualdades existentes, promovendo, por exemplo, a correção de distorções e debilidades identificadas e direcionando seus recursos técnicos e financeiros para áreas identificadas como prioritárias. Adesão e acompanhamento específicos das diretrizes do Sistema Mineiro de Avaliação - SIMAVE. Na Rede Municipal: Diagnóstico Municipal de Educação - DIME. Mediante os resultados, são elaborados Planos de Intervenção Pedagógica - PIPs, sendo as informações socializadas em reuniões do Dia D (Profissionais e Familiares), previstas em calendário letivo. O Instituto Federal possui metodologia específica, assim com as Escolas da rede particular.

- Estratégia 7.33: *Promover e garantir, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e leitoras e a capacitação de professores e professoras, bibliotecários e bibliotecárias e agentes da comunidade para atuar como mediadores e mediadoras da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia Cumprida. Todas as escolas das redes pública e particular, desenvolvem ações integradas em cumprimento às propostas de programas específicos para o incentivo e valorização da leitura. O Município de Congonhas implementou o Plano Municipal do Livro e da Leitura – PMLL, conforme Lei 3.190 de 10 de maio de 2012. Em 2018, implantação PNLD Literário. Existência de Bibliotecas Escolares em todas as Escolas do Município com ações de incentivo à leitura. Atividades diferenciadas na Biblioteca Pública Municipal "Djalma Andrade".

- Estratégia 7.34: *Articular, com a União, Estado, Municípios e o Distrito Federal, programa de formação de professores e professoras e de alunos e alunas para promover e consolidar política de preservação da memória nacional, regional e local.*



Análise – Equipe Técnica: Estratégia cumprida. A parceria entre as instituições escolares públicas do município tem sido ampliada com os Museus locais, Universidades Federais e outras que promovem articulação entre diferentes setores em prol da Educação Patrimonial. São desenvolvidos projetos, mostras culturais e outras ações que propiciam aos alunos e comunidade de forma geral o conhecimento e a valorização do patrimônio material e imaterial. As matrizes curriculares são elaboradas considerando tais conceitos, enfatizando a relevância de Congonhas no cenário histórico mundial. Lei n.º 3.782, de 2 agosto de 2018 -Dispõe sobre a Semana Municipal de Valorização do Patrimônio Histórico e Cultural de Congonhas.

- **Estratégia 7.35:** *Promover a regulação da oferta da educação básica, em parceria com a iniciativa privada, de forma a garantir a qualidade e o cumprimento da função social da educação.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia cumprida. É efetuado um trabalho integrado entre as redes pública e particular cujo enfoque é a promoção de ações conjuntas em prol da educação de qualidade para todos os alunos, independentemente da esfera a que pertençam. É assegurado desta forma, o cumprimento do que preconiza a legislação vigente acerca dos direitos a educação.

- **Estratégia 7.36:** *Criar políticas de estímulo às escolas que melhorarem o desempenho no IDEB, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. A valorização do trabalho desenvolvido nas escolas é feita por meio de eventos em que ocorre o reconhecimento à melhoria de resultados, com entrega de certificados e ampla comunicação midiática. Na Rede Municipal são entregues certificações nas Escolas.

7.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS



Os resultados do Índice da Educação Básica (IDEB) do município, demonstram que na avaliação em 2015, nos anos iniciais do ensino fundamental ficou com nota média de 6,5 (sendo esta a meta para 2019), superando em 0,5 a meta projetada para o ano. Em 2017, o resultado aferido foi de 4,6, ampliação de 1,1 em relação a 2015.

Nos anos finais o resultado foi 5,1 ficando 0,1 acima da meta projetada para 2015, que foi 5,0. O ensino médio, por sua vez, obteve média 3,5. Em 2017, o índice de 4,7 demonstra queda de 0,4, estando abaixo da meta projetada para o ano, 5,0.

O ensino médio, que apresentou nota média 3,5 foi o que apresentou menor crescimento: teve apenas variação de 0,1 em relação ao último índice divulgado, em 2013. De 2011 a 2013, a nota do ensino médio manteve o mesmo aumento: permanecendo com 3,4. Em 2017, o resultado aferido foi de 4,6, ampliação de 1,1 em relação a 2015.

A análise do detalhamento das 36 estratégias referentes à Meta 7 – Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir ou superar as médias do IDEB projetadas para o município permite a constatação de que o Município tem efetuado um trabalho sério e responsável para a melhoria contínua da qualidade da educação, consequentemente dos resultados do IDEB, mas primordialmente a melhoria da vida dos estudantes no município.

Dentre as ações realizadas pelos dirigentes para construção de um sistema articulado de educação na União, Estado e Município, destacam-se:

A adesão a Programas do MEC, que dispõem de recursos adicionais aos do Fundo da Educação Básica (FUNDEB).

O uso eficaz os dados originários dos distintos procedimentos de avaliação (federal, estadual e municipal) do sistema educacional, de modo a permitir a reflexão da comunidade escolar sobre suas práticas, bem como a idealização de ações para aperfeiçoamento pedagógico.

A consideração de que o alcance e superação das metas estabelecidas, se faz por meio de estímulos à comunidade escolar, promovendo formação continuada aos gestores e aos professores bem como a parceria entre famílias e escolas (atividades tais como: reuniões, palestras, oficinas, campanhas dentre outras), ampliando o sentido de pertencimento de todos ao processo educacional.

Adequações curriculares tendo em vista o desenvolvimento de competências e habilidades consonantes com as demandas do mundo do trabalho e demais necessidades sociais.

O estabelecimento de ações contínuas para melhoria da infraestrutura dos prédios, disponibilização de laboratórios de informática, bibliotecas bem equipadas, ampliação de atividades culturais e esportivas.

Inovações educacionais e tecnológicas como foco de toda a comunidade escolar, com gestão democrática, motivação de professores, participação das famílias e preparação de alunos para os desafios da atualidade.

Estas e ações previstas no Plano Municipal de Educação, validam o que preconiza a Lei de Diretrizes e Bases – LDB, a saber:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;*
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;*
- III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;*
- IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância;*
- V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;*
- VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;*
- VII – valorização do profissional da educação escolar;*
- VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino;*
- IX – garantia de padrão de qualidade;*

- 
- X – valorização da experiência extraescolar;*
- XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.*
- XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013).*



Meta 08

.....

Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste PME, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

.....

8. META 08



8.1. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO

Elias Messias;
Kátia das Graças Souza Modesto;
Maria Cristina Dias de Melo.

8.2. ORGANIZAÇÃO E METODOLOGIA DO MONITORAMENTO

A Meta visa ampliar a escolaridade média dos jovens e adultos entre 18 e 29 anos de idade, de modo que ela atinja, ao final do PNE, 12 anos no nível Brasil, bem como alcance o mesmo patamar para as populações residentes no campo, na região de menor escolaridade e para os 25% mais pobres, almeja igualar a escolaridade média entre os negros e não negros. Desse modo, os objetivos da Meta traduzem o traçado pela Diretriz III do PNE: a busca pela superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação.

A Meta 8 ancora-se em seis estratégias que devem orientar as políticas públicas, de forma a garantir ações em áreas como: a correção de fluxo; a ampliação dos programas de educação de jovens e adultos; o acesso gratuito aos exames de certificação da conclusão do ensino fundamental e médio; o acompanhamento do acesso à escola dos grupos populacionais considerados; o apoio aos entes federativos para a garantia de frequência e a busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais em situação de vulnerabilidade social, sem prejuízo de outras ações.

No município não há a caracterização dessa clientela, denominada população do campo, no entanto, em termos de escolaridade de abrangência de negros e mais pobres e os negros declarados pelo IBGE carece-se de análises.

- **Indicador 8A:** Escolaridade média da população de 18 a 29 anos.

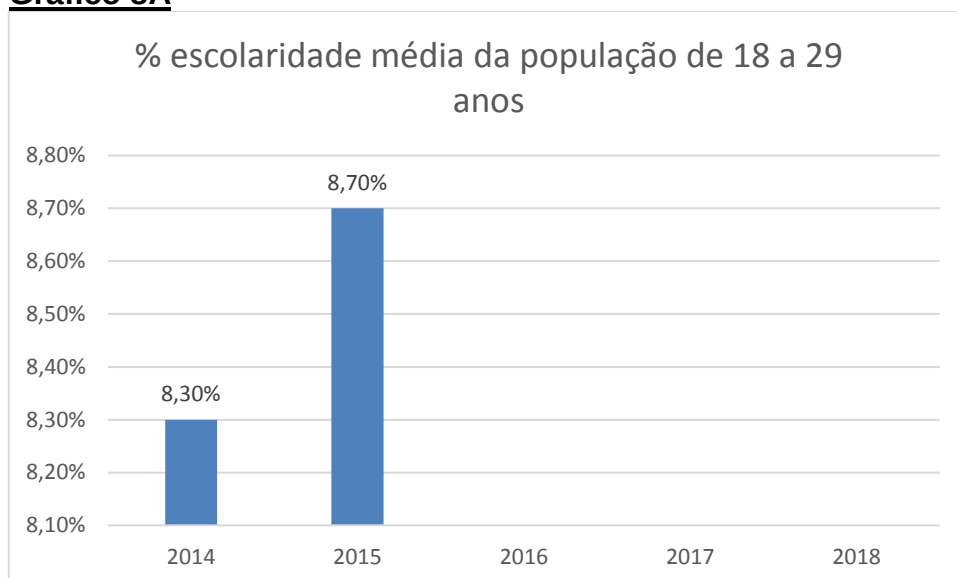
Tabela 8A

Ano	% escolaridade média da população de 18 a 29 anos
2014	8,3%
2015	8,7%
2016	**
2017	**
2018	**

Fonte: <http://www.observatoriodopne.org.br/metaspne/8-escolaridade-media/dossie-localidades>

** Dados ainda não disponibilizados pelo INEP

Gráfico 8A



Fonte: <http://www.observatoriodopne.org.br/metaspne/8-escolaridade-media/dossie-localidades>

Nesse indicador, gráfico 8A, a meta proposta é de no mínimo, 12 anos de estudo, até 2024; sendo que em 2014 atingiu 8,3% e 2015 8,7%. Portanto o indicador está próximo a ser alcançado. Pretendemos, ao longo do período de vigência desse plano, aumentar o nível de escolaridade da população considerada na meta.

- **Indicador 8B:** Matrículas na Educação de Jovens e Adultos de alunos de 18 a 29 anos residente em área rural.

Concluída, uma vez que não temos escolas em zona rural.

- **Indicador 8C:** Escolaridade média da população de 18 a 29 entre os 25% mais pobres.



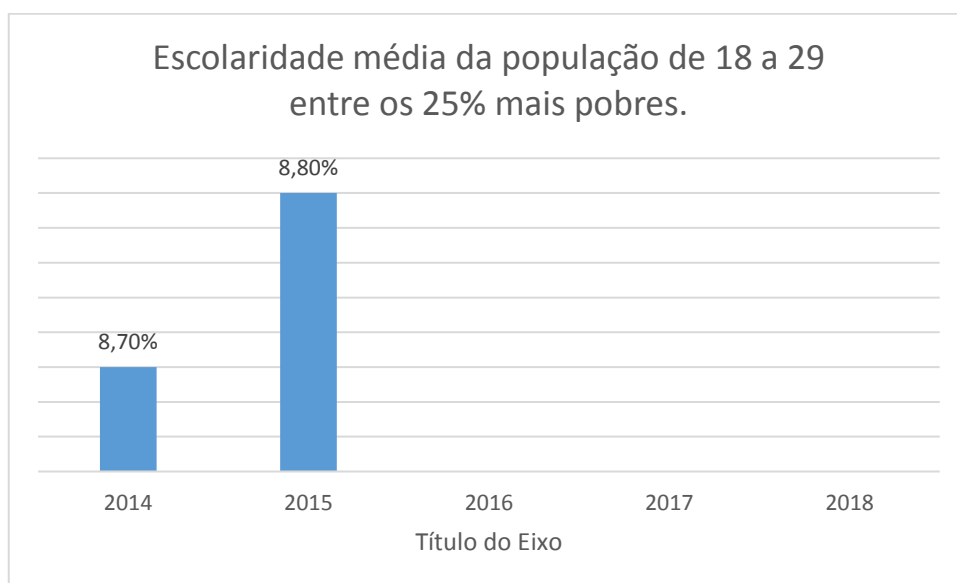
Tabela 8B

Ano	Escolaridade média da população de 18 a 29 entre os 25% mais pobres.
2014	8,7%
2015	8,8%
2016	**
2017	**
2018	**

Fonte: <http://www.observatoriodopne.org.br/metaspne/8-escolaridade-media/dossie-localidades>

** Dados ainda não disponibilizados pelo INEP

Gráfico 8B



Fonte: <http://www.observatoriodopne.org.br/metaspne/8-escolaridade-media/dossie-localidades>

Em relação aos indicadores 8A e 8B, percebe-se aumento progressivo, caminhando para o alcance das metas, conforme dados da Sinopse Estatística da Educação Básica: 2014: 842 matrículas; 2015: 750; 2016: 930 matrículas.

Houve um pequeno crescimento, muito embora os dados relativos a 2016 e 2017 não foram demonstrados pelos órgãos competentes o que não

inviabiliza tomadas de decisões para estabelecimento de ações de promoção à escolaridade.



8.3. QUADRO SÍNTESE

As Fichas de monitoramento da meta estão disponíveis no **Anexo B** – Equipes Técnicas e Comissão Coordenadora e **Anexo C** – Indicadores: metas previstas e executadas.

8.4. AVALIAÇÃO DA META E ESTRATÉGIAS

- **Estratégia 8.1:** *Desenvolver tecnologias de correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, bem como priorizar estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as especificidades dos segmentos populacionais.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. No município existem várias ações voltadas para a implantação de projetos e desenvolvimento de estratégias visando a correção de fluxo e melhoria do desempenho escolar: acompanhamento pedagógico através das aulas de reforço, recuperação paralela prevista no regimento escolar.

- **Estratégia 8.2:** *Elaborar projetos para educação de jovens e adultos com currículos e matrizes profissionalizantes, na forma de cursos presenciais, para os segmentos populacionais os quais estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento, com a oferta da modalidade EJA, fundamental- Anos Iniciais, Finais e Médio. Não há oferta de Educação de Jovens e Adultos, com currículos e matrículas profissionalizantes, seja na forma presencial ou à distância; o que tem gerado déficit na escolarização profissional.



- **Estratégia 8.3:** *Garantir o acesso aos exames de certificação da conclusão dos ensinos fundamental e médio para as populações do campo, das regionais de menor escolaridade mais pobres, e contribuir para igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados ao IBGE.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento, tanto no ensino fundamental e médio das populações declaradas pelo IBGE/2010.

- **Estratégia 8.4:** *Criar oferta gratuita de educação profissional técnica, por parte das entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública, para os segmentos populacionais considerados.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento, com necessidade de ampliar cursos de formação profissional, realizando parcerias com entidades pública/privadas e o aumento do número de vagas dos cursos profissionalizantes.

- **Estratégia 8.5:** *Promover, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola específica para os segmentos populacionais considerados, identificar motivos de absenteísmo e garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses (as) estudantes na rede pública regular de ensino.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia não cumprida. Não há programas específicos para atendimento, acompanhamento e monitoramento ao acesso à escola específica para os segmentos populacionais estabelecidos na meta.

- **Estratégia 8.6:** *Localizar jovens que estão fora da escola e pertencentes aos segmentos populacionais considerados. E assim promover, estimular e desenvolver, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude, a ampliação da participação em programas de acesso à escolaridade assegurados os direitos à cidadania.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia não cumprida. Implantar parcerias para a criação de instrumentos para avaliação e monitoramento dos estudantes e criação de programas de acesso à escolaridade.



8.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados indicam uma tendência de redução, de forma que, em 2013, a razão era de 8,3% e em 2015, 8,7%, patamar que ainda apresenta grandes desafios, dado que a Meta 8 estabelece como objetivo a equiparação na escolaridade média dos grupos, o que exigirá que a razão chegue a 100%.

A consecução das seis estratégias da Meta 8, de forma particular, assim como das demais metas do PNE, constituem requisitos para que as desigualdades sigam a trajetória de queda.

De modo geral, é imperativo ter em conta que o panorama, contudo nesse texto explicita dados amplos e que requerem estudos mais específicos com a finalidade de encontrar caminhos para que os sistemas de ensino consigam ampliar a escolarização de sujeitos marcados por desigualdades e formas de exclusão históricas, que articulam idade, raça, renda e local de residência. O que essa abordagem inicial de acompanhamento da meta sugere é que a ampliação da escolaridade dos jovens na faixa de 18 a 29 anos exige a construção de políticas direcionadas para tais segmentos, de forma a realizar o proposto no texto do PME.

A meta 8, além de traçar um objetivo claro em relação ao número de anos de escolaridade da população de 18 a 29 anos, não pode se restringir somente à elevação da escolaridade média para 12 anos e sim ao contínuo acompanhamento e monitoramento do índice de escolaridade, bem como facilitar o acesso e permanência destes na escola.



Meta 09

.....

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 97% (noventa por cento) até 2015, até o final da vigência deste PME, e erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

.....

9. META 09



9.1. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO

Elias Messias;
Kátia das Graças Souza Modesto;
Maria Cristina Dias de Melo.

9.2. ORGANIZAÇÃO E METODOLOGIA DO MONITORAMENTO

A Meta 9 apresenta dois grandes objetivos: o primeiro, elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 97% até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto; o segundo, reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional. Não foi possível apresentar dados atuais, uma vez que o último Censo Demográfico refere-se ao ano de 2010.

Os indicadores foram calculados com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) e compreendem a série histórica de 2004 a 2013.

Para acompanhar o primeiro objetivo da meta, foi calculado o indicador taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade (Indicador 9A). Para acompanhar o segundo objetivo, foi calculado o indicador taxa de analfabetismo funcional de pessoas de 15 anos ou mais de idade (Indicador 9B).

Ao se analisar os dados relacionados às taxas especificadas, dois conceitos importantes devem ser explicitados: o conceito de alfabetização e o de analfabetismo funcional. A alfabetização pode ser definida como a apropriação do sistema de escrita, que pressupõe a compreensão do princípio alfabético, indispensável ao domínio da leitura e da escrita (Brasil. Inep, 2013). Com base em discussões acadêmicas recentes, destaca-se a necessidade de se considerar a ideia de alfabetização articulada à de letramento, porque se entende que o processo de apreensão do código alfabético deva ser

associado à compreensão dos significados e seus usos sociais em diferentes contextos. Mesmo com as divergências existentes a respeito dos conceitos relativos aos processos de alfabetização e letramento, é possível afirmar que um indivíduo alfabetizado não será aquele que domina apenas rudimentos da leitura e da escrita e/ou alguns significados numéricos, mas aquele que é capaz de fazer uso da língua escrita e dos conceitos matemáticos em diferentes contextos (Brasil. MEC, 2012).

Já a definição de analfabetismo, por sua vez, vem, ao longo das últimas décadas, sofrendo diversas revisões. A Unesco, em 1978, sugeriu a inter-relação dos conceitos de analfabetismo e alfabetismo funcional; assim, “é considerada alfabetizada funcional a pessoa capaz de utilizar a leitura e escrita para fazer frente às demandas de seu contextosocial e usar essas habilidades para continuar aprendendo e se desenvolvendo ao longo da vida” (IPM, 2005).

A partir dessa conceituação, na década de 1990, o IBGE passou a apresentar os índices de analfabetismo funcional, baseando-se no número de séries escolares concluídas. De acordo com o critério adotado pelo Instituto, são analfabetas funcionais todas as pessoas com menos de 4 anos de escolaridade. Até a promulgação da Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, quatro anos de estudo correspondiam aos anos iniciais do ensino fundamental (EF). Para fim de construção do Indicador 9B, no entanto, adaptou-se o período de quatro para cinco anos de estudo, hoje equivalentes à duração total dos anos iniciais do EF, considerando as mudanças advindas da Lei nº 11.114, de 16 de maio de 2005, e da Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006. Assim, o indicador em questão – taxa de analfabetismo funcional de pessoas de 15 anos ou mais de idade – passa a se referir ao percentual da população de 15 anos ou mais de idade sem os anos iniciais do ensino fundamental concluídos. Cabe destacar que todas as informações captadas pela Pnad são declaratórias, fornecidas pela pessoa entrevistada. Assim, tanto o Indicador 9A quanto o Indicador 9B avaliam se o indivíduo “sabe ler e escrever” de acordo com o julgamento das pessoas entrevistadas. Os indicadores, portanto, não avaliam a *capacidade da pessoa de utilizar a leitura e escrita e habilidades matemáticas*, uma vez que não são baseados em testes

educacionais que mensurem o nível de proficiência das pessoas nessas habilidades.



Indicador 9A: Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade

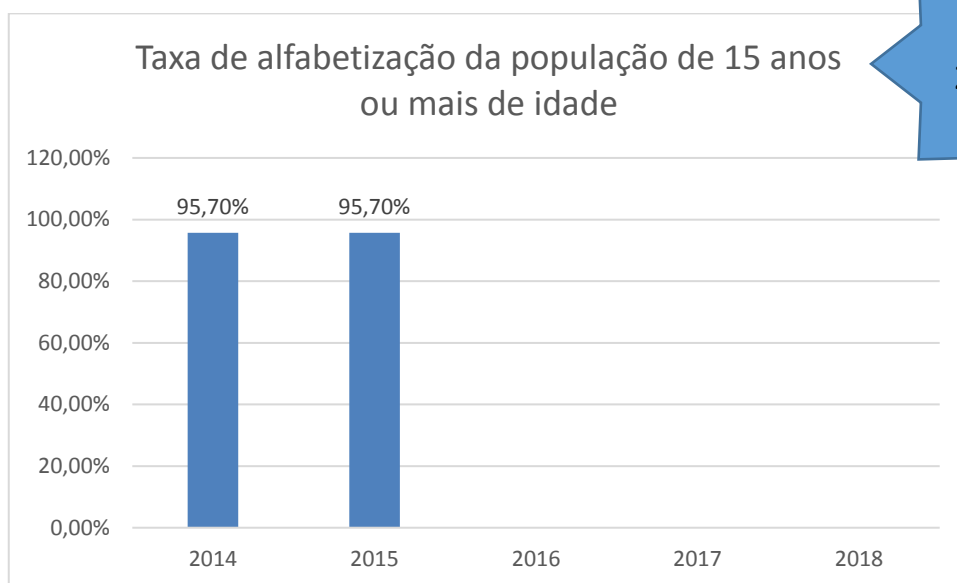
Tabela 9A

Ano	Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade
2014	95,7%
2015	95,7%
2016	**
2017	**
2018	**

Fonte: PNAD 2012 / IBGE 2010

** Não possui dados oficiais

Gráfico 9A



META até
2015: **97%**

Fonte: PNAD 2012 / IBGE 2010

Analisando o indicador, percebe-se que o INDICADOR 9A, permaneceu inalterado.

A meta desse indicador deveria ter chegado em 97% em 2015. Portanto há necessidade de maior sensibilização dos jovens, para cursarem o Ensino Médio, bem como ingressarem-se na Universidade.



Indicador 9B: Percentual de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade sem os anos do Ensino Fundamental concluídos.

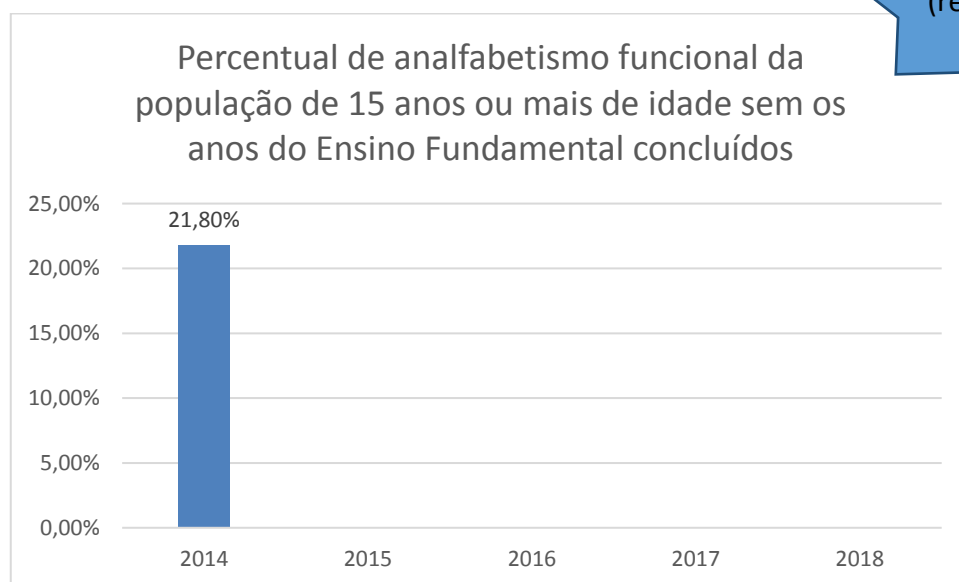
Tabela 9B

Ano	Percentual de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade sem os anos do Ensino Fundamental concluídos
2014	21,8%
2015	**
2016	**
2017	**
2018	**

Fonte: PNAD/2012 IBGE/2010

** Não possui dados oficiais

Gráfico 9B



META até
2024: 10,5%
(redução em
50%)

Fonte: PNAD/2012 IBGE/2010

No Indicador 9B, foram utilizados dados de 2014, conforme tabela acima, por não haver dados de fontes oficiais.

Percebe-se a urgente necessidade de ampliação da EJA, bem como de Projetos e/ou Programas para conclusão do Ensino Médio em curto prazo ou mesmo à distância.



9.3. QUADRO SÍNTESE

As Fichas de monitoramento da meta estão disponíveis no **Anexo B** – Equipes Técnicas e Comissão Coordenadora e **Anexo C** – Indicadores: metas previstas e executadas.

9.4. AVALIAÇÃO DA META E ESTRATÉGIAS

- **Estratégia 9.1:** *Ampliar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento, necessidade de criação de mecanismos de incentivo ao retorno e permanência da população na Educação de Jovens e Adultos.

- **Estratégia 9.2:** *Realizar diagnóstico dos jovens e adultos, em parcerias com as Secretarias de Desenvolvimento Social e Saúde, para ampliar o oferecimento de vagas no ensino fundamental e médio.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia não cumprida. Ausência de instrumento de acompanhamento.

- **Estratégia 9.3:** *Aderir a programas e projetos, disponibilizados pela União e Estado, direcionados à alfabetização de jovens e adultos e assegurar a implementação destes no Município para garantir a esta demanda a continuidade da escolarização básica.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. O município oferece Educação de Jovens e Adultos no Ensino Fundamental e Médio. Necessidade de criação de mecanismos de incentivo ao retorno e permanência da população na Educação de Jovens e Adultos.



- **Estratégia 9.4:** *Aderir ao benefício adicional no Programa Nacional de Transferência de Renda para jovens e adultos que frequentarem cursos de alfabetização bem como prever o acompanhamento, desenvolvimento e monitoramento das ações inerentes a esses cursos.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia não cumprida. Ausência de programas que disponibilizam o benefício.

- **Estratégia 9.5:** *Estabelecer parceria com as Secretarias Municipal de Desenvolvimento, Assistência Social e de Saúde para realizar chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, promovendo-se a busca ativa em regime de colaboração entre o Estado e em parceria com empresas e organizações da sociedade civil.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. As empresas instaladas no município realizam a busca ativa de trabalhadores para acesso à complementação da EJA Fundamental e Médio, no entanto na Rede Pública ainda não acontece a Busca Ativa.

- **Estratégia 9.6:** *Aderir ao processo de avaliação nacional que tem por objetivo aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos com mais de 15 (quinze) anos de idade e assisti-los, pedagogicamente, proporcionando condições favoráveis para o bom desempenho nos exames.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. Existe a divulgação do ENCCEJA (Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos) é um exame totalmente gratuito e voluntário servindo para conceder periodicamente "certificados de conclusão do Ensino Fundamental" à nível nacional, e "certificados de conclusão do Ensino Médio" para quem não teve oportunidade de concluir. Há necessidade de maior

acompanhamento pedagógico dos candidatos para um bom desempenho e maior divulgação do Programa.



- **Estratégia 9.7:** *Estabelecer parceria com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Assistência Social e de Saúde com objetivo de executar ações de atendimento ao (à) estudante da educação de jovens e adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação e com recursos disponibilizados pelo município.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. No município existe tais atendimentos, no entanto há necessidade de parcerias.

- **Estratégia 9.8:** *Implementar e ofertar a educação de jovens e adultos, em regime de colaboração, nas etapas de ensino fundamental e médio, às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais, assegurando-se a formação específica dos professores.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia cumprida. Existe por parte da rede municipal e estadual de ensino a oferta de Educação de Jovens e Adultos Fundamental e Médio aos privados de liberdade, no município.

- **Estratégia 9.9:** *Criar e desenvolver projetos inovadores para a educação de jovens e adultos que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desta demanda objetivando o recebimento de apoio técnico e financeiro da União, Estado e Município.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. O município busca viabilizar investimento para o cumprimento desta estratégia, como por exemplo os Startups.

- **Estratégia 9.10:** *Adotar mecanismos de incentivos, estabelecidos pelo governo federal, estadual e municipal, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados e das empregadas com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. As ofertas já existentes são compatíveis com o público da EJA, no entanto, há necessidade disponibilizar a EJA em horários variados.



- **Estratégia 9.11:** *Articular os sistemas de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, por meio de ações de extensão desenvolvidas no município em parcerias estabelecidas com instituições de ensino e empresas locais para desenvolver programas de formação profissional para a inclusão social e produtiva da população jovem e adulta, com baixos níveis de escolarização formal e para os (as) alunos (as) com deficiência.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento, necessidade de se estabelecer parcerias com o IFMG e Sistema “S” e demais empresas para desenvolver programas de Formação Profissional.

- **Estratégia 9.12:** *Implantar programas e projetos de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos nas escolas em consonância com as políticas públicas de jovens e adultos, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo e de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia não cumprida. Há necessidade de criação dos programas que compartilhem conhecimentos e habilidades dos idosos, na modalidade Educação de Jovens e Adultos no Ensino Fundamental.

9.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A Meta 9 apresenta dois grandes objetivos: o primeiro, elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 97% até 2024 e, até o final da vigência deste PME, erradicar o analfabetismo absoluto; o segundo, reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

No intervalo analisado (2004-2015), foi possível obter um crescimento na taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais, visto que ela se moveu de 83,8%, em 2014, para 87% no ano de 2015, o que posicionou o indicador em 10 p.p. abaixo do proposto pela meta.

Em relação à taxa de analfabetismo funcional, não foi possível calcular, tendo em vista que não temos o índice da população atual nessa faixa etária e nem a densidade demográfica atual do município.

Oferecer oportunidades educacionais e garantir que jovens e adultos com escolaridade baixa ou de qualidade insuficiente aprimorem suas habilidades de leitura, escrita e compreensão da linguagem matemática, de modo a assegurar suas possibilidades de desenvolvimento pessoal e social. Estes são desafios urgentes que se impõem às políticas educacionais, às redes de ensino e à toda sociedade.





Meta 10

.....

Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

.....

10. META 10



10.1. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO

Elias Messias;
Kátia das Graças Souza Modesto;
Maria Cristina Dias de Melo.

10.2. ORGANIZAÇÃO E METODOLOGIA DO MONITORAMENTO

A Meta 10 do Plano Municipal de Educação (PME) traça como objetivo ampliar as matrículas da educação de jovens e adultos (EJA) no ensino fundamental (EF) e no ensino médio (EM) na forma integrada à educação profissional, com vistas a alcançar o valor de 25% do total de matrículas nessa modalidade até o final do Plano. A meta busca estimular os jovens e os adultos a concluírem a educação básica e, ao mesmo tempo, capacitá-los para atuar no mercado de trabalho. Objetiva-se, assim, superar a dicotomia escola-trabalho que muitas vezes é imposta a esse público.

Nesse sentido, a Meta 10 reitera o objetivo do PME de colocar em curso políticas e ações que ampliem não só a escolaridade, mas também a formação para o trabalho dos jovens e dos adultos brasileiros – em especial aqueles mais pobres –, e, assim, contribuir para a redução das desigualdades sociais existentes. A integração da EJA à educação profissional impõe aos gestores públicos diversos desafios, como formação do profissional para lecionar para esse público, integração curricular, desenvolvimento de metodologias de ensino específicas, infraestrutura das escolas etc.

Almejando sinalizar caminhos no sentido da superação desses desafios, o PME estabelece 11 estratégias para a Meta 10, nas quais se destacam: manter programa nacional de EJA voltado à conclusão do EF e à formação profissional; expandir as matrículas na EJA, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional; planejar cursos de acordo com as características do público da EJA,



considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, inclusive na modalidade de educação a distância; ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e dos adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação articulada à educação profissional; reestruturar a rede física de escolas públicas que atuam na EJA integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência; estimular a diversificação curricular da EJA, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho; fomentar a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas; fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores articulada à EJA, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade; institucionalizar programa nacional de assistência para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da EJA articulada à educação profissional; orientar a expansão da oferta de EJA articulada à educação profissional, de modo a atender as pessoas privadas de liberdade; e implementar mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e dos adultos trabalhadores.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), na seção dedicada à EJA, explicita a necessidade de que o poder público viabilize e estimule ações que garantam o acesso e a permanência do trabalhador na escola, sendo a articulação da educação profissional à EJA uma estratégia importante nesse sentido. Desse modo, para o acompanhamento da Meta 10, foi estabelecido o indicador: percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional (Indicador 10 A). Essa medida objetiva captar, do conjunto de matrículas da EJA, a proporção que se encontra integrada à educação profissional. A base de dados utilizada para as análises é o Censo da Educação Básica e contempla uma série histórica que se estende de 2008 a 2013.

- **Indicador 10A:** Percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional



Tabela 10A

N.º de matrículas - EJA		
Ano	Total	
	%	N.º
2007	0%	0
2008	0%	0
2009	0%	0
2010	0%	0
2011	10,10%	42
2012	8,10%	22
2013	0%	0
2014	0%	0
2015	0%	0
2016	0%	0
2017	0%	0
2018	**	**

META até
2024: **25%**

Fonte: Observatório - MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

** Dados oficiais referentes a 2018 ainda não disponibilizados.

10.3. QUADRO SÍNTESE

As Fichas de monitoramento da meta estão disponíveis no **Anexo B** – Equipes Técnicas e Comissão Coordenadora e **Anexo C** – Indicadores: metas previstas e executadas.

10.4. AVALIAÇÃO DA META E ESTRATÉGIAS

- **Estratégia 10.1:** Manter e ampliar a oferta de formação profissional inicial para jovens e adultos, para estimular a conclusão da educação básica.

Análise – Equipe Técnica: Estratégia não cumprida. Não há formação profissional integrada à oferta na modalidade Educação de jovens e adultos.



- **Estratégia 10.2:** *Criar e expandir vagas de matrículas na educação de jovens e adultos e articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e da trabalhadora.*

Análise – Equipe Técnica 2018: Estratégia não cumprida. Ainda não existe nenhum programa de Educação Profissional voltado para a EJA, no que tange a formação profissional como também oferta de formação continuada para trabalhadores.

- **Estratégia 10.3:** *Fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos, e considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, inclusive na modalidade de educação a distância.*

Análise – Equipe Técnica 2018: Estratégia não cumprida, não existe integração de Jovens e Adultos com profissional.

- **Estratégia 10.4:** *Ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, na modalidade de educação de jovens e adultos integrada à educação profissional.*

Análise – Equipe Técnica 2018: Estratégia não cumprida, não existe programa de integração da EJA com os cursos profissionalizantes.

- **Estratégia 10.5:** *Implantar programas voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência.*

Análise – Equipe Técnica 2018: Estratégia cumprida. Embora não seja ofertada a educação de jovens e adultos integrada à educação profissional todas as escolas que oferecem a modalidade EJA, Fundamental e Médio estão adaptadas.

- **Estratégia 10.6:** *Adaptar o currículo de formação básica com a formação profissional, de acordo com as características dos alunos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. No Ensino Médio, já existe uma política voltada para o currículo adaptado, mas não para a EJA Profissional.

- **Estratégia 10.7:** *Articular a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, os instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. Há necessidade de criação de Programa de Educação Profissional para a EJA.

- **Estratégia 10.8:** *Ampliar parcerias de oferta de formação inicial e continuada para trabalhadores e trabalhadoras integradas à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas, de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade.*

Análise – Equipe Técnica: –Estratégia em andamento. Em julho de 2018 iniciou a parceria da SEMED/Sistema Prisional/SEE-MG, ofertando a modalidade EJA anos iniciais e finais.

- **Estratégia 10.9:** *Ampliar programa de assistência ao estudante, compreendendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia não cumprida. Implantar a Formação Profissional, na modalidade EJA.



- **Estratégia 10.10:** *Ofertar educação de jovens e adultos e adaptar o currículo com formação profissional de modo a atender às pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e das professoras e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia cumprida. A rede municipal de ensino e estadual iniciaram a oferta das atividades na modalidade EJA Ensino Fundamental e Médio, necessitando apenas da consolidação de um currículo profissionalizante para este público.

- **Estratégia 10.11:** *Realizar diagnóstico, em parcerias com as Secretarias Municipal de Saúde, Desenvolvimento e de Assistência Social, para detectar as especificidades da população da educação de jovens e adultos, das populações itinerantes, do campo, das comunidades indígenas e quilombolas para o fomento de cursos de formação inicial e continuada e cursos técnicos de nível médio.*

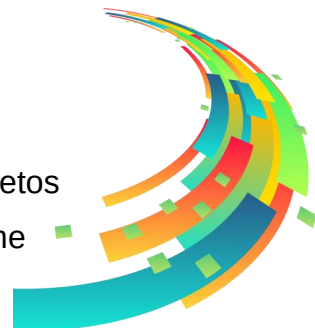
Análise – Equipe Técnica: Estratégia não cumprida. Há necessidade de se estabelecer as parcerias para realização do diagnóstico.

10.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A Meta 10 estabelece que, em 2024, o percentual de matrículas de educação de jovens e adultos integrada à educação profissional no município alcance o valor de 25%. No período de 2014 a 2017 não houve criação de Educação de Jovens e Adultos Profissionalizante. Dessa forma, constata-se que o desafio para o atingimento da meta é criar cursos para esse público.

Mesmo com o advento do FUNDEB, que ampliou a possibilidade de financiamento de programas de Educação de Jovens e Adultos, não há oferta na

modalidade EJA profissionalizante. É necessária a adoção de projetos pedagógicos diferenciados e específicos, capazes de atender à enorme diversidade do público que demanda por essa modalidade de ensino.





Meta 11

.....

Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

.....

11. META 11



11.1. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO

Elias Messias;
Kátia das Graças Souza Modesto;
Maria Cristina Dias de Melo.

11.2. ORGANIZAÇÃO E METODOLOGIA DO MONITORAMENTO

A Meta 11 do Plano municipal de Educação (PME) tem como objetivo triplicar o número de matrículas da educação profissional técnica (EPT) de nível médio, garantindo não só a qualidade da oferta, mas também a expansão em pelo menos 50% dessa modalidade no segmento público. Assim, a meta reitera o objetivo do PNE de colocar em curso políticas e ações que ampliem não só a escolaridade, mas também a formação profissional dos estudantes brasileiros.

A ampliação do número de matrículas da modalidade tanto na rede privada como na rede pública apresenta uma série de desafios, entre os quais podemos elencar: a formação do professor que seja capaz de articular o conhecimento teórico com a habilidade técnica; a integração curricular que contemple teoria e prática; o desenvolvimento de metodologias de ensino adequadas a esse público; e a infraestrutura das escolas, o que inclui, entre outros fatores, laboratórios especializados. Na busca de sinalizar caminhos para a superação desses desafios, o PME estabelece quatorze estratégias associadas à Meta 11: expandir as matrículas de EPT de nível médio na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica; fomentar a expansão da oferta dessa modalidade nas redes públicas estaduais de ensino e na modalidade de educação a distância; estimular a expansão do estágio em EPT de nível médio e no ensino médio regular; ampliar a oferta de programas de reconhecimento de saberes para fins de certificação profissional em nível técnico e a oferta de matrículas gratuitas de EPT de nível médio pelas entidades privadas de formação profissional vinculadas ao

sistema sindical e entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade; expandir a oferta de financiamento estudantil à modalidade oferecida em instituições privadas de educação superior; institucionalizar sistema de avaliação da qualidade da modalidade das redes escolares públicas e privadas; expandir o atendimento do ensino médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo e para as comunidades indígenas e quilombolas, de acordo com seus interesses e necessidades; expandir a oferta de EPT de nível médio para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação; elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica e elevar, nos cursos presenciais, a relação de alunos(as) por professor; elevar gradualmente o investimento em programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais no acesso e na permanência na modalidade, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei; e estruturar sistema nacional de informação profissional, articulando a oferta de formação das instituições especializadas em educação profissional aos dados do mercado de trabalho e a consultas promovidas em entidades empresariais e de trabalhadores.



- Indicador 11A: Matrículas em educação profissional técnica de nível médio

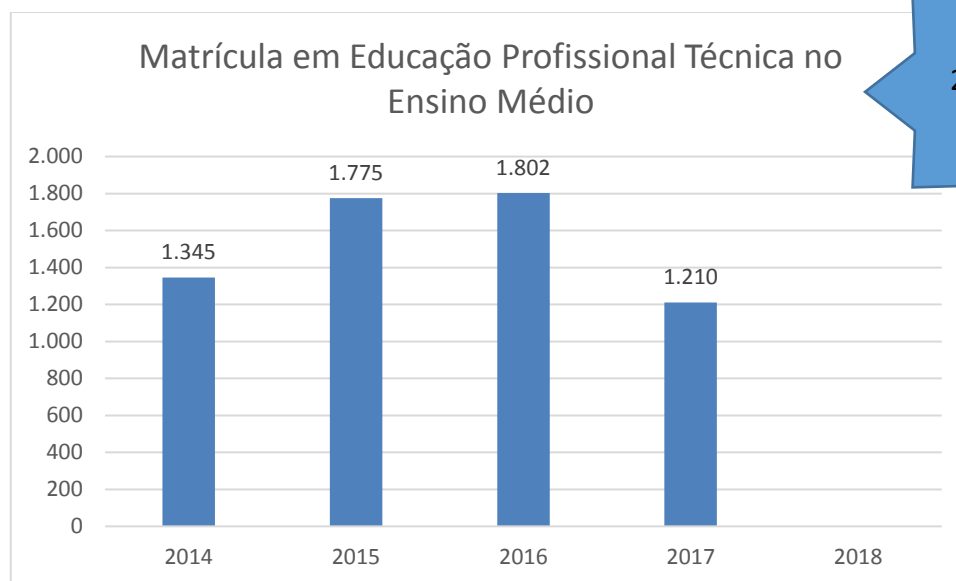
Tabela 11A

ANO	Matrícula em Educação Profissional Técnica no Ensino Médio
2014	1.345
2015	1.775
2016	1.802
2017	1.210
2018**	**

Fonte: INEP - Sinopse Censo Educação Básica 2016 /2017 Guias 1.1

**Não foi possível coletar dados oficiais de 2018, uma vez que o Censo Escolar ainda não foi finalizado.

Gráfico 11A



Fonte: INEP - Sinopse Censo Educação Básica 2016 /2017 Guias 1.1- Tabela 11^a
Meta calculada a partir do ano de 2014.

Há necessidade urgente de ampliação de oferta de cursos técnicos de nível médio, envolvendo as esferas estaduais e federais.

No indicador espera-se a expansão em 50%, em relação ao ano de 2014, no ensino público. Em 2015 houve um aumento considerável, já que em 2014 tivemos 1.345 matrículas, 2015, 1.775; em 2016, 1.802 e em 2017 1.210. Há necessidade de se estabelecer parcerias com SENAI, SENAC, IFMG, USFJ e rede estadual de ensino; muito embora não seja de competência da Secretaria Municipal de Educação tal oferta.

11.3. QUADRO SÍNTESE

As Fichas de monitoramento da meta estão disponíveis no **Anexo B** – Equipes Técnicas e Comissão Coordenadora e **Anexo C** – Indicadores: metas previstas e executadas.

11.4. AVALIAÇÃO DA META E ESTRATÉGIAS



- **Estratégia 11.1:** *Fomentar a expansão de matrículas de educação profissional técnica de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. Há urgência em fomentar junto ao Instituto Federal de Minas Gerais a ampliação de novos cursos e aumento do índice de vagas.

- **Estratégia 11.2:** *Ampliar a oferta de educação profissional técnica de nível médio nas redes estaduais de ensino.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. Fomentar, via parcerias, a ampliação de novos cursos profissionalizantes no ensino médio.

- **Estratégia 11.3:** *Promover e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita, assegurando o padrão de qualidade e a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia parcialmente cumprida. Porém há a necessidade fomentar com a rede pública, via parcerias, a ampliação de novos cursos, modalidade EAD (a distância) profissionalizantes, para o ensino médio.

- **Estratégia 11.4:** *Estimular a criação de políticas de expansão de vagas de estágios para educação profissional nas empresas da região, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia não cumprida. Necessidade de criação de um programa para a formulação de uma política de estágio, em parcerias entre Institutos Federais e empresas.

- **Estratégia 11.5:** *Criar programas de reconhecimento de saberes para fins de certificação profissional em nível técnico.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia não cumprida, uma vez que os exames de Certificação profissional em nível técnico não foram criados.

- **Estratégia 11.6:** *Ampliar a oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica de nível médio, pelas entidades privadas de formação profissional, vinculadas ao sistema sindical e entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. Necessidade de parcerias para ampliação de cursos e vagas.

- **Estratégia 11.7:** *Expandir a oferta de financiamento estudantil à educação profissional técnica de nível médio oferecida em instituições privadas de educação superior.*

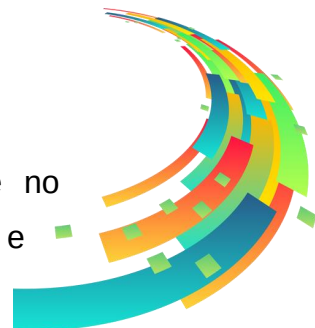
Análise – Equipe Técnica: Estratégia não cumprida. Não existem instituições privadas de educação superior que ofereçam educação profissional técnica de nível médio.

- **Estratégia 11.8:** *Estimular a realização do sistema de avaliação da qualidade da educação profissional técnica de nível médio das redes escolares públicas e privadas.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia parcialmente cumprida. Necessidade de criação de instrumento avaliativo para as instituições públicas e privadas.

- **Estratégia 11.9:** *Ampliar o número de atendimentos do ensino médio gratuito integrado à formação profissional, para as populações do campo e para as comunidades indígenas e quilombolas, de acordo com os seus interesses e necessidades.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia não realizada, visto que no município de Congonhas não existem comunidades indígenas e quilombolas e população do campo.



- **Estratégia 11.10:** *Ampliar a oferta de educação profissional técnica de nível médio para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. Apesar das várias tentativas para implantação ainda há um baixo índice de vagas.

- **Estratégia 11.11:** *Ampliar o número de vagas específicas de cursos técnicos de nível médio para o perfil socioeconômico do município.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia parcialmente cumprida. O Instituto Federal de Minas Gerais/Congonhas criou programas de incentivo à melhor competitividade. Ex.: Pré seletivo/IFMG.

- **Estratégia 11.12:** *Elevar, gradualmente, o investimento em programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando a garantir as condições necessárias à permanência dos (as) estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia cumprida. No município existe o incentivo de transporte para o estudante, há necessidade de programas que garantam a permanência do estudante e a conclusão dos cursos.

- **Estratégia 11.13:** *Adotar políticas afirmativas na forma da lei, visando à redução das desigualdades etnorraciais e regionais no acesso e permanência na educação profissional técnica de nível médio.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia parcialmente cumprida, no entanto há necessidade da criação de políticas afirmativas na forma da lei.

- **Estratégia 11.14:** *Utilizar a estruturação do sistema nacional de informação profissional, articulando a oferta de formação das instituições especializadas*

em educação profissional, aos dados do mercado de trabalho e a consultas promovidas em entidades empresariais e de trabalhadores.

Análise – Equipe Técnica: Estratégia parcialmente cumprida. Há necessidade de maior articulação entre as entidades empresariais e as instituições especializadas.



11.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados derivados do Indicador 11A sinalizam o aumento do número de matrículas em EPT de nível médio, que passou de 1.345, em 2014 para 1.802, em 2016 e 1.210 em 2017. O padrão de crescimento, porém, não ocorreu de maneira esperada, uma vez que a meta será 4563. Há necessidade de criação de cursos gratuitos, que atendam aos interesses da comunidade.

Apesar do aumento de matrículas na Educação Profissional registrado nos anos 2015(1.775) e 2016(1.802), entretanto em 2017 houve uma queda passando para 1.210 matrículas.

Assim, escola e mundo do trabalho carecem de sintonia. As rápidas transformações proporcionadas pelas novas tecnologias e os novos perfis profissionais, que valorizam muito mais a criatividade e a capacidade de relacionar conhecimentos de forma interdisciplinar, na busca pela resolução de problemas, ainda são características pouco valorizadas nos cursos de formação profissional. Além disso, a amarra das disciplinas obrigatórias sobrecarrega o Ensino Médio profissionalizante, pois o aluno é obrigado a cumprir não apenas as disciplinas relacionadas ao curso como também toda a carga do Ensino Médio regular.



Meta 12

.....

Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

.....

12. META 12



12.1. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO

Cecília Bacharel;
Thales Gonçalves Costa;
Wilander de Almeida Martins.

12.2. ORGANIZAÇÃO E METODOLOGIA DO MONITORAMENTO

A Meta 12 do PME, que tem por principal finalidade a expansão com qualidade da educação superior em nível de graduação, apresenta dois objetivos quantificáveis. O primeiro tem como enfoque a expansão da oferta de educação superior e, para tanto, determina que o total de matrículas em cursos de graduação seja equivalente a 50% da população brasileira de 18 a 24 anos de idade em 2024.

Para efeito de monitoramento, as instituições de curso superior das quais o município usufrui foram divididas em dois grupos: instituições de dentro do município e instituições de fora do município.

Durante a análise da equipe técnica, entendeu-se que os alunos residentes em Congonhas, que estudam em instituições fora dos limites do município, foram considerados para fins de cálculo da taxa bruta de matrícula, entretanto, podemos considerar que os mesmos podem ter sido tratados externamente pelas instituições, sendo contabilizados nos municípios de origem dessas, para fins de taxa líquida de matrícula.

Desta forma, para fins de taxa líquida, o monitoramento foi realizado apenas em relação às instituições de ensino superior aqui lotadas.

Importante destacar que o cálculo da taxa líquida depende ainda da permanência e conclusão dos estudantes de nível superior.

O monitoramento foi baseado em dados que podem apresentar variações em função de serem estabelecidos por estimativa da população fornecidos pelo IBGE, de 2014 a 2016 e projeção para 2018, bem como, levantamentos da Secretaria Municipal de Educação em relação aos

programas de incentivo ao ingresso e permanência dos estudantes no ensino superior, tanto internamente, quanto externamente. Entre esses, temos os seguintes programas municipais: PAVE – Programa de Auxílio Viagem ao Estudante e Passe Estudantil para o Ensino Superior que sofreu, no ano de 2018, ajustes nos critérios de concessão e no número de bolsas distribuídas. Acredita-se que tais modificações repercutiram diretamente no número total de inscritos, gerando impacto direto na avaliação

Para o monitoramento desse objetivo, foi utilizado o seguinte indicador:

- **Indicador 12A:** Porcentagem de matrículas na Educação Superior em relação à população de 18 a 24 anos - Taxa bruta de matrícula (*Taxa de escolarização bruta na educação superior da população de 18 a 24 anos*).

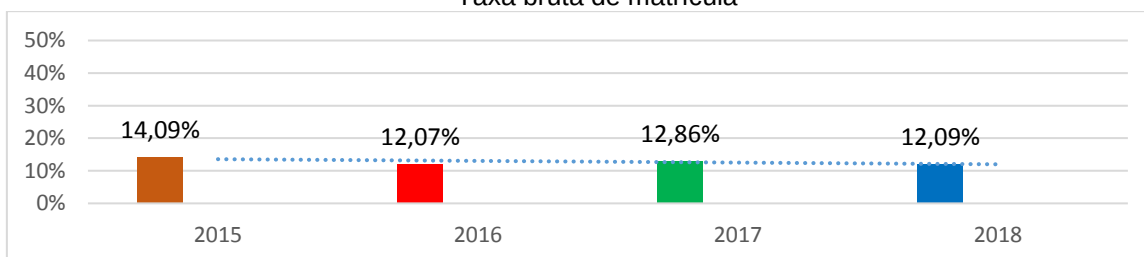
Tabela 12A

Ano	Porcentagem de matrículas na Educação Superior em relação à população de 18 a 24 anos - Taxa bruta de matrícula			
	2015	2016	2017	2018
Meta Prevista	50%	50%	50%	50%
Meta executada	14,09%	12,07%	12,86%	12,09%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação / IFMG Campus Congonhas / IBGE

Gráfico 12A

Porcentagem de matrículas na Educação Superior em relação à população de 18 a 24 anos - Taxa bruta de matrícula



Fonte: Secretaria Municipal de Educação / IFMG Campus Congonhas / UNIPAC – Congonhas / IBGE

O percentual apurado na taxa bruta de matrícula levou em consideração os dados fornecidos pelo IFMG – Campus Congonhas, bem

como, baseados nos dados de inscritos no PAVE – Programa de Auxílio Viagem ao Estudante. A estimativa da população de 18 a 24 anos foi levantada através do site do IBGE e, ainda, foram realizados os cálculos de variação de acordo com a tendência de crescimento do número de vagas estabelecida pelo Instituto através da criação de novo curso.

A evolução do indicador 12 A demonstra, no presente ano, uma queda considerável, uma vez que as fontes de dados utilizadas para pesquisa sofreram influência externa devido aos ajustes financeiros e de critérios em decorrência da crise econômica e política nacional que impacta diretamente na arrecadação do município e aliada às necessidades de ajustes promovidos no segmento da educação básica. Desta forma, o caminho para atingir a meta estabelecida se torna ainda mais difícil de ser traçado, apesar das ações externas e da expectativa para o próximo ano com a abertura de novos cursos internamente e na região elevem a expectativa.

O segundo objetivo relaciona-se à expansão do acesso aos cursos de graduação pela população de 18 a 24 anos de idade, estabelecendo que a taxa de acesso dessa população a esse nível de ensino deve atingir 33% em 2024. Esse objetivo é monitorado pelo indicador:

- Indicador 12B: *Taxa de escolarização líquida ajustada na educação superior da população de 18 a 24.*

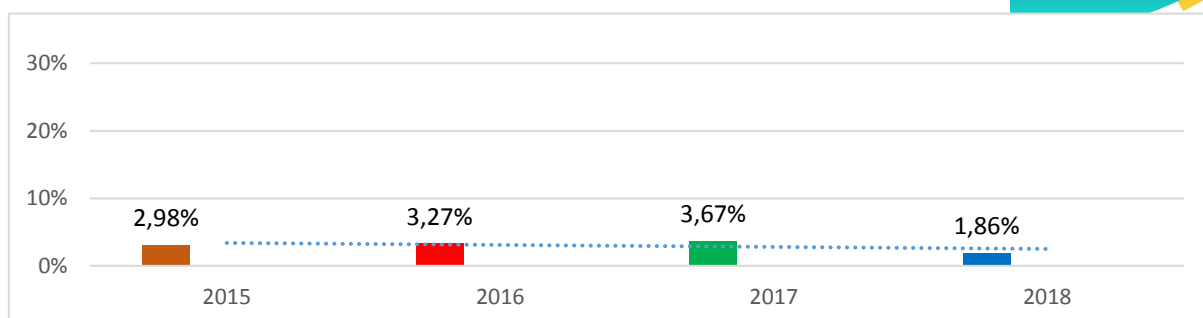
Tabela 12B

Ano	<i>Porcentagem de matrículas na Educação Superior em relação à população de 18 a 24 anos - Taxa líquida de matrícula</i>			
	2015	2016	2017	2018
Meta Prevista	33%	33%	33%	33%
Meta executada	2,98%	3,27%	3,67%	1,86%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação / IFMG Campus Congonhas / IBGE

Gráfico 12B

Porcentagem de matrículas na Educação Superior em relação à população de 18 a 24 anos - Taxa líquida de matrícula



Fonte: Secretaria Municipal de Educação / IFMG Campus Congonhas / IBGE

Há que se observar, ainda, em relação ao ano de 2018, a queda do número de alunos matriculados no ensino superior, com destaque para o setor privado. A curva de convergência decrescente pode ser identificada nos anos em que a taxa de desemprego aumenta bem como a crise política e econômica nacional, onde percebemos que um dos primeiros investimentos a ser cortado é aquele referente aos estudos no âmbito do ensino superior e, mais especificamente, em relação às faculdades e universidades particulares, por se tratar de um valor expressivo e elevado em relação a faixa salarial da região.

Outro aspecto que prejudicou parcialmente o diagnóstico no ano corrente é a adaptação do número de bolsas ofertadas pelo PAVE – Programa de Auxílio Viagem ao Estudante que foi reduzida de 450 para 300 bolsas em relação à necessidade de ajustes financeiros do município em razão da redução da receita municipal.

12.3. QUADRO SÍNTESE

As Fichas de monitoramento da meta estão disponíveis no **Anexo B** – Equipes Técnicas e Comissão Coordenadora e **Anexo C** – Indicadores: metas previstas e executadas.

12.4. AVALIAÇÃO DA META E ESTRATÉGIAS



A persistência de enormes desigualdades sociais no tocante ao acesso e à permanência no nível de ensino superior, segue como um desafio a ser enfrentado no município. Os grandes e recorrentes desafios são o da expansão da matrícula com democratização do acesso e da diferenciação da oferta de modo a garantir o atendimento das demandas da economia e da sociedade geral local. A excelência da formação oferecida e uma equação adequada de financiamento da expansão estrutura atual da educação superior no Brasil foi formalizada e normatizada na Constituição Federal de 1988 e na Lei nº 9.394/1996 de Diretrizes e Bases Nacional e numa série de decretos oficiais e resoluções do Conselho Nacional de Educação.

Apesar de haverem programas federais; como Universidade para todos/ProUni, que é um projeto do governo federal que tem como objetivo a concessão de vagas para estudantes de baixa renda em Instituições privadas de ensino superior, e também com incentivos oferecido pelo Município, na ajuda de transporte escolar e PAVE – Programa de Auxílio Viagem ao Estudante, ainda temos um número muito pequeno de ingresso de jovens na faixa de 18 a 24 anos no ensino superior.

Essa realidade se dá, também, pela insuficiente oportunidade de 1º emprego aos jovens no município e pela dificuldade de acesso à oferta de vagas existentes nas Instituições Federais mais próximas ou localizadas no município.

Em contrapartida o segmento começa a reagir que começa a com a criação de novo curso pelo IFMG e a popularização, aumento da confiança e expansão do segmento de EAD – Educação à Distância.

- **Estratégia 12.1:** *Adaptar e construir prédios visando à qualificação e diversificação da estrutura física e de recursos humanos a fim de aumentar a oferta de cursos, incrementando atual cartela oferecida viabilizando a ampliação da oferta de vagas e de matrículas iniciais por curso em 50%, em 2 anos.*



Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. Está prevista a criação do curso de Licenciatura e Bacharelado em Letras por parte do IFMG – Campus Congonhas, com início estimado para o primeiro semestre de 2019. Cabe ao Governo Federal alocar recursos para garantir a construção de prédios, a qualificação e diversificação da estrutura física e de recursos humanos a fim de aumentar a oferta de cursos da atual cartela oferecida, aprovação das propostas das universidades e institutos para criação de cursos alocando recursos e viabilizando a ampliação da oferta de vaga, de matrículas iniciais no ensino superior gratuito, mantendo e desenvolvendo os órgãos e instituições federais, conforme disposto no inciso II do Art. 9º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.

- **Estratégia 12.2.1:** *Proporcionar o crescimento do Instituto Federal de Minas Gerais e universidades públicas da região, com apresentação da demanda e orientação do público de ensino médio, aproximando-os da realidade do ensino superior; e aderir aos programas de expansão da Rede Federal de Educação Superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, implantando no município, no prazo de 1 (um) ano, polo da Universidade Aberta do Brasil - UAB, com cursos diferenciados dos que são oferecidos na região.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia não concluída. Os institutos e universidades da região, entre esses o IFMG – Campus Congonhas, promovem eventos para a divulgação dos processos seletivos de ingresso nos cursos técnicos integrados e superiores, abrindo as portas para que os alunos tanto do ensino médio, como dos anos finais do ensino fundamental, possam aproximar-se da realidade do ensino superior. Entre esses projetos estão o IFMG de Portas Abertas.

O município de Congonhas aguarda a disponibilização dos programas de expansão da Rede Federal de Educação Superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para implantar no município um polo da Universidade Aberta do Brasil - UAB, com cursos diferenciados dos que são oferecidos na região.

O crescimento das Universidades Abertas na região, como é o caso da UAB de Conselheiro Lafaiete com expansão da oferta de cursos de nível superior e pós-graduação, em razão da proximidade geográfica, dificultam a autorização para a abertura da UAB em Congonhas, bem como, a oferta de logradouros adequados para a implantação da instituição.



- **Estratégia 12.2.2:** *Implantar cursos que coadunam com o interesse dos jovens, possibilitando novas oportunidades de trabalho e crescimento econômico do município e região, em relação à sua principal vocação minero-siderúrgicas e o desenvolvimento de novas vocações.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. A ampliação da cartela de cursos do IFMG, a expansão do segmento de EAD – Educação à distância trazem cursos mais acessíveis e que despertam interesse dos jovens. Muito embora distantes do cumprimento da meta, um aspecto que não pode ser desprezado na análise desta estratégia é o desenvolvimento das cidades circunvizinhas em relação à estratégia, uma vez que o IFMG – Campus Ouro Branco, possui boa cartela de cursos, incluindo, entre esses, a engenharia de minas. Na divisa entre os municípios de Congonhas e Ouro Branco, também contamos com a UFSJ – Campus Alto Paraopeba e suas engenharias que recebem um expressivo número de alunos cujos cursos podem ser igualmente aplicáveis ao desenvolvimento da vocação da cidade e da região. Não obstante, as universidades e faculdades de Lafaiete oferecem uma série de cursos voltados para o desenvolvimento da vocação minero-siderúrgica da região e que recebem vários alunos da cidade de Congonhas.

- **Estratégia 12.3:** *Desenvolver projetos de iniciação científica, com auxílio de bolsas para permanência na instituição, em parceria com instituições federais, vinculados ao mercado de trabalho com objetivo de inserção na carreira.*

Análise – Equipe Técnica: Em andamento. Alguns projetos de iniciação científica já foram implementados no município em parceria com as instituições de ensino superior como o IFMG – Campus Congonhas e a UFSJ – Campus Alto Paraopeba e continuam sendo desenvolvidos novos projetos para a implantação junto aos alunos da Rede Municipal e Estadual do município de Congonhas. A estratégia, portanto, está sendo desenvolvida.



- **Estratégia 12.4:** *Aderir aos programas ofertados na educação superior pública, prioritariamente, para a formação de professores e professoras para a educação básica, sobretudo, nas áreas de ciências e matemática, para atender ao déficit de profissionais em áreas específicas.*

Análise – Equipe Técnica: Não concluída. Não há ofertas locais pela educação superior pública para a formação de professores e professoras para a educação básica, sobretudo, nas áreas de ciências e matemática. No entanto, há oferta do curso de licenciatura em física e adesão do IFMG ao PIBID – Programa de Iniciação à Docência.

- **Estratégia 12.5:** *Ampliar a participação em políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos (às) estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de educação superior e beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, na educação superior, de modo a reduzir as desigualdades etnorraciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico.*

Análise – Equipe Técnica: A estratégia foi parcialmente cumprida, porém prescinde de ser aprimorada a cada ano do Plano.

O processo inicia-se nas etapas preliminares de formação através da inserção dos jovens estudantes à oferta de tecnologias e socioeconômicas passando pela inserção dos mesmos nas instituições de ensino superior até o processo de formação com o auxílio de programas municipais de incentivo e permanência através do subsídio parcial de transporte aos universitários.

O Enem – Exame Nacional do Ensino Médio, avaliação que cada vez mais vem substituindo os processos seletivos das próprias instituições, através do SISU, amplia o acesso aos estudantes em relação a critérios etnorraciais, análises socioeconômicas, alunos egressos das escolas públicas, entre outros, para ingresso nas instituições de ensino superior. O Enem ainda pode

garantir bolsa de estudos ao mesmo segmento citado através do ProUNI e o financiamento estudantil através do FIES.



- **Estratégia 12.6:** *Divulgar, amplamente, o financiamento estudantil proveniente do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, de que trata a Lei nº 10. 260, de 12 de julho de 2001.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia cumprida. A divulgação do FIES - Fundo de Financiamento Estudantil tem sido objeto de divulgação da grande mídia através de propagandas em grandes emissoras de televisão, portais e domínios da internet, principalmente em sites como o www.mec.gov.br. Assim sendo, há que se considerar que a estratégia foi cumprida e pode ser aprimorada.

- **Estratégia 12.7:** *Efetivar o diagnóstico de pertinência social e estabelecer parceria com as universidades locais para receber os graduandos, participantes de projetos de extensão, direcionando-os para áreas de grande pertinência social.*

Análise – Equipe Técnica: Não concluída. O diagnóstico de pertinência social encontra-se em andamento no setor responsável e, assim que estiver pronto, serão tomadas as iniciativas cabíveis para o desenvolvimento de projetos de extensão aplicáveis às áreas cujos índices estejam mais em evidência.

- **Estratégia 12.8:** *Garantir a implantação e ampliação da oferta de estágio aos estudantes do ensino superior.*

Análise – Equipe Técnica: Concluída. A implantação e ampliação da oferta de estágio aos estudantes do ensino superior tem sido realizada através de parceria com a Prefeitura Municipal de Congonhas. Considera-se, portanto, como estratégia cumprida.

- **Estratégia 12.9:** *Fornecer bolsas de auxílio, manutenção e moradia para incentivo à permanência de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior, pelas instituições e governo federal, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei;*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia cumprida. O fornecimento de bolsas de auxílio, manutenção e moradia é uma estratégia adotada pelas instituições de ensino superior públicas através de programas de assistência estudantil. A nível municipal, os estudantes do ensino superior contam o programa de passe estudantil e o PAVE – Programa de Auxílio Viagem ao Estudante como subsídios para custo de transporte dos universitários em cumprimento às suas jornadas estudantis, mesmo que no presente ano tenha sido reduzido o número de bolsas oferecidas, bem como, reajustados alguns critérios de ingresso no programa.

- Estratégia 12.10: *Assegurar que as instituições de educação superior, na forma da legislação, quanto ao cumprimento das condições de acessibilidade.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia cumprida. A infraestrutura do Instituto analisado atende às condições de acessibilidade.

- Estratégia 12.11: *Estimular a realização de estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa em campo, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais, regionais e municipais e motivar a aplicação dos resultados.*

Análise – Equipe Técnica: Não realizada. Em função especificidade de nossa região serem voltadas para o segmento econômico da mineração e metalurgia, esta adequação já acontece de forma intuitiva.

- Estratégia 12.12: *Aderir aos programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente no município, oriundas da União, em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior.*

Análise – Equipe Técnica: Concluída. A adesão a programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil depende da oferta pela União. Um desses programas, conhecido como Ciências Sem Fronteiras, instituído pelo DECRETO Nº 7.642, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011, teve o seu encerramento quanto a graduações, tendo sido o último edital publicado em

2014. Atualmente o CSF contempla apenas o programa de internacionalização para pós-graduação (mestrado, doutorado, pós-doutorado e atração de jovens cientistas). O IFMG à nível institucional tem o Internacionaliza IFMG. A estratégia deve ser considerada parcialmente concluída, uma vez que alguns alunos do Instituto participaram do Ciências Sem Fronteiras e foram estudar no exterior, bem como, estão aptos a participarem dos processos seletivos do internacionaliza IFMG.



- Estratégia 12.13: *Identificar, por meio do IBGE, a existência de populações do campo e comunidades indígenas e quilombolas no município para viabilizar o acesso, permanência e conclusão do curso superior e formação de profissionais para atuação nessas populações.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia considerada cumprida. Através de pesquisa no site do IBGE, não foi constatada a existência de populações do campo e comunidades indígenas e quilombolas no município. Estratégia considerada cumprida.

- Estratégia 12.14: *Mapear a demanda, fomentar a oferta e aderir aos programas de formação de pessoal de nível superior, nas áreas de ciências e matemática, considerando as necessidades do desenvolvimento do município e região, com inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da educação básica.*

Análise – Equipe Técnica: Não concluída. Em relação ao mapeamento da demanda, a nível municipal, foi constatado que não houve déficit de professores de matemática e, através de processo seletivo, a inexistência de déficit de professores de Ciências. Para fins de formação e pessoal de nível superior, aguardamos a oferta de programas para adesão.

- Estratégia 12.15: *Promover o acesso ao programa de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais, o qual assegura a acessibilidade às pessoas com deficiência, para os cursos de graduação.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia concluída. O IFMG dispõe do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais que acompanha e procura atender as demandas específicas de cada deficiência.



- Estratégia 12.16: *Articular, junto às instituições de ensino superior, adesão aos processos seletivos nacionais e regionais, instituídos pelo governo federal, como forma de superar exames vestibulares isolados.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia cumprida. O ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio e o SISU – Sistema de Seleção Unificada tem sido adotado como forma de ingresso no IFMG – Campus Congonhas e outras instituições também utilizam a nota obtida no ENEM para ingresso através do SISU, em âmbito público e PROUNI no privado. As notas do ENEM são consideradas, ainda, afim de serem avaliadas pelas instituições ante os vestibulares tradicionais.

- Estratégia 12.17: *Viabilizar ampla divulgação das vagas ociosas da educação superior e a forma de ingresso nessas vagas.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia cumprida. As instituições públicas da região divulgam por meio de edital, publicados em seus sites oficiais, as vagas ociosas da educação superior, a forma de ingresso e os requisitos para ingresso nessas vagas.

- Estratégia 12.18: *Aderir a programas, disponibilizados pela União, de expansão das instituições de educação superior estaduais, que contribuam para a ampliação de vagas.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia não concluída. A adesão a programas depende da disponibilização da união, uma vez que não houveram ofertas e o município busca novas instituições, inclusive públicas, de ensino superior para se instalarem na cidade.



- **Estratégia 12.19:** *Articular, com ênfase na melhoria de prazos e qualidade da decisão, no prazo de 2 (dois) anos, os procedimentos adotados na área de avaliação, regulação e supervisão, em relação aos processos de autorização de cursos e instituições, de reconhecimento de cursos superiores ou renovação destes e de credenciamento ou credenciamento de instituições, no âmbito do sistema federal de ensino.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia não concluída. Nota Técnica.

- **Estratégia 12.20:** *Estabelecer parcerias que viabilizem aos estudantes da educação básica do município a utilização das redes físicas de laboratórios multifuncionais das IES e ICT's por meio de programas de extensão.*

Análise – Equipe Técnica: Concluída. As parcerias estabelecidas com os IES e ICT's promoveram visitas e presenciaram experiências em laboratórios. Novas parcerias estão sendo viabilizadas e articuladas no sentido da estratégia apresentada. Considera-se, portanto, em andamento.

- **Estratégia 12.21:** *Difundir as informações e incentivar a participação no PROUNI e FIES, dos estudantes regularmente matriculados em cursos superiores presenciais ou a distância.*

Análise – Equipe Técnica: Considera-se a estratégia cumprida. Essa divulgação é feita através dos meios de mídia oficiais, entre esses o site do Ministério da Educação – MEC, em grandes emissoras de tv, rádio, além da promoção das informações pelas próprias instituições privadas. Considera-se a estratégia cumprida.

12.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do monitoramento realizado em relação à Meta 12 é possível constatar que para atingir o aumento desejado em relação à taxa bruta de

matrícula no ensino superior e a taxa líquida, esta, de maneira mais qualificada, é necessário um esforço conjunto tanto do segmento público a nível federal quanto da esfera privada de investidores do ensino superior, além dos esforços locais.



É perceptível, ainda, o impacto da crise financeira sob o segmento do ensino superior de maneira direta.

Levando em conta esse ponto de vista, o fato da cidade vizinha de Conselheiro Lafaiete ter se tornado um importante pólo universitário, assim como Ouro Branco, também dificulta as ações do município em relação à oferta de ensino e a busca de investidores na educação superior da esfera privada. Já no segmento público, a UFSJ – Campus Alto Paraopeba trouxe um desenvolvimento para a cidade de Ouro Branco que conta, ainda, com o IFMG – Campus Ouro Branco e seus cinco cursos superiores, sendo aquela cidade, preferida pelos alunos para fixarem residência e, desta forma, tendo se tornado um pólo do segmento público, uma vez que a universidade fica mais próxima considerando em relação à cidade de Congonhas.

Quanto a matrículas, o cenário hoje nos direciona no sentido de despertar o interesse do jovem de 18 a 24 anos para o ensino superior, seja na esfera pública ou privada. Em nossa região, a demanda por mão de obra qualificada a nível técnico e médio é considerada grande, o que faz com que jovens se interessem em ingressar no mercado de trabalho antes de buscar um curso superior.

Por outro lado, a desconfiança em relação às EADs e a qualidade dos cursos passa a deixar de ser um tabu para a população se tornando uma modalidade que cresce a cada dia e vem recebendo altos conceitos de avaliação do MEC. Um importante dado a ser considerado é que as EADs fornecem um número muito elevado e quase ilimitado de matrículas. O valor acessível das mensalidades, no caso das instituições privadas, também é um dos atrativos para ingresso nesse segmento, bem como, a possibilidade de financiamento por programas como o Educa+ Brasil.

Apesar das relevantes circunstâncias demonstradas, se faz imperioso destacar, ainda, que a maioria das estratégias da Meta 13 são

voltadas às competências inerentes ao governo federal e afins das universidades públicas, uma vez que o aumento das vagas disponibilizadas no segmento público depende da boa gestão das universidades, autorização e financiamento do governo federal.



No aspecto privado, o aumento da taxa bruta de matrícula depende do conhecimento da demanda local, do fomento às instituições privadas, o financiamento estudantil e até mesmo das políticas de desburocratização em relação ao funcionamento das universidades à distância.

É salutar ressaltar que na maioria das estratégias analisadas, as ações já haviam sido estartadas ou até mesmo vêm sendo realizadas. Por outro lado, alguns avanços passaram a seguir um fluxo inverso, como o investimento em expansão das universidades públicas, o incentivo a pesquisas de extensão, as ações e os valores empenhados no FIES – Financiamento Estudantil.

Para fins de análise da estratégia se torna indispensável considerar o desenvolvimento regional em relação ao ensino superior, destacando a implantação de novos cursos e universidades que absorvem parte da demanda do município e influenciam no crescimento e desenvolvimento social e profissional, entre outros.

É importante, ainda, destacar a reação do IFMG com a abertura de um novo curso de graduação previsto para 2019.



Meta 13

.....

Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

.....

13. META 13



13.1. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO

Cecília Bacharel;
Thales Gonçalves Costa;
Wilander de Almeida Martins.

13.2. ORGANIZAÇÃO E METODOLOGIA DO MONITORAMENTO

A qualidade da educação superior está diretamente associada a vários aspectos, entre eles, o ensino, a pesquisa, a extensão, o desempenho dos estudantes, a gestão da instituição. A melhoria na qualificação do corpo docente em efetivo exercício nas instituições que compõem o sistema de educação superior brasileiro, neste caso, especialmente por meio da titulação em cursos de mestrado e doutorado, que é o objetivo da meta 13 do Plano Municipal de Educação. Trata-se de uma meta voltada, portanto, para o aprimoramento educação superior (instituições públicas e privadas) não só em âmbito Municipal, como Nacional e que está intimamente relacionada com as demais metas dedicadas a esse nível de ensino.

A proporção estabelecida pela meta para mestres e doutores em efetivo exercício nas instituições de educação superior (IES) é de 75% (setenta e cinco por cento), sendo que, deste total, pelo menos 35% dos docentes deverão ter o título de doutorado.

O monitoramento foi realizado em consulta direta ao IFMG – Campus Congonhas que forneceu os dados através de e-mail. Para o monitoramento desses objetivos, foram selecionados dois indicadores.

- **Indicador 13A:** Percentual de funções docentes na educação superior com mestrado ou doutorado.

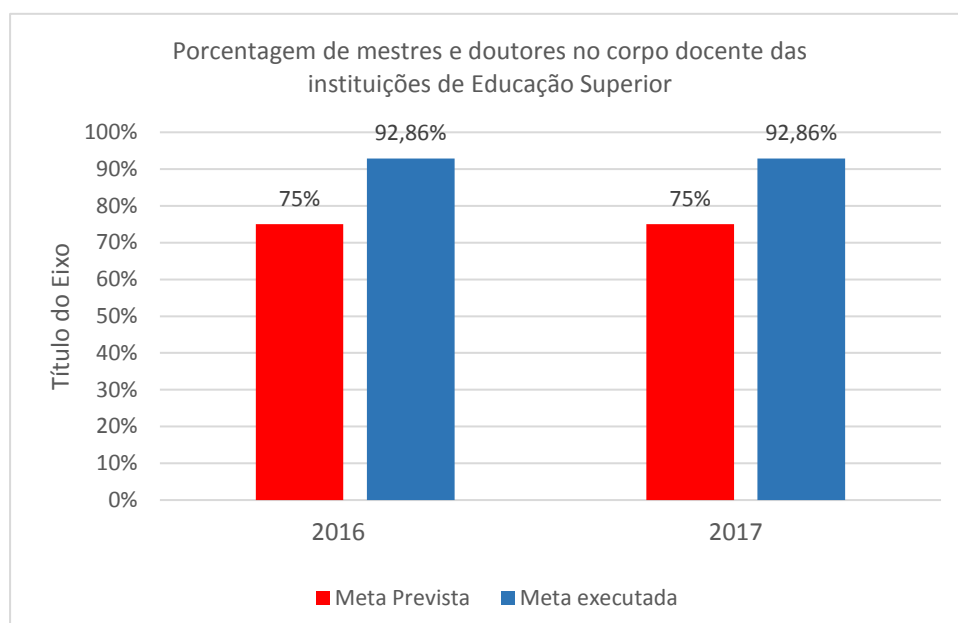


Tabela 13A

Ano	Porcentagem de mestres e doutores no corpo docente das instituições de educação Superior	
	2017	2018
Meta Prevista	75%	75%
Meta executada	92,86%	81,56%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação / IFMG Campus Congonhas

Gráfico 13A



Fonte: Secretaria Municipal de Educação / IFMG Campus Congonhas

A porcentagem de mestres e doutores no corpo docente das instituições de educação Superior é algo cujo acompanhamento deve se dar através do Governo Federal, embora o levantamento das informações tenha sido providenciado pelo IFMG – Campus Congonhas, entretanto, como o monitoramento não se deu a partir de 2014, os dados fornecidos são referentes aos anos de 2016, 2017 e 2018.

Desta forma, o indicador 13A, cuja porcentagem estabelecida de 75% de mestres e doutores no corpo docente das instituições é considerado elevado em relação ao patamar das universidades privadas, entretanto, em relação ao ensino superior público, denota-se a superação da meta estabelecida atingindo a quase totalidade do quadro de docentes que, no caso

analisado chega a impressionantes 92,86%, percentual que se repete tanto no ano de 2016 quanto em 2017.

Em relação ao ano de 2018 é perceptível uma considerável queda, para 81,56%, apesar de ainda estar acima da meta estabelecida.



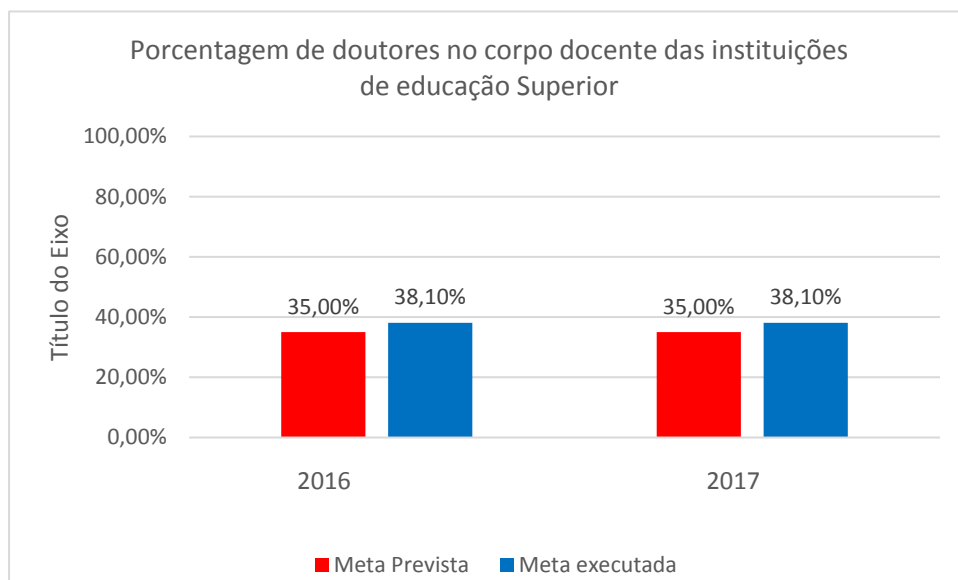
- **Indicador 13B:** Percentual de funções docentes na educação superior com doutorado.

Tabela 13B

Ano	Porcentagem de doutores no corpo docente das instituições de educação Superior	
	2017	2018
Meta Prevista	38,10%	38,10%
Meta executada	35%	34%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação / IFMG Campus Congonhas

Gráfico 13B



Fonte: Secretaria Municipal de Educação / IFMG Campus Congonhas

Para análise do indicador 13 B é necessário se considerar as informações apresentadas no indicador 13 A, uma vez que aquele é um desdobramento deste. Desta forma, portanto, há que se ressaltar a importância

dos docentes com título de doutorados, analisados isoladamente, nas instituições de ensino superior, o que demonstra a qualidade do quadro responsável pelos discentes e, por conseguinte, as implicações disso na formação do aluno.



Da análise do indicador podemos perceber que a instituição analisada no município de Congonhas superou a meta nacional em 3,10%, apresentando o índice de doutores no quadro docente de 38,10% nos anos de 2016 e 2017, porém, em 2018 os números atingiram o patamar de 34%, ficando abaixo da meta estabelecida e demandando por novas ações.

13.3. QUADRO SÍNTESE

As Fichas de monitoramento da meta estão disponíveis no **Anexo B** – Equipes Técnicas e Comissão Coordenadora e **Anexo C** – Indicadores: metas previstas e executadas.

13.4. AVALIAÇÃO DA META E ESTRATÉGIAS

A equipe técnica chegou à conclusão de que a porcentagem de mestres e doutores no corpo docente das instituições de educação Superior é algo cujo acompanhamento deve se dar através do Governo Federal, muito embora o levantamento das informações tenha sido providenciado pelo IFMG – Campus Congonhas.

Em relação à percepção sobre a pesquisa realizada, foi constatado uma situação que muito impacta sobre o percentual estabelecido, uma vez que foi analisada uma instituição pública, o IFMG – Campus Congonhas que, em relação aos quadros das faculdades privadas, em muito supera o número de mestres e doutores, consideradas as oportunidades ofertadas como: licença para cursar mestrado e doutorado e impacto de aumento no salário para os concluintes, tudo incluído através do plano de carreira.

- Estratégia 13.1: *Acompanhar o processo de aplicação e resultados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, de que trata a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, no município e região, fortalecendo as ações de avaliação, regulação e supervisão.*



Análise – Equipe Técnica: Estratégia não concluída. Trata-se de um processo interno nas instituições de ensino superior e os seus resultados englobam análise desde a infraestrutura à nota dos alunos no ENADE. A Secretaria de Educação já solicitou acesso ao resultado do IFMG – Campus Congonhas através de e-mail.

- Estratégia 13.2: *Manifestar, junto ao MEC, sugestão de que a participação dos estudantes no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE não avalie somente a instituição de ensino, mas também que seja benéfica ao discente para ingresso em programas de especializações oferecidos por instituições públicas, mediante um bom desempenho.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia concluída. Manifestação realizada através de ligação telefônica para o MEC – Ministério da Educação – 0800 616161, registrada pelo número de protocolo 20170013576467, solicitação 2699460.

- Estratégia 13.2.1: *Divulgar a cobertura do ENADE, de modo a ampliar o quantitativo de estudantes e de áreas avaliadas no que diz respeito à aprendizagem resultante da graduação.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia concluída. A divulgação da cobertura do ENADE pertence ao MEC – Ministério da Educação, no âmbito do governo federal.

- Estratégia 13.3: *Acompanhar o processo e resultados da autoavaliação das instituições de educação superior, existentes no município e região.*

Análise – Equipe Técnica: Não concluída. O resultado da autoavaliação da instituição analisada no plano municipal de educação foi solicitado através de

e-mail para análise, entretanto, o processo de avaliação é interno e sobre este não cabe acompanhamento uma vez que dispõe de várias fases, devendo a instituição utilizar o resultado conforme as ações determinadas por sua gestão que goza de autonomia.



- Estratégia 13.4 *Colaborar com a promoção da melhoria da qualidade dos cursos de Pedagogia e licenciaturas, por meio de situações de estágio, alinhando formação geral e específica com a prática didática, além da educação para as relações etnorraciais, a diversidade e as necessidades das pessoas com deficiência.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia não concluída. Competência da esfera federal através do Ministério da Educação. O município tem parceria de estágio em pedagogia com as instituições circunvizinhas que oferecem o curso e se esmera para promover um estágio de qualidade. O instituto analisado goza apenas de licenciatura em física e o estágio é realizado na rede estadual e participa do PIBIB – Programa de Iniciação à Docência na Educação Básica.

- Estratégia 13.5: *Facilitar a formação de consórcios entre instituições públicas de educação superior, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia não concluída. A interlocução para promoção de parcerias deve ser de iniciativa das instituições do ensino superior, principalmente quando se menciona “por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado” e somente através da sua gestão pode vislumbrar a possibilidade de estabelecê-las.

- Estratégia 13.6: *Buscar mecanismos que favoreçam o aumento gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas, de modo a atingir a meta prevista no PNE.*



Análise – Equipe Técnica: Estratégia concluída. O município de Congonhas se vale da Lei 3.386, de 29 de maio de 2014, que estabelece, entre outros, a concessão de passe estudantil para alunos com renda de até 3 salários mínimos para alunos do curso superior presenciais do IFMG – Campus Congonhas e UFSJ – Campus Alto Paraopeba, bem como, o Programa de Auxílio Viagem ao Estudante, Lei 2.605 de 12 de abril de 2006, que concede parte do pagamento de transporte para estudantes do ensino superior para os residentes em Congonhas que se deslocam diariamente, em cumprimento às suas jornadas estudantis. Tais estratégias são adotadas como incentivo ao ingresso e manutenção dos estudantes nos cursos de graduação nas universidades pública. Portanto considera-se a meta cumprida e com campo para ser aprimorada. Um pequeno retrocesso foi constatado, uma vez que foi necessário a promoção de ajustes de ordem financeira no PAVE, estabelecendo novos critérios e reduzindo o número e bolsas de 450 para 300.

13.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da Meta 13 é surpreendente quando considerado o ensino superior em relação ao nível público da esfera federal, pois a porcentagem em relação aos indicadores de pós-graduação stricto sensu dos professores do Instituto analisado conseguiram superar a meta estabelecida a nível nacional, quanto à porcentagem de mestres, porém, um decréscimo em relação ao número de doutores no corpo docente da instituição deixou a porcentagem com pequena margem abaixo da meta.

A meta 13 também é caracterizada por estar voltada, em sua maioria, a competências de acompanhamento do segmento de educação superior do governo federal, através de suas ferramentas específicas e a regulamentação competente.

É nítido perceber que o que se busca através da meta de aumento da pós-graduação stricto sensu no ensino superior é a especialização principalmente do corpo docente das universidades, a fim de garantir mais qualidade à formação dos discentes durante todo o processo. Para tanto, o segmento público inclui no plano de carreira dos servidores incentivos para que busquem mais essa formação. No segmento privado, a especialização dos docentes impacta na nota de avaliação dos cursos pelo MEC.

De modo igual, a Meta 13 encontra-se em execução das estratégias estabelecidas e acredita-se que antes do término da vigência do presente Plano teremos a conclusão das estratégias a serem cumpridas.



Meta 14

.....

Elevar, gradualmente, o número de matrículas, na pós-graduação *stricto sensu*, da população do município, de modo a colaborar com o alcance da meta prevista no PNE, com a titulação de mestres e doutores.

.....

14. META 14



14.1. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO

Cecília Bacharel;
Thales Gonçalves Costa;
Wilander de Almeida Martins.

14.2. ORGANIZAÇÃO E METODOLOGIA DO MONITORAMENTO

A equipe técnica constatou que as instituições do município não oferecem pós-graduação *stricto sensu* e, portanto, trata-se de algo a ser implantado de acordo com a disponibilidade do governo federal ou abertura de novas instituições com oferta da modalidade.

Diante da situação de crise no país, tanto política quanto econômica, os esforços referentes à educação, principalmente no segmento no nível superior, estão cada vez mais mitigados, inviabilizando, pois, os esforços por parte do município para que o aumento gradual do ingresso e permanência nos cursos de mestrado e doutorado sejam feitos de maneira eficaz, sem prejuízos dos investimentos de sua competência constitucional.

É salutar que o segmento público abarca a maior demanda de matrículas em doutorados e mestrados, até mesmo em detrimento, muitas vezes, da oferta de bolsas que exigem a dedicação exclusiva dos cursistas. Desta forma, o aumento das matrículas e da titulação encontra-se afim de medidas adotadas principalmente na esfera federal, pois os segmentos de ensino superior são de sua competência, bem como, o de pós-graduação *stricto sensu*.

Nesse mesmo diapasão, ressaltamos que o município não possui, portanto, ferramentas hábeis a fim de identificar as matrículas em mestrados e doutorados da população, o que nos levou a relegar a apresentação de resultados por não possuir dados mensuráveis. Importante ressaltar que tanto

o site do IBGE, quanto o observatório do PNE não apresentaram dados em relação aos indicadores estabelecidos à nível e cidades.

Por outro aspecto, quando da elaboração do Plano Municipal de Educação de Congonhas, a orientação que recebemos diante da meta em comento era que a mesma deveria obedecer ao plano nacional de educação. Entretanto, ao se valer de dados referentes ao plano nacional, seria inviável o cumprimento da meta, por exemplo, de 60.000 mestres titulados, uma vez que a população estimada para o município em 2018, segundo o IBGE, é de 54.196 pessoas. Tal informação também se aproveita ao número de doutores titulados, cuja meta estabelecida é de 25.000 títulos de doutores. Seria desejável que aproximadamente metade da população da cidade fosse composta por doutores em alguma área, entretanto, a situação não se aplica a realidade do município.

O relatório do Plano Nacional de Educação, em relação à Meta 14, tem como objetivo central a colaboração, dentro do possível, pois não é de responsabilidade do município aumentar o número de titulados em cursos de pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir, até o ano de 2024, o total de 60 mil títulos de mestrado e 25 mil títulos de doutorado concedidos anualmente em todo o Brasil. O relatório nacional confirma a atribuição desses indicadores a nível federal e de cidades muito populosas, o que não é o caso de Congonhas.

A participação do município se torna difícil, pois, como mencionado anteriormente, a única instituição de graduação existente na cidade não oferece tais cursos à nível local, apenas institucional. Para o monitoramento dessa meta, são utilizados dois indicadores:

- Indicador 14A: Títulos de mestrado concedidos.
- Indicador 14B: Títulos de doutorado concedidos.

Esses dois Indicadores são analisados em nível Brasil, grandes regiões, unidades da Federação (UF), diferentes categorias administrativas e grandes áreas de conhecimento (de acordo com a classificação da Coordenação de



Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior – Capes).
A elevação no número de titulados ao ano depende do crescimento do número de matriculados (relação está explícita, inclusive, no texto da Meta 14).



- **Indicador 14A:** Número de Títulos de mestrado concedidos por ano.

Tabela 14A

Ano	Número de mestres titulados			
	2015	2016	2017	2018
Meta Prevista	60.000	60.000	60.000	60.000
Meta executada	**	**	**	**

- **Indicador 14B:** Número de títulos de doutorado concedido por ano.

Tabela 14B

Ano	Número de doutores titulados			
	2015	2016	2017	2018
Meta Prevista	25.000	25.000	25.000	25.000
Meta executada	**	**	**	**

*** No município não há instituições que promovam pós-graduações stricto sensu, doutorados ou mestrados, ficando assim inviável essa informação.*

14.3. QUADRO SÍNTESE

As Fichas de monitoramento da meta estão disponíveis no **Anexo B** – Equipes Técnicas e Comissão Coordenadora e **Anexo C** – Indicadores: metas previstas e executadas.

14.4. AVALIAÇÃO DA META E ESTRATÉGIAS



Nos programas de doutorado, a expansão que ocorre no ingresso e nas matrículas transforma-se mais lentamente em títulos concedidos que no caso dos programas de mestrado. Isso se dá em virtude do maior tempo necessário para a formação de doutores. Essa temporalidade distinta precisa ser levada em conta pelos formuladores das políticas de expansão da pós-graduação: os doutores que se titularão em 2024, ao final do PME, provavelmente precisarão ser selecionados para ingressar nos programas de doutorado em 2019 ou, no máximo, em 2020, ou seja, o prazo para uma ação mais incisiva do poder público a fim de atingir o objetivo do PNE para a expansão dos títulos de doutores vence em 2020, em apenas quatro anos.

É relevante também notar a relação entre os objetivos da Meta 14 e o cumprimento de outras metas do PNE, em especial das Metas 12, 13 e 16. Por um lado, a ampliação das matrículas nos cursos de graduação (Meta 12) deverá ocasionar um aumento na demanda por ingresso na pós-graduação. Por outro lado, a ampliação da graduação leva a necessidade de um maior número de docentes qualificados para lecionar nesse nível de ensino (Meta 13). Adicionalmente, a Meta 16 prevê que 50% dos professores da educação básica sejam formados em nível de pós-graduação até o final da vigência do PNE. Portanto, o cumprimento dessas três metas encontra-se interligado ao cumprimento da Meta 14 do PME.

Isso mostra a importância das IES públicas, com destaque para a liderança das instituições federais, na ampliação da titulação de mestres e doutores no país e Município

- Estratégia 14.1: *Incentivar o ingresso na pós-graduação stricto sensu por meio do financiamento estudantil das agências oficiais de fomento.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. O FIES é um programa amplamente divulgado a nível federal. É necessário que se faça uma nova

abertura para os programas de *pós-graduação stricto sensu* para que o incentivo ao ingresso possa ser concretizado uma vez que não contemplado no Edital Sesu nº 19, de 9 de março de 2017.



- Estratégia 14.1.1: *Estabelecer convênios, com a iniciativa privada da região, fomentando e viabilizando o ingresso na pós-graduação stricto sensu.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia concluída. Dentro da atual perspectiva da economia local, em nível municipal, inexistente a possibilidade de estabelecer parcerias com a iniciativa privada a fim de viabilizar o ingresso na *pós-graduação stricto sensu*. Após o advento da lei 13.019, os entes públicos somente podem celebrar convênios entre si, não sendo autorizada a celebração de termo de convênio junto à esfera privada.

- Estratégia 14.2: *Estabelecer parcerias entre as instituições de ensino superior instaladas no município e região, de modo a propiciar a integração e a atuação articulada com as agências estaduais de fomento à pesquisa, FAPEMIG e outras, visando desenvolver projetos de pesquisa científica e tecnológica no município, fomentar o intercâmbio entre pesquisadores, divulgar e disseminar projetos e atividades para a comunidade local, integrar os setores empresariais, capacitar recursos humanos beneficiados por bolsas para diversos níveis de formação e aperfeiçoamento.*

Análise – Equipe Técnica: Não concluída. Trata-se de uma estratégia que tem o município apenas como parceiro e que depende completamente da iniciativa das instituições locais e circunvizinhas, junto a agências de fomento, para assumir seu papel responsabilidade social na transformação do contexto em que se inserem. A partir dessa iniciativa é que a estratégia pode prosseguir, adotando a troca de conhecimento através não somente de intercâmbios entre pesquisadores, mas se valendo de toda a expertise de profissionais extremamente capacitados, capazes de desenvolverem projetos e alternativas para capacitação local e integração dos setores empresariais.

- **Estratégia 14.2.1:** *Apresentar a demanda com vista à expansão do financiamento estudantil, por meio do FIES à pós-graduação stricto sensu, valorizando principalmente o bom desempenho no ENADE.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia não concluída. As políticas referentes ao FIES – Financiamento Estudantil à pós-graduação stricto sensu são de responsabilidade do Governo Federal/MEC.

- **Estratégia 14.3:** *Incentivar os profissionais do magistério da escola pública a fim de ingressar em cursos de pós-graduação stricto sensu por meio de bolsas de estudo do FIES.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. O FIES é um programa amplamente divulgado a nível federal. É necessário que se faça uma nova abertura para os programas de pós-graduação stricto sensu para que o incentivo ao ingresso possa ser concretizado uma vez que não contemplado no Edital Sesu nº 19, de 9 de março de 2017.

- **Estratégia 14.4:** *Fomentar parcerias, entre Prefeitura de Congonhas e universidades públicas, com o objetivo de ofertar vagas para suprir a demanda por cursos de pós-graduação stricto sensu, utilizando inclusive metodologias, recursos e tecnologias de educação a distância.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia não realizada. A equipe técnica constatou que as instituições do município não oferecem pós-graduação stricto sensu à nível local e, portanto, trata-se de algo a ser implantado de acordo com a disponibilidade do governo federal ou abertura de novas instituições do segmento privado com oferta da modalidade. O Campus Alto Paraopeba, localizado entre Congonhas e Ouro Branco passa a oferecer mestrados em dois segmentos.

- **Estratégia 14.5:** *Promover ações para reduzir as desigualdades etnorraciais para favorecer o acesso das populações do campo, das comunidades indígenas e quilombolas a programas de mestrado e doutorado.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia concluída. Não foram identificadas, no município, populações do campo, das comunidades indígenas e quilombolas,

conforme estatísticas do IBGE. Desta forma, a estratégia deve ser considerada cumprida, entretanto sua competência genérica se estabelece em âmbito federal.



- Estratégia 14.6: *Viabilizar junto às instituições federais, a oferta de programas de pós-graduação stricto sensu nos campi novos abertos em decorrência dos programas de expansão e interiorização das instituições superiores públicas.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia não realizada. A equipe técnica constatou que as instituições do município não oferecem pós-graduação stricto sensu à nível local e, portanto, trata-se de algo a ser implantado de acordo com a disponibilidade do governo federal.

- Estratégia 14.7: *Promover e divulgar os programas de acervo digital de referências bibliográficas para os cursos de pós-graduação, assegurando a acessibilidade às pessoas com deficiência.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia concluída. As metas relativas ao Ensino Superior são de responsabilidade do Governo Federal/MEC e não existe no município clientela para esse atendimento até então apontada pelo instituto analisado. Um dos problemas identificados é que quando da proposição de demanda, até que seja atendida, existe um período de espera considerável.

- Estratégia 14.8: *Estimular a participação das mulheres nos cursos de graduação e pós-graduação stricto sensu, em particular aqueles ligados às áreas de Engenharia, Matemática, Física, Química, Informática e outros no campo das ciências.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia não realizada. Será sugerido ao governo estadual/SEDU e às escolas de Ensino Médio que trabalhem a orientação vocacional orientando quanto às profissões e cursos oferecidos na região. A Secretaria Municipal de Educação já foi procurada por representantes da UFSJ – Campus Alto Paraopeba para a aplicação de um

projeto que estimula a participação das mulheres para o despertar para as graduações de exatas e tecnológicas.



- Estratégia 14.9: *Incentivar a participação em programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação brasileiras, facilitando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia concluída. A estratégia inerente à internacionalização da pesquisa e da pós-graduação brasileiras da esfera Federal/MEC e o IFMG através do Internacionaliza IFMG, entre outros. Mas após o encerramento do Ciências Sem Fronteiras à nível de graduação, o número e alunos contemplados é muito baixo.

- Estratégia 14.10: *Aderir a programas de intercâmbio científico e tecnológico, nacional e internacional, entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão, adequado à realidade local.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. A iniciativa de adesão a programas de intercâmbio científico e tecnológico, nacional e internacional, entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão pertence às instituições de ensino superior.

- Estratégia 14.11: *Viabilizar a participação no investimento em pesquisas com foco em desenvolvimento e estímulo à inovação e incrementar a formação de recursos humanos para a inovação, de modo a buscar o aumento da competitividade das empresas de base tecnológica.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. O município não dispõe de recursos para investimento em pesquisas com foco em desenvolvimento sem prejuízo das atividades que são de sua competência constitucional. Foi vislumbrado pela equipe técnica que trata-se de estratégia a ser aplicada pelas IES – Instituições de Ensino Superior dentro de suas prerrogativas e competências.

- Estratégia 14.12: *Fomentar a participação dos munícipes no investimento disponibilizado pela União, na formação de doutores, de modo a elevar o número destes, no município.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. As instituições locais não dispõem de doutorados, no entanto, o município precisa divulgar as vagas disponíveis quando existentes nas universidades circunvizinhas.

- Estratégia 14.13: *Aumentar, qualitativa e quantitativamente, o desempenho científico e tecnológico do município, ampliando a cooperação científica com empresas, Instituições de Educação Superior - IES e demais Instituições Científicas e Tecnológicas – ICT's.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. O município tem buscado, cada vez mais, realizar parcerias com as instituições de ensino superior. Entretanto, o aumento quantitativo e qualitativo do desempenho científico e tecnológico do município, aumentando a cooperação científica com as empresas, instituições de Educação Superior – IES e demais instituições dependem delas mesmas na busca de sua área de atuação junto às empresas da região e o interesse das empresas nas tecnologias a serem desenvolvidas para a solução de problemas ou aprimoramento de suas atividades. Além da Lei de Inovação implantada no município, estão sendo promovidos fóruns de desenvolvimento regional, discussões e momentos de interlocução de empresas com instituições de ensino superior e a esfera pública, bem como agências de fomento.

- Estratégia 14.14: *Implantar a pesquisa científica e de inovação e promover a formação de recursos humanos que valorizem a diversidade local e regional e a biodiversidade, a gestão de recursos hídricos para mitigação dos impactos da atividade mineradora no meio ambiente e a geração de emprego e renda, na região.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. Iniciativa inerente a processos internos das universidades, principalmente as públicas, e, neste caso, financiadas pela União. As metas relativas ao Ensino Superior são de responsabilidade do Governo Federal/MEC.

- **Estratégia 14.15:** *Estimular a pesquisa aplicada, de modo a incrementar a inovação, a produção e registro de patentes.*



Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. Iniciativa inerente a processos internos das universidades, principalmente as públicas, e, neste caso, financiadas pela União. As metas relativas ao Ensino Superior são de responsabilidade do Governo Federal/MEC. Muito embora, em parceria com o município, estão sendo desenvolvidos projetos de pesquisa e extensão. O Brasil é considerado um país que não se encontra na vanguarda do registro de patentes. Isso dá-se, em partes, por não haver um foco em investimento em pesquisas de inovações e fomento.

14.5. CONSIDERAÇÃO FINAIS

A análise da Meta 14 foi um grande desafio, uma vez que o município não dispõe de ferramentas capazes de identificar o número de matrículas em pós-graduação stricto sensu entre seus munícipes. Importante salientar que foram realizadas pesquisas nos sites do IBGE, bem como, no Observatório do PNE, fontes que muito nos ajudou em outras metas e estratégias e CAPES.

O grande protagonista dessa meta é o governo federal e as instituições públicas de ensino superior. A predominância dessas instituições na oferta de mestrados e doutorados é notável e trata-se de mais uma competência afim do governo federal que regulamenta e fiscaliza, além de avaliar alunos e instituições. O financiamento estudantil, atualmente, para fins de mestrado e doutorado não se aplica como uma política sendo necessária uma nova abertura por parte do FIES.

Um aspecto notável é que a intervenção municipal no processo de cumprimento dessa meta é pequena e a atuação das instituições e do governo federal é essencial. Sem tais esforços, não há que se falar em cumprimento

da meta no plano nacional, uma vez que para atingir o teto estabelecido é necessário muito trabalho e investimentos.

Apesar desse destaque, é importante salientar a necessidade de compreender que a esfera pública municipal, as grandes empresas da região e as universidades, juntas, podem obter um grande desenvolvimento tanto no que tange às pessoas quanto se valendo da cooperação mútua de modo que a evolução social, profissional e institucional aconteça nessa região que possui uma grande massa crítica a ser trabalhada.





Meta 15

.....

Garantir, em regime de colaboração entre a União e o Estado, até o final da vigência deste PME, política municipal de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do *caput* do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

.....

15. META 15



15.1. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO

Ana Maria da Silva;
Anali de Fátima Lobo Santos;
Celma Fernandes;
Ricardo Firmino;
Shirley Gonçalves Moura Peixoto.

15.2. ORGANIZAÇÃO E METODOLOGIA DO MONITORAMENTO

A Equipe Técnica foi convocada a se reunir periodicamente na Secretaria Municipal de Educação, para realização do monitoramento contínuo e avaliação do PME, como uma oportunidade de melhorar a qualidade técnica do diagnóstico e de qualificar ano a ano a execução das metas. O processo ocorre em reuniões a partir de coleta de dados, estudos, análises e debates, seguindo a ordem das metas, e avaliações das respectivas estratégias.

Cada reunião culminou com a redação da análise técnica e registro da ata.

Meta 15, não cumprida na sua totalidade, tendo em vista que temos algumas estratégias que têm como prazo até 2024. Considera-se que houve um avanço muito significativo no Município, partindo do indicador de que em 2014 Congonhas tinha 79,56% dos professores com formação específica de nível superior, para um indicador de 90,3% em 2017. Registramos que no ano de 2017 não houve oferta para adesão a programas de formação oferecidos pelo Governo Federal. A rede municipal de ensino, estabeleceu em legislação própria, no Plano de Cargos e Carreira dos profissionais do Magistério, como um dos critérios para ingresso no quadro de professores, a habilitação específica em nível superior, para atuar como professores desde a creche até o nono ano do ensino fundamental. Na educação básica da rede pública

federal, todos os profissionais têm habilitação específica em nível superior. Na rede pública estadual e privada é notório que ainda há professores, sem formação específica de nível superior. Foi observado que o índice de professores sem habilitação específica em nível superior, se concentra na educação infantil ao 5º ano do ensino fundamental, com relevância na rede privada. Conclui-se que o município de Congonhas tem hoje 786 professores, sendo que 68 destes não têm formação específica de nível superior, o que corresponde a 8,6%.



- **Indicador 15A:** Indicadores da Educação Básica da localidade

Tabela 15A

Indicadores da Educação Básica da localidade				
Ano	Estabelecimentos	Matrículas	*Docentes	Turmas
2007	41	14.416	662	656
2008	43	13.990	708	663
2009	46	13.126	647	645
2010	47	13.501	686	688
2011	45	13.360	694	644
2012	45	13.073	720	633
2013	48	13.339	722	663
2014	48	13.096	727	654
2015	49	13.488	839	700
2016	48	13.456	832	683
2017	46	13.029	*786	626

Fonte: SINOPSE: portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas

* Os docentes são contados somente uma vez em cada vínculo funcional/dependência administrativa, independente de atuarem em mais de um deles.

Não inclui os docentes de turmas de Atividade Complementar e de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Inclui os docentes que atuam no Ensino Regular, Especial e/ou EJA.

Observa-se que houve redução no número de estabelecimentos de ensino, número de alunos, de matrículas, de docentes e turmas. Um dos fatores determinantes, é a população itinerante e o reflexo do desemprego, que varia de acordo com os indicadores econômicos do país.

- **Indicador 15B:** Porcentagem de professores da Educação Básica com curso superior.



Tabela 15B

Porcentagem de professores da Educação Básica com curso superior						
Ano	Com superior		Sem licenciatura		Com licenciatura	
2007	77,9%	577	11,3%	84	66,5%	493
2008	77,4%	601	4,8%	37	72,7%	564
2009	81,3%	558	4,4%	30	77%	528
2010	83,5%	631	6,9%	52	76,6%	579
2011	86,7%	666	15,2%	117	71,5%	549
2012	86,1%	654	14,2%	108	71,8%	546
2013	87,1%	682	16,2%	127	70,9%	555
2014	89,1%	698	9,5%	75	79,6%	623
2015	88,6%	743	10,5%	88	78,1%	655
2016	90,1%	750	9,3%	77	80,9%	673
2017	90,3	710	8,7	68	81,7	642

Fonte: Observatório do MEC

Houve um avanço no Município, em decorrência das políticas públicas de valorização dos profissionais do magistério e melhoria da qualidade do ensino.

- **Indicador 15B1:** Porcentagem de professores da Educação Básica com curso superior na Rede/Pública

Tabela 15C



Porcentagem de professores da Educação Básica com curso superior na Rede/Pública						
Ano	Com superior		Com licenciatura		*Sem licenciatura	
2007	79,1%	481	0%	0	7,6%	46
2008	79,6%	495	0%	0	2,7%	17
2009	88,2%	457	0%	0	1,9%	10
2010	88,4%	533	0%	0	5%	30
2011	93,3%	557	0%	0	6%	36
2012	93,1%	539	0%	0	7,6%	44
2013	93,9%	569	0%	0	7,1%	43
2014	95,8%	586	0%	0	7%	43
2015	94,1%	637	0%	0	9,5%	64
2016	95%	647	0%	0	8,4	57
2017	94,9%	611	0%	0	7%	45

Fonte: Observatório do MEC

Observação: Tabela 15C retificada conforme dados atualizados no Observatório do PNE 2017.

É necessário que a rede pública desenvolva em regime de colaboração entre os entes federativos, mediante políticas de financiamento, acompanhamento e controle social da educação, por meio da ampliação do investimento público, assegurando os recursos necessários à formação em nível superior para os professores, no alcance da meta.

- Indicador 15B2: Porcentagem de professores da Educação Básica com curso superior na Rede/Privada

Tabela 15D



Porcentagem de professores da Educação Básica com curso superior na Rede/Privada						
Ano	Com superior		Com licenciatura		*Sem licenciatura	
2007	76,1%	124	51,5%	84	24,5%	40
2008	72,7%	144	62,1%	123	10,6%	21
2009	67,1%	141	56,2%	118	11%	23
2010	71,4%	140	58,7%	115	12,8%	25
2011	68%	134	40,1%	79	27,9%	55
2012	68,8%	148	47%	101	21,9%	47
2013	70,9%	156	45,9%	101	25%	55
2014	73,3%	162	52,5%	116	20,8%	46
2015	73,5%	164	56,5%	126	17%	38
2016	74,1%	140	55%	104	19%	36
2017	75,8%	135	56,7%	101	12,9%	23

Fonte: Observatório do MEC

Observa-se que houve evolução no número de professores com curso superior na rede privada. A comissão verificou que não há uma política de exigência de formação em nível superior para atuação nas creches e escolas de educação infantil e anos iniciais ensino fundamental.

- **Indicador 15C:** Professores da Educação Básica por escolaridade

- **Indicador 15C1:** Professores da Educação Básica



Tabela 15E

Porcentagem de Professores da Educação Básica								
Ano	Ensino Fundamental		*Ensino Médio - Normal/ Magistério		Ensino Médio		Ensino Superior	
2007	0,2%	1	18,3%	121	5,9%	39	75,7%	501
2008	0%	0	18,8%	133	5,5%	39	75,7%	536
2009	0%	0	14,1%	91	5,6%	36	80,4%	520
2010	0%	0	13%	89	4,7%	32	82,4%	565
2011	0,1%	1	6,5%	45	7,8%	54	85,6%	594
2012	0,1%	1	6,1%	44	8,1%	58	85,7%	617
2013	0%	0	5,7%	41	7,6%	55	86,7%	626
2014	0%	0	*	*	10,9%	85	89,1	698
2015	0,2	2	*	*	11,2%	94	88,6	743
2016	0,2	2	*	*	9,6%	80	90,1	750
2017	0,1	1	**	**	9,5	75	90,3	710

Fonte: SINOPSE: portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas

*Os dados referentes ao Ensino Médio - Normal/Magistério, foram incluídos na coluna Ensino Médio, a partir de 2014, conforme informações da fonte SINOPSE: portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas.

- **Indicador 15C2:** Professores por etapa/Professores da Educação Infantil



Tabela 15F

Porcentagem de Professores por etapa/Professores da Educação Infantil								
Ano	Ensino Fundamental		Ensino Médio - Normal/ Magistério		Ensino Médio		Ensino Superior	
2007	0%	0	35,%	25	4,3%	3	60%	42
2008	0%	0	35,4%	28	6,3%	5	58,2%	46
2009	0%	0	28,7%	29	1%	1	70,3%	71
2010	0%	0	26%	25	0%	0	74%	71
2011	0%	0	16,7%	17	8,8%	9	74,5%	76
2012	1%	1	11,7%	12	6,8%	7	80,6%	83
2013	0%	0	9,6%	13	8,1%	11	82,2%	111
2014	0%	0	*	*	14,1%	13	85,9%	79
2015	0%	0	*	*	17,8%	16	82,2%	74
2016	0%	0	*	*	11%	10	89%	81
2017	0,6%	1	**	**	14%	21	85,3%	128

Fonte: SINOPSE: [portal.inep.gov/sinopses-estatisticas](http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas)

* Os dados referentes ao Ensino Médio - Normal/Magistério, foram incluídos na coluna Ensino Médio, a partir de 2014, conforme informações da fonte SINOPSE: [portal.inep.gov/sinopses-estatisticas](http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas)

A comissão observou que o aumento do nível de escolaridade dos professores da educação infantil é decorrente da política pública municipal que exige formação em nível superior para atuação nas creches e escolas municipais de educação infantil.

- **Indicador 15C3:** Professores por etapa/Professores do Ensino Fundamental



Tabela 15G

Porcentagem Professores por etapa/Professores do Ensino Fundamental								
Ano	Ensino Fundamental		*Ensino Médio - Normal/ Magistério		Ensino Médio		Ensino Superior	
2007	0,2%	1	18,4%	80	3,5%	15	77,9%	338
2008	0%	0	18,9%	89	2,3%	11	78,7%	370
2009	0%	0	12,6%	53	1,2%	5	86,2%	363
2010	0%	0	12,5%	53	0,9%	4	86,6%	367
2011	0%	0	5,4%	22	3,2%	13	91,5%	375
2012	0%	0	6,4%	28	4,3%	19	89,3%	391
2013	0%	0	7,1%	29	3,7%	15	89,3%	366
2014	0%	0	*	*	8,4%	39	91,6%	425
2015	0%	0	*	*	8,5%	41	91,5%	443
2016	0%	0	*	*	9%	41	91%	417
2017	0%	0	**	**	8,1%	39	91,9%	442

Fonte: SINOPSE: [portal.inep.gov/sinopses-estatisticas](http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas)

No ensino fundamental observa-se que ainda existem professores com formação no ensino médio, porém o aumento de professores com ensino superior é preponderante.

- **Indicador 15C4:** Professores por etapa/Professores do Ensino Médio

Tabela 15H

Porcentagem de Professores por etapa/Professores do Ensino Médio								
Ano	Ensino Fundamental		Ensino Médio – Normal /Magistério		Ensino Médio		Ensino Superior	
2007	0%	0	1,8%	2	4,4%	5	93,8%	106
2008	0%	0	0,8%	1	3,3%	4	95,9%	118
2009	0%	0	1,6%	2	3,1%	4	95,3%	121
2010	0%	0	0%	0	3,2%	5	96,8%	150
2011	0,6%	1	0%	0	3%	5	96,3%	158
2012	0%	0	0%	0	1,7%	3	98,3%	177
2013	0%	0	0,5%	1	2,7%	5	96,7%	176
2014	0%	0	*	*	1,7%	3	98,3%	164
2015	0%	0	*	*	3,4%	6	96,6%	170
2016	0%	0	*	*	3%	5	97%	163
2017	0%	0	**	**	4,4%	8	95,6%	173

Fonte: SINOPSE: [portal.inep.gov/sinopses-estatisticas](http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas)

* Os dados referentes ao Ensino Médio - Normal/Magistério, foram incluídos na coluna Ensino Médio, a partir de 2014, conforme informações da fonte SINOPSE: portal.inep.gov/sinopses-estatisticas

No Ensino Médio observa-se que ainda existem professores sem formação superior.

15.3. QUADRO SÍNTESE

As Fichas de monitoramento da meta estão disponíveis no **Anexo B** – Equipes Técnicas e Comissão Coordenadora e **Anexo C** – Indicadores: metas previstas e executadas.

15.4. AVALIAÇÃO DA META E ESTRATÉGIAS



- **Estratégia 15.1:** *Aderir ao plano estratégico de formação de professores, apresentado pela União e/ ou Estado, a partir do diagnóstico das necessidades de formação de profissionais da Educação e da capacidade de atendimento ao Município.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia não realizada. O município adere de acordo com as adesões disponibilizadas pelo Governo Federal, através do Ministério da Educação. De 2017 até a presente data a União não disponibilizou programas de formação.

- **Estratégia 15.1.1:** *Realizar diagnóstico municipal das necessidades de formação de profissionais da educação, envolvendo todas as redes de ensino.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. O diagnóstico é realizado anualmente a partir da necessidade de cada sistema de ensino.

- **Estratégia 15.1.2:** *Pactuar, com instituições de ensino, oferta de formação superior aos docentes sem formação específica.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia não realizada. O município pactua de acordo com as adesões disponibilizadas pelo Governo Federal, através do Ministério da Educação. De 2017 até a presente data a União não disponibilizou programas de formação.

- **Estratégia 15.2:** *Analisar a viabilidade de pactuar com o governo federal e/ou estadual a amortização do saldo devedor dos professores matriculados em cursos de licenciatura, por meio da docência efetiva na rede pública de educação básica.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia não realizada. O município avalia que é viável pactuar, de acordo com adesões disponibilizadas. De 2017 até a presente data a União não disponibilizou programas de amortização do saldo devedor dos professores matriculados em cursos de licenciatura.



- **Estratégia 15.3:** *Aderir aos programas permanentes de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, a fim de aprimorar a formação de profissionais para atuar no magistério da educação básica.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia não realizada. O município adere aos programas, quando disponibilizados, pelo Governo Federal, através do Ministério da Educação. Nos anos 2017 e 2018 não foram disponibilizados os programas supracitados.

- **Estratégia 15.3.1:** *Desburocratizar e incentivar o estágio por meio de pacto com instituições de ensino aptas a promover a iniciação à docência.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. O programa de estágio é realizado por meio de convênios celebrados entre os entes federados e também com Rede Privada a incentivar o pacto com instituições de ensino nas redes pública e privada, na realização de estágios na área de licenciatura.

- **Estratégia 15.3.2:** *Propor a revisão curricular e a implantação de conteúdo dos cursos de licenciatura que privilegiem a formação do professor da educação básica.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia não realizada. Com proposição de realização até a vigência do PME, dado a expectativa de abertura de novos cursos de licenciatura. Torna-se necessário apresentar proposta para revisão curricular e a implantação de conteúdo dos cursos de licenciatura que privilegie a formação do professor da educação básica, convém ressaltar que, há no município, apenas um curso de licenciatura, ofertado pelo IFMG.

- **Estratégia 15.4:** *Aderir à plataforma eletrônica para organizar a oferta e as matrículas em cursos de formação inicial e continuada de profissionais da educação, bem como para divulgar e atualizar seus currículos eletrônicos.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. Há adesões às Plataforma Paulo Freire e Magistra, conforme oferta e demanda, no entanto,

na rede municipal há exigência de graduação para o exercício da regência o que justifica a não adesão à Plataforma Freire.



- **Estratégia 15.4.1:** *Desenvolver programa municipal de formação continuada por meio de plataformas eletrônicas.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia não realizada. Espera-se que até a vigência do PME seja desenvolvida.

- **Estratégia 15.4.2:** *Viabilizar cursos de formação inicial e continuada de profissionais da educação, por meio de parcerias para divulgar e atualizar seus currículos eletrônicos.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia não realizada. A atualização dos currículos eletrônicos, as formações, inicial e continuada serão desenvolvidas até a vigência do PME.

- **Estratégia 15.4.3:** *Incentivar a participação nos cursos ofertados pelas plataformas eletrônicas disponibilizadas pelas redes federais e estaduais e facilitar o acesso aos mesmos.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. A divulgação ocorre quando há a disponibilização dos cursos e no presente ano não houve oferta pelas redes federais e estaduais.

- **Estratégia 15.5:** *Pactuar ou desenvolver programas específicos, em regime de colaboração entre a União e o Estado, para formação de profissionais da educação para as escolas do campo e de comunidades indígenas e quilombolas e para a educação especial, quando detectada a demanda.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia concluída na educação especial, onde foi detectada a demanda. As redes públicas de ensino, na esfera municipal, estadual e federal, desenvolvem programas de formação de profissionais para educação especial. A rede pública municipal conta com Programa específico de Educação Inclusiva, com oferta de formação continuada para professores atuarem nas salas de recursos multifuncionais e em classes comuns do

ensino regular. O município também oferta, por adesão, ao Programa de Formação Continuada de Professores em Educação Especial, em parceria com instituições públicas de educação superior. Não há demandas para as escolas do campo e de comunidades indígenas e quilombolas. A rede privada não ofereceu dados acerca dos programas específicos.



- **Estratégia 15.6:** *Propor, demonstrada a demanda, sugestão de reforma curricular dos cursos de licenciatura e estimular a renovação pedagógica, de forma a assegurar o foco no aprendizado do (a) aluno (a).*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia não realizada. Previsão de realização até a vigência do PME. Faz-se necessário apresentação de proposta no que tange a revisão curricular como também a implantação de sugestões de componentes curriculares para os cursos de licenciatura que privilegie a formação do professor da educação básica, desde que haja oferta de graduação em licenciatura, no município.

- **Estratégia 15.7:** *Garantir, por meio das funções de avaliação, regulação e supervisão da educação superior, a plena implementação das respectivas diretrizes curriculares.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia não realizada. Previsão de realização até o final da vigência do PME.

- **Estratégia 15.8:** *Incentivar e promover pacto com instituições de ensino, valorizando o estágio, por meio de trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia concluída. O programa de estágio é realizado por meio de convênios celebrados entre os entes federados e Rede Privada.

- **Estratégia 15.9:** *Pactuar, junto ao governo federal e estadual, a oferta de cursos e programas especiais para assegurar formação específica na*

educação superior, nas respectivas áreas de atuação, aos docentes com formação de nível médio na modalidade normal, não licenciados ou licenciados em área diversa à de atuação docente, em efetivo exercício.



Análise – Equipe Técnica: Estratégia não realizada. Não houve a disponibilização pelo Governo Federal e Estadual, de cursos e programas especiais para assegurar formação específica na educação superior.

- Estratégia 15.10: *Pactuar, junto ao governo federal e estadual, a oferta de cursos de nível médio e tecnológicos de nível superior, destinados à formação nas respectivas áreas de atuação dos (as) profissionais da educação de outros segmentos, que não os do magistério.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia não realizada. As redes municipal, estadual e federal pactuam as adesões, no entanto, não há oferta específica para o público que se destina.

- Estratégia 15.11: *Participar com outros entes federados na política de formação continuada para os (as) profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério, construída em regime de colaboração.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia não realizada, visto que, não houve a oferta de cursos que não sejam de outros segmentos que não os do magistério,

- Estratégia 15.12: *Aderir aos programas dos governos federal e estadual referentes à concessão de bolsas de estudos para que os professores de idiomas das escolas públicas, de educação básica, possam realizar estudos de imersão e aperfeiçoamento nos países que tenham como idioma nativo as línguas que lecionem.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia não realizada. No momento o governo federal não disponibiliza programa para viabilizar adesão.

- Estratégia 15.13: *Incentivar e divulgar os modelos de formação docente para a educação profissional que valorizem a experiência prática, por meio da*

oferta, nas redes federal e estadual de educação profissional, de cursos voltados à complementação e certificação didático-pedagógica de profissionais experientes.

Análise – Equipe Técnica: Estratégia não realizada. Não há política e programas nacionais que contemplem essa finalidade, no município. Quando houver oferta de cursos em qualquer instituição pública, especialmente nos institutos federais, o incentivo e divulgação serão realizados.

15.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação acadêmica do professor é condição essencial para sua prática educativa, no desenvolvimento curricular e atuação em todas as modalidades de ensino. É um dos requisitos indispensáveis para a melhoria e qualidade do processo educacional.

Atualmente o município conta com 90,3% dos professores com formação em nível superior. Para o alcance da meta é necessário que todos os sistemas de ensino estabeleçam, como um dos critérios de entrada dos docentes nas instituições de ensino, a formação em nível superior, bem como incentivar a formação daqueles que já são efetivos na rede pública e não possuem formação em nível superior. É imprescindível o regime de colaboração entre os entes federativos, mediante políticas de financiamento, acompanhamento e controle social da educação, por meio da ampliação do investimento público, assegurando assim os recursos necessários ao alcance da meta.



Meta 16

.....

Formar, em nível de pós-graduação, 55% (cinquenta e cinco por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

.....

16. META 16



16.1. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO

Ana Maria da Silva;
Anali de Fátima Lobo Santos;
Celma Fernandes;
Ricardo Firmino;
Shirley Gonçalves Moura Peixoto.

16.2. ORGANIZAÇÃO E METODOLOGIA DO MONITORAMENTO

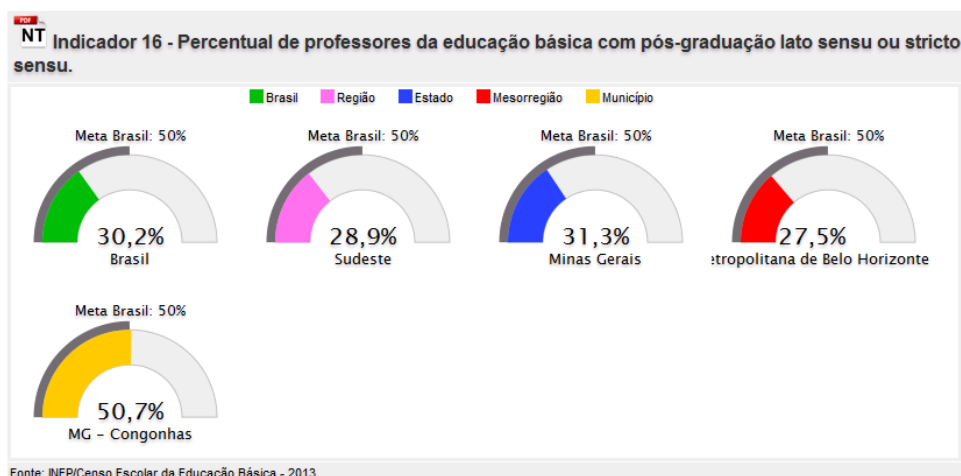
A Equipe Técnica foi convocada a se reunir periodicamente na Secretaria Municipal de Educação, para realização do monitoramento contínuo e avaliação do PME, como uma oportunidade de melhorar a qualidade técnica do diagnóstico e de qualificar ano a ano a execução das metas. O processo ocorre em reuniões a partir de coleta de dados, estudos, análises e debates, seguindo a ordem das metas, e avaliações das respectivas estratégias.

Cada reunião culminou com o registro da ata e elaboração de nova redação para alguma estratégia.

Atualmente o município conta com 51,90% dos seus professores da educação básica com formação em nível de pós-graduação. A qualificação dos docentes é uma grande aliada, na medida em que possibilita que o professor supra lacunas na sua formação inicial ao mesmo tempo em que se mantém em constante aperfeiçoamento em sua atividade profissional, contribuindo sempre para a melhoria da qualidade do ensino ofertado no município.

- **Indicador 16A:** Percentual de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu

Gráfico 16A



Fonte: Observatório PNE

Informações necessárias – 2013:

- Número de funções docentes na educação básica com pós-graduação lato ou *stricto sensu*: **391**
- Número total de funções docentes na educação básica: **727**

Tabela 16A

N.º de Docentes na Educação Básica por Nível de Escolaridade e Formação Acadêmica					
POR ETAPA		2014	2015	2016	2017
Ensino Fundamental		0	2	2	1
Ensino Médio		85	94	80	75
Ensino Superior	Com Licenciatura	623	655	673	642
	Sem Licenciatura	75	88	77	68
TOTAL		783	839	832	786

Fonte: Observatório do PNE

META até
2024:
55%

Tabela 16B

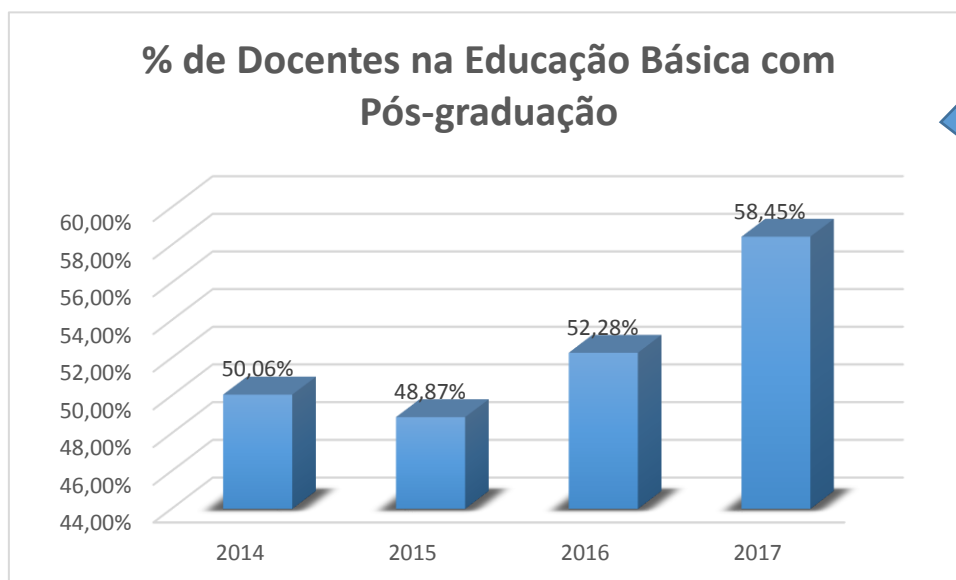


N.º de Docentes na Educação Básica com Pós-Graduação					
*Pós-graduação		2014	2015	2016	2017
	Especialização	384	416	433	417
	Mestrado	34	39	39	36
	Doutorado	7	7	5	6
	TOTAL	392	410	435	411

Fonte: Observatório do PNE

*Dados corrigidos conforme Observatório do PNE

Conforme tabela 16B, houve redução no número de professores no município. Observa-se, no gráfico 16B que o percentual de professores com pós graduação em 2016 era de 52,28% passando em 2017 para 51,90%.



META
até 2024:
55%

Fonte: INEP - Censo Educação Básica 2016 Guias 2.4

16.3. QUADRO SÍNTESE

As Fichas de monitoramento da meta estão disponíveis no **Anexo B** – Equipes Técnicas e Comissão Coordenadora e **Anexo C** – Indicadores: metas previstas e executadas.

16.4. AVALIAÇÃO DA META E ESTRATÉGIAS



- **Estratégia 16.1:** *Realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada e fomentar a oferta em nível de pós-graduação, por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação do Estado e do Município.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia não realizada. Faz-se necessário os registros de planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada.

- **Estratégia 16.2:** *Consolidar política municipal de formação de professores e professoras da educação básica, definindo diretrizes municipais, áreas prioritárias, instituições formadoras e processos de certificação das atividades formativas.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia concluída. As redes municipal e estadual têm instituído no seu plano de cargos e carreira, a política de formação continuada, que é executada de acordo com a disponibilidade orçamentária-financeira. Quanto a rede privada há oferta de formação continuada por meio do sistema de ensino adotado, pela escola.

- **Estratégia 16.3:** *Expandir e manter programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas e de literatura e de dicionários, e programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, sem prejuízo de outros, a serem disponibilizados para os professores e as professoras da rede pública de educação básica, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação, com espaço adequado e profissionais capacitados para lidar com o acervo.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. A composição do acervo, da Biblioteca Pública Municipal, que atende parcialmente a esta estratégia, se refere às obras e materiais produzidos em Braille. O acervo em

Braile é mantido e atualizado em parceria com a Fundação Dorian Nowill para Cegos, por doações e/ou com os recursos financeiros da Secretaria Municipal de Educação e disponibilizada pelo MEC. A Biblioteca Pública Municipal mantém ainda um projeto para deficientes visuais, neste projeto o acervo é levado até as escolas públicas e particulares, de todo o município, que atendem alunos com esta deficiência. Há necessidade de ampliar a composição do acervo na Biblioteca pública Municipal.



- Estratégia 16.4: *Criar e consolidar portal eletrônico para subsidiar a atuação dos professores e das professoras da educação básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. A rede municipal tem portal eletrônico para a educação infantil e no setor privado para todos os segmentos por meio dos seus sistemas de ensino. A rede estadual tem oferta da Magistra e o MEC oferece materiais didáticos e pedagógicos suplementares

- Estratégia 16.4.1: *Criar e consolidar portal eletrônico com um link específico para os alunos, com atividades complementares e lúdicas.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. A rede municipal faz adesão para a educação infantil, na rede estadual acesso ao link aluno e no setor privado por meio dos seus sistemas de ensino.

- Estratégia 16.4.2: *Estabelecer, em decreto municipal, critérios que garantam o pleno funcionamento e manutenção do portal eletrônico da Educação.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia não realizada. A estratégia será efetivada após cumprimento das estratégias 16.4 e 16.4.1.

- Estratégia 16.5: *Aderir a programas federais e estaduais que ofertam cursos gratuitos ou bolsas de estudo de pós-graduação para professores, professoras e demais profissionais da educação básica.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia não realizada. Não houve oferta de programas federais e estaduais para adesão.



- **Estratégia 16.5.1:** *Garantir que 55% (cinquenta e cinco por cento) dos profissionais da educação básica, da rede municipal, tenham nível de pós-graduação em sua área de atuação, com remuneração condizente com o nível de estudo, no prazo de no máximo cinco anos, previsto em Plano de Cargos e Carreiras.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento, concluída quanto ao percentual de professores com pós-graduação. No que se refere a remuneração condizente com nível de estudos, está em andamento, dentro do prazo.

Permanecem as sugestões apresentadas na plenária em 2016 quanto a remuneração condizente com a formação, em nível de pós graduação, especialização Lato Sensu, que poderá ser garantida, voltando a ser estabelecida em lei, no plano de cargos e carreira do profissional do magistério na rede municipal, a gratificação de 10% sobre o vencimento, para aqueles que tem especialização Lato Sensu.

- **Estratégia 16.6:** *Fortalecer a formação dos professores e das professoras das escolas públicas de educação básica, por meio da implementação das ações do Plano Municipal do Livro e Leitura e da instituição de programa municipal de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo magistério público.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia concluída. É anual a oferta de formação para os professores e as professoras por meio da implementação das ações do Plano Municipal do Livro e Leitura, ações que envolvem a rede municipal, com oportunidade de participação para demais redes, incluindo-se ações que envolvem a comunidade em geral.

16.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O monitoramento possibilitou verificar a redução no percentual de professores da educação básica com formação em nível de pós-graduação. A oferta e acesso à formação continuada, principalmente em nível de pós graduação, teve uma queda acentuada principalmente pela redução da oferta de cursos na área de interesse dos profissionais e impossibilidades de adesão do município aos programas federais. Outro fator determinante é a falta de financiamento para desenvolvimento de tais cursos nos sistemas de ensino.



Meta 17

.....

Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, observadas a demanda e as legislações regulamentares de cada sistema educacional das redes: municipal, estadual e federal, aderindo a programas federais, de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente.

.....

17. META 17

17.1. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO

Ana Maria da Silva;
Anali de Fátima Lobo Santos;
Celma Fernandes;
Ricardo Firmino;
Shirley Gonçalves Moura Peixoto.

17.2. ORGANIZAÇÃO E METODOLOGIA DO MONITORAMENTO

A Equipe Técnica foi convocada a se reunir periodicamente na Secretaria Municipal de Educação, para realização do monitoramento contínuo e avaliação do PME, como uma oportunidade de melhorar a qualidade técnica do diagnóstico e de qualificar ano a ano a execução das metas. O processo ocorre em reuniões a partir de coleta de dados, estudos, análises, debates e avaliações das respectivas estratégias.

A Meta 17 visa promover a equiparação de rendimentos que perpassa pela valorização do magistério, diminuindo a diferença salarial entre professores e demais profissionais com mesmo nível de escolaridade. Consequentemente implica a melhoria das condições de trabalho dos educadores, e assim, a melhoria da qualidade do ensino. Esta meta se torna importante, pois demonstra qual o valor dos profissionais do magistério e as prioridades da Educação como mecanismo importante para desenvolvimento do município. Esta é uma opção mais política do que técnica, embora o município precise garantir fontes de recursos, para alcance desta meta.

Meta 17 - A valorização profissional passa por uma carreira bem estruturada, que possa permitir, neste caso, ao profissional de Educação, projetar seu futuro, ter perspectiva de trabalho e de vida. Os Professores precisam ser tratados e valorizados como profissionais e não como aqueles que trabalham apenas por vocação.



O indicador mostra os rendimentos reais médios dos professores de Educação Básica da rede pública com formação de nível superior, a fim de comparar com os rendimentos reais de profissionais de outras áreas, no município, que também possuem escolaridade de nível superior.

Para que os salários se aproximem, e se igualem até 2024, é necessário que o valor do salário médio dos professores cresça de forma mais acelerada que o dos demais.

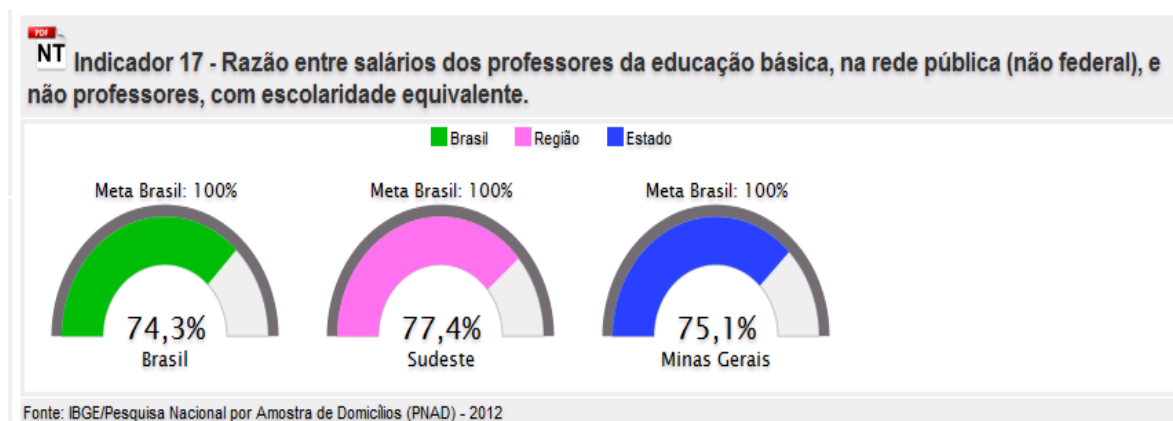
Então, para que a Meta 17 seja cumprida é necessário discutir como estado e município vão reajustar os salários dos professores acima da inflação. Não adianta reajustar apenas o salário dos que possuem nível médio (base para o piso salarial nacional), pois os demais salários também precisam crescer.

<https://novaescola.org.br/conteudo/2994/pne-meta-17>

- **Indicador 17A:** Razão entre salários dos professores da educação básica, na rede pública (não federal), e não professores, com escolaridade equivalente.

Gráfico 17A

Razão entre salários dos professores da educação básica, na rede pública (não federal), e não professores, com escolaridade equivalente.



Fonte: IBGE/Pesquisa nacional por Amostra de Domicílios (PNAD -2012)



Tabela 17A

Média salarial início de carreira da rede pública	2014	2015	2016	2017	2018
Professores: PEB1 e PEB2 (sem vantagens adicionais)	1.781,81	1.732,65	1.848,76	2.027,02	2.085,42
Estadual 24h Municipal 30h					
Médico=15h/s; Procurador = 20h/s Psicólogo, Engenheiro, Fonoaudiólogo = 25h/s	3.070,89	3.120,20	3.624,99	3.957,13	3.497,85

Fonte: Prefeitura Municipal de Congonhas / Portal da transparência

SEPLAG – Secretaria do Estado de Planejamento e Gestão

** Cálculos feitos em nível municipal, conforme descritos no indicadores do PME

Informações atualizadas em 2017.

Tabela 17B

Razão entre salários dos professores da educação básica, na rede pública (não federal), e não professores, com escolaridade equivalente					
ANO	2014	2015	2016	2017	2018
Meta prevista	100%	100%	100%	100%	100%
Meta executada no período	58%	55%	51%	51%	59,6%

Fonte: Prefeitura Municipal de Congonhas / Portal da transparência

SEPLAG – Secretaria do Estado de Planejamento e Gestão

** Cálculos feitos em nível municipal, conforme descritos no indicadores do PME



Gráfico 17B



Fonte: Prefeitura Municipal de Congonhas / Portal da transparência
SEPLAG – Secretaria do Estado de Planejamento e Gestão

Os resultados apresentados nestas tabelas apontam uma evidente redução na valorização dos profissionais do magistério, mais especificamente no salário relativo de professores em comparação com as demais profissões.

17.3. QUADRO SÍNTESE

As Fichas de monitoramento da meta estão disponíveis no **Anexo B** – Equipes Técnicas e Comissão Coordenadora e **Anexo C** – Indicadores: metas previstas e executadas.



17.4. AVALIAÇÃO DA META E ESTRATÉGIAS

- **Estratégia 17.1:** *Constituir, por iniciativa municipal, até o final do primeiro ano de vigência deste PME, fórum, garantida a representatividade de profissionais da educação básica, por segmentos, eleitos por seus pares, para acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.*

Análise – Equipe Técnica 2018: Estratégia concluída. Será constituído representantes para composição do Fórum, durante a Conferência Municipal de Educação – 2018.

- **Estratégia 17.2:** *Constituir, como tarefa do Fórum Municipal, o acompanhamento da evolução salarial por meio de indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, periodicamente divulgados pelo IBGE.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia não realizada. Tão logo seja constituído Fórum Municipal, objetivando o acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.

- **Estratégia 17.3:** *Implementar gradualmente o cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar, se for possível, conforme diretrizes e orientação do Governo Federal.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia não realizada. Considerando a complexidade, a demanda e a realidade profissional na rede pública. Outro aspecto que merece destaque refere-se à necessidade de estudos da viabilidade orçamentária e a adequação do quadro de pessoal.

- **Estratégia 17.4:** *Repassar a ampliação da assistência financeira específica da União para implementação de políticas de valorização dos (as) profissionais do magistério, em particular o piso salarial nacional profissional.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia não realizada. Até o momento não houve a ampliação da assistência da assistência financeira específica da União. O orçamento da rede municipal é complementado com recurso próprio.



17.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Meta 17 - O desafio para a valorização dos profissionais do magistério da educação básica, por meio da equiparação do rendimento médio, com os demais profissionais com o mesmo nível de formação está vinculado, principalmente, aos esforços articulados dos entes federativos aos profissionais da educação e toda a nossa sociedade. A correção salarial do profissional do magistério precisa ocorrer de forma mais acelerada para que esta meta possa ser cumprida até o final da vigência do plano.



Meta 18

.....

Viabilizar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

.....

18. META 18

18.1. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO

Ana Maria da Silva;
Anali de Fátima Lobo Santos;
Celma Fernandes;
Ricardo Firmino;
Shirley Gonçalves Moura Peixoto.

18.2. ORGANIZAÇÃO E METODOLOGIA DO MONITORAMENTO

A Equipe Técnica foi convocada a se reunir periodicamente na Secretaria Municipal de Educação, para realização do monitoramento contínuo e avaliação do PME, como uma oportunidade de melhorar a qualidade técnica do diagnóstico e de qualificar ano a ano a execução das metas. O processo ocorre em reuniões a partir de coleta de dados, estudos, análises, debates e avaliações das respectivas estratégias.

Implementar o plano de carreira, para os profissionais, no município, pressupõe que o ingresso se dê por concurso, que o trabalho seja valorizado e que seja levado em conta o que o professor produz.

Meta 18 realizada. A comissão se pautou em pesquisa local, na existência ou não de um plano de carreira para o professor em todos os sistemas públicos de ensino.

As informações coletadas, estão em consonância às informações apresentadas no relatório do 2º ciclo de monitoramento das metas do PNE., *de que 100% dos estados e o Distrito Federal declararam ter PCR -Plano de Cargos e Remuneração dos profissionais do magistério da educação básica.*

- Indicador 18A: Existência de Plano de Cargo e Remuneração





Tabela 18A

Existência de plano de carreira	2014	2015	2016	2017	2018
Rede Pública Municipal	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Rede Pública Estadual	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Rede Pública Federal*	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

*IFMG e UFSJ

18.3. QUADRO SÍNTESE

As Fichas de monitoramento da meta estão disponíveis no **Anexo B** – Equipes Técnicas e Comissão Coordenadora e **Anexo C** – Indicadores: metas previstas e executadas.

18.4. AVALIAÇÃO DA META E ESTRATÉGIAS

- **Estratégia 18.1:** Realizar concursos públicos para estruturar as redes públicas de educação básica de modo que, até o início do terceiro ano de vigência deste PME, 90% (noventa por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados.

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. Na rede pública 71,09% dos profissionais do magistério são ocupantes de cargos de provimento efetivo. Não foram localizados dados oficiais para o percentual de profissionais da educação não docentes que sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo.

Ressaltamos que a rede municipal, conta atualmente, com mais de 90% de profissionais do magistério efetivos e mais de 50% dos profissionais da educação, não docente são ocupantes de cargos de provimento efetivo.



- **Estratégia 18.2:** *Implantar, nas redes públicas de educação básica e superior, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante esse período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do (a) professor (a), com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia não realizada. Não existe na rede pública programa de acompanhamento dos profissionais durante o estágio probatório.

- **Estratégia 18.2.1:** *Garantir o cumprimento do estágio probatório no cargo de provimento, sem ajustamento funcional ou desvio de função, salvo por doença adquirida em exercício da função, comprovadamente, a partir da data da nomeação.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia não realizada. Na estrutura organizacional da rede pública existe setor responsável para deliberar sobre as avaliações periódicas para posterior homologação ou não do estágio. No entanto, não há indicador que permita o acompanhamento desta meta.

- **Estratégia 18.3:** *Utilizar, se viável, a prova nacional realizada pelo MEC para subsidiar na realização de concursos públicos de admissão de profissionais do magistério da educação básica pública.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia não realizada. A rede pública avalia como inviável a presente estratégia visto ser competência de cada órgão, realizar concursos por meio de contratação de empresa, via processo licitatório e/ou adesão de atas de registro.

- **Estratégia 18.4:** *Assegurar licenças remuneradas (as) profissionais do magistério, quando disponibilizados recursos financeiros pela união e estado,*

o direito à qualificação profissional, inclusive em nível de pós-graduação stricto sensu, conforme Lei n.º 13.005 de 25 de junho de 2014.

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. Aguardando disponibilização pela União e Estado de recursos financeiros para assegurar licenças remuneradas aos profissionais do magistério.

- Estratégia 18.5: Realizar, anualmente, a partir do segundo ano de vigência deste PME, por iniciativa da Secretaria Municipal de Educação, em regime de colaboração, o censo dos (as) profissionais da educação básica de outros segmentos que não os do magistério.

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. A equipe técnica irá utilizar O Sistema de Apoio à Gestão de Planos de Carreira e Remuneração – SISPCR implementado em 2018 pelo Ministério da Educação com o objetivo de subsidiar as secretarias estaduais e municipais no que tange ao cumprimento da referida estratégia.

- Estratégia 18.6: Considerar as especificidades socioculturais das escolas do campo e das comunidades indígenas e quilombolas no provimento de cargos efetivos para essas escolas.

Análise – Equipe Técnica: Estratégia não realizada, visto que, atualmente não há registro de comunidades com escolas específicas do campo, indígenas e quilombolas.

- Estratégia 18.7: Utilizar o repasse de transferências federais voluntárias, na área de educação, mediante Plano de Cargos e Carreiras, para os (as) profissionais da educação.

Análise – Equipe Técnica: Estratégia concluída. O município complementa os recursos financeiros recebidos para a educação.

- Estratégia 18.8: Nomear comissões permanentes e eleitas por seus pares, em assembleia previamente informada, de profissionais da educação dos

sistemas de ensino, em todas as instâncias do município, para subsidiar os órgãos competentes na elaboração, (re) estruturação, implementação e aprimoramento do plano de carreira.



Análise – Equipe Técnica 2018: Estratégia em andamento. O Município possui lei específica que trata do Plano de Carreira e até o final da vigência desse Plano pretende-se criar Comissão Permanente para reestruturação, implementação e aprimoramento do Plano de Carreira.

18.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano de Cargos e Remuneração é um dos mecanismos à qualificação profissional. ele oferece condições aos professores com vistas ao aprimoramento na vida profissional, estimulando os profissionais a buscar qualificação na sua área de atuação.

O plano de carreira vai muito além do compromisso dos sistemas dos sistemas de ensino com a remuneração dos profissionais do magistério, ele organiza a vida funcional da categoria, promove a qualidade da educação e a valorização da profissão de professor. O cumprimento da Meta 18 do PME requer decisões sobre o financiamento. É importante que sejam construídos espaços institucionais e transparentes de diálogo sobre o tema, com a participação de gestores públicos e profissionais da educação básica.

Para criar esses espaços, os estados e municípios podem utilizar como referência o que está sendo feito pela União, que criou o Fórum Permanente para acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Este Fórum acompanha a construção de políticas de valorização, tendo como referência o PNE e a Lei 11.738/2008, e pode ser um ambiente privilegiado para a análise dos planos de carreira e remuneração.

Todo debate e ações que envolvem o cumprimento da Lei do Piso e a construção ou adequação de planos de carreira e remuneração terão como parâmetro as legislações que tratam da valorização profissional, e também as que impõem limites para gastos com pessoal, considerando que, em alguns

cenários, elas podem expressar contradições, caso da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e institui limites para os gastos com pessoal.





Meta 19

.....

Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

.....

19. META 19



19.1. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO

Antônio Odaque;
Eduardo Flávio Sabará;
Lucimara Junqueira;
Nizelle Gonçalves Dutra.

19.2. ORGANIZAÇÃO E METODOLOGIA DO MONITORAMENTO

A base de dados utilizada para a análise dos indicadores desta meta consiste na existência ou não dos conselhos e do seu funcionamento, conforme descrito no Plano Municipal de Educação – página 25 da publicação no Diário Oficial.

Por não haver, nas bases de dados oficiais, informação a respeito da existência de leis que efetivem a gestão democrática na Educação Básica e Superior pública foi feito o monitoramento, com os conselhos, a partir das leis e decretos que criam e regulamentam os mesmos.

- **Indicador 19 A:** Existência de instrumentos de Gestão Democrática nos municípios (Fundeb, Conselho Escolar, Conselho Alimentar e Transporte Escolar)

Tabela 19A: Consulta da legalidade e funcionamento efetivo dos conselhos.

ANO	CONSELHO ESCOLAR	CONSELHO DO FUNBED	CONSELHO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	CONSELHO DE TRANSPORTE ESCOLAR
2014	Sim	Sim	Sim	Comissão Especial
2015	Sim	Sim	Sim	Comissão Especial
2016	Sim	Sim	Sim	Comissão Especial
2017	Sim	Sim	Sim	Comissão Especial



Fonte: Secretaria Municipal de Educação/Departamento de Inspeção

- **Conselho Escolar:** nas escolas públicas e privadas, os representantes dos Conselhos Escolares são eleitos em Assembleias Escolares, constituídas por representantes de todos os segmentos da Comunidade Escolar: representantes de pais, professores, servidores do quadro administrativo e alunos maiores de 14 anos. As Assembleias são previstas em Calendário Escolar e acontecem obrigatoriamente duas vezes por ano. No entanto, sempre que houver necessidade, a escola poderá convocar nova reunião para tomada de decisões acerca de assuntos pedagógicos, administrativos e financeiros. *Fonte: DEIF/Departamento de Inspeção*

- **Fundeb - Conselho Municipal do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação:** é um órgão de caráter fiscalizador e tem como objetivo assegurar aos grupos representativos da comunidade o direito de participar do acompanhamento das diretrizes da educação no âmbito do município, contribuindo para elevar a qualidade dos serviços educacionais, bem como a seguridade da aplicação dos recursos destinados ao pagamento dos profissionais da educação, conforme a Lei nº 11.494/2007.

Ao Conselho compete ainda a atribuição de fiscalizar a prestação de contas dos recursos enviados ao Programa de Transporte Escolar - PNATE.

Os membros do referido conselho são eleitos pelos seus pares com as representações do poder executivo municipal; professores das escolas municipais; diretores das escolas municipais; servidores técnico administrativos das escolas públicas municipais; pais das escolas públicas municipais; estudantes da educação básica pública (acima de 15 anos); conselho municipal de educação; conselho tutelar, com mandato de 3 anos.

As reuniões são bimestrais. Em assembleia se elege o presidente e o vice-presidente. *Fonte: Presidente do FUNDEB*

- **Conselho Alimentação Escolar – CAE:** é um órgão de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento criado pela Lei Municipal n.º 2.892, de 03 de novembro de 2009. No decreto n.º 6.505, de 15 de maio de 2017, nomeia e reconduz membros do conselho com vigência 2017-2021.

É composto de um representante do Poder Executivo, dois representantes de professores, discentes ou trabalhadores na área de educação, dois representantes de pais de alunos e dois representantes de entidades civis organizadas. *Fonte: SEMED/DATO*

- **Conselho Transporte Escolar:** Embora exista uma Comissão específica de transporte, na Rede Municipal de Ensino, que atua nos aspectos logísticos, no atendimento dos alunos, no entanto não foi nomeada através de portaria.

Fonte: SEMED/DATO

- **Indicador 19 B:** Existência de Conselho Municipal de Educação

Tabela 19B: Existência de Conselho Municipal de Educação

ANO	Possui Conselho Municipal de Educação?	O Conselho Municipal de Educação realizou reunião nos últimos 12 meses?
2014	Sim	Sim
2015	Sim	Sim
2016	Sim	Sim
2017	Sim	Sim

Fonte: COMEC - Conselho Municipal de Educação

O Conselho Municipal de Educação de Congonhas – COMEC, criado pela Lei Municipal nº. 2.802, de 18 de agosto de 2008. Tem por finalidade exercer as funções normativas, consultivas, deliberativas e fiscalizadora referentes à educação, na área de competência do Município de Congonhas, assim discriminadas:

I – creches e instituições de ensino infantil e ensino fundamental mantidas pelo Município;

II – ensino especial, médio e profissionalizante, se mantidos pelo Município;

III – creches e instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada;

IV - órgãos municipais de educação.



Componentes efetivos:

O Conselho é composto por 22(vinte e dois) membros titulares e igual número de suplentes, assim discriminados:

I – 11 (onze) representantes do executivo: designados pelo Prefeito;

II_ 11 (onze) representantes da sociedade civil: eleitos em assembleia do dia 14/05/2013.

O COMEC emite pareceres, portarias e resoluções, os quais são publicados no site: <http://www.congonhas.mg.gov.br/informativo>.

Os Conselheiros reúnem-se na última quarta ou quinta-feira de cada mês, na Casa dos Conselhos, situada à Rua Francisco Senra Martins, nº 113, Bairro Centro, no horário de 9h às 11h.

Nas reuniões do Conselho são debatidas situações diversas, as quais envolvem situações de escolas, alunos e servidores, sob sua competência.

- Indicador 19 C: Caráter do Conselho Municipal de Educação

Tabela 19C: Caráter do Conselho Municipal de Educação

ANO	Deliberativo	Fiscalizador	Normativo	Consultivo
2014	Sim	Sim	Sim	Sim
2015	Sim	Sim	Sim	Sim
2016	Sim	Sim	Sim	Sim
2017	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: COMEC - Conselho Municipal de Educação de Congonhas

19.3. QUADRO SÍNTESE

As Fichas de monitoramento da meta estão disponíveis no **Anexo B** – Equipes Técnicas e Comissão Coordenadora e **Anexo C** – Indicadores: metas previstas e executadas.

19.4. AVALIAÇÃO DA META E ESTRATÉGIAS

A gestão democrática da educação nas instituições educativas e nos sistemas de ensino é um dos princípios constitucionais garantidos ao ensino público, segundo o art. 206 da Constituição Federal de 1988. Por sua vez, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996), confirmando esse princípio e reconhecendo a organização federativa, no caso da educação básica, repassou aos sistemas de ensino a definição de normas de gestão democrática.

A gestão democrática da educação envolve, portanto, a garantia de marcos legais, por meio da regulamentação desse princípio constitucional em leis específicas, pelos entes federativos (o que é reforçado pelo PNE e PME), e a efetivação de mecanismos concretos que garantam a participação de pais, estudantes, funcionários, professores, bem como da comunidade local, na discussão, elaboração e implementação de planos de educação, de planos e projetos político-pedagógicos das unidades educacionais, assim como no exercício e efetivação da autonomia dessas instituições em articulação com os sistemas de ensino.

Assim, a gestão democrática da educação, entendida como espaço de construção coletiva e deliberação, tem assumido o efetivo exercício da participação coletiva nas questões atinentes à organização e à gestão da educação.

A equipe técnica juntamente com membros dos Conselhos e Secretarias Municipais de Planejamento e Finanças verificaram e avaliaram cada estratégia.





- **Estratégia 19.1:** *Aplicar o repasse de transferências voluntárias da União, na área da educação, respeitando-se a legislação nacional, e ainda considere, conjuntamente, para a nomeação dos diretores e diretoras de escola, critérios técnicos de mérito e graduação em licenciatura.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia concluída. As transferências são repassadas respeitando a legislação vigente. A nomeação de diretores, conforme Lei Orgânica, ocorre sob livre nomeação do Executivo Municipal, mas existem critérios técnico de mérito e graduação.

- **Estratégia 19.2:** *Aderir aos programas federais de apoio e formação aos (às) conselheiros (as) dos conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, dos conselhos de alimentação escolar, colegiado escolar, conselho fiscal escolar, do Conselho Municipal de Educação e de outros e aos (às) representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia concluída. Foi feita a última adesão disponibilizada pelo Governo Federal, em 2013 e é garantido aos conselhos total condições para seu pleno funcionamento.

- **Estratégia 19.3:** *Constituir Fóruns Permanentes de Educação, com o intuito de coordenar as conferências municipais, bem como efetuar o acompanhamento da execução deste PME e dos seus planos de ação garantindo a representatividade social de cada segmento (pais, alunos, professores, funcionários, dentre outros), eleitos por seus pares.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia concluída. Constituição realizada no dia 12 de dezembro de 2018, na Conferência Municipal de Educação.

- **Estratégia 19.4:** *Implementar, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-se lhes, inclusive, espaços físicos adequados e condições financeiras de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação*

orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações.

Análise – Equipe Técnica: Estratégia concluída. Os Grêmios foram implantados, em 10 (dez) escolas. Assegurados pelas Leis:

Lei n.º 7.395, de 31 de outubro de 1985. Dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes de nível superior e dá outras providências.

Lei nº 7.398, de 4 de novembro de 1985. Dispõe sobre a organização de entidades representativas de estudantes do primeiro e segundo graus e dá outras providências.

Lei nº 12.084, de 12 de janeiro de 1996. Assegura a livre organização estudantil e dá outras providências.

Lei nº 13.410, de 21 de dezembro de 1999. Altera dispositivos da Lei nº 12.084, de 12 de janeiro de 1996, que assegura a livre organização estudantil e dá outras providências.

Fonte: DEIF/Departamento de Assistência ao Educando

- **Estratégia 19.5:** *Fortalecer os conselhos escolares, Conselho Municipal de Educação e demais conselhos e criar mecanismos para que os mesmos sejam mais participativos, sendo instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas federais de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia concluída e em contínuo desenvolvimento. Com adesão aos Programas Federais sempre que disponibilizados pelos mesmos.

- **Estratégia 19.6:** *Criar Comissão Especial de acompanhamento, fiscalização e avaliação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação de representantes da comunidade escolar e local.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. Quando criado o PPP, o mesmo tem por caracterização o acompanhamento de suas diretrizes, no entanto carece de nomeação de Comissão específica para acompanhamento e análise.

- 
- **Estratégia 19.7:** *Criar o Programa Municipal Dinheiro Direto na Escola - PMDDE e garantir autonomia financeira, administrativa e pedagógica nos estabelecimentos de ensino.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia em andamento. Em 2014, iniciou os estudos, no entanto foi retomado no ano de 2017 viabilizando sua concretização em 2019.

- **Estratégia 19.8:** *Aderir aos programas de formação de gestores escolares, aplicar prova nacional específica a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento dos cargos, cujos resultados sejam utilizados para a seleção dos candidatos.*

Análise – Equipe Técnica: Estratégia concluída. Sempre que disponibilizada pelo Governo Federal foram feitas adesões pelo Município. No Município o diretor é escolhido pelo Executivo Municipal conforme Lei Orgânica.

O conceito de gestão democrática da escola está ancorado no fato de: a escolha de diretores ocorrer a partir de critérios técnicos de mérito e desempenho; a escola possuir autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira; a elaboração de projeto pedagógico, planos de gestão escolar e constituição de conselhos escolares.

19.5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a consecução dessa meta e de suas estratégias, se tem aprimorado as formas de participação e de efetivação dos processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira.

Sob essa lógica, tem-se criado novos espaços de intervenção que possibilita a efetiva participação coletiva, buscando respostas novas a problemas sociais e educacionais, com o objetivo de superar desigualdades sociais.

A análise da legislação, aqui relatada, permitiu identificar e apontar a existência dos Conselhos Escolares, Fundeb, CAE e Transporte Escolar.

No que diz respeito à constituição dos conselhos escolares 100% das escolas municipais têm seus conselhos constituídos por professores, funcionários, alunos e pais/responsáveis (indicador 19 A).

Quanto ao COMEC exerce as funções normativas, consultivas, deliberativas e fiscalizadora (indicadores 19B e 19C).



Meta 20

.....

Garantir, conforme PNE, a aplicação da verba do PIB, de, no mínimo 7% dos investimentos diretos do governo utilizados para bens, serviços e investimentos, incluindo construção e manutenção dos estabelecimentos de ensino, remuneração dos profissionais, recursos para assistência estudantil, alimentação, transporte, material didático, formação de professores, até o final do decênio.

.....

20. META 20



20.1. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO

Antônio Odaque;
Eduardo Flávio Sabará;
Lucimara Junqueira;
Nizelle Gonçalves Dutra.

20.2. ORGANIZAÇÃO E METODOLOGIA DO MONITORAMENTO

Por não haver, indicadores descritos para essa meta nas bases de dados oficiais (LEI/PME - pág.55), foi feito o monitoramento junto com avaliação de cada estratégia (vide 20.4), através de informações prestadas pela SEPLAN – Secretaria Municipal de Educação e SEFIN – Secretaria de Finanças. Verificado assim, a proporção do alcance ou não das estratégias em relação a meta como um todo.

20.3. QUADRO SÍNTESE

As Fichas de monitoramento da meta estão disponíveis no **Anexo B** – Equipes Técnicas e Comissão Coordenadora e **Anexo C** – Indicadores: metas previstas e executadas.

20.4. AVALIAÇÃO DA META E ESTRATÉGIAS

Os desafios relacionados à melhoria da educação brasileira, mesmo que haja espaço para ganhos de eficiência e efetividade do gasto,

necessariamente passam pela expansão dos recursos aplicados na educação pública.

O documento *Planejando a Próxima Década*, publicado pelo Ministério da Educação (MEC) em 2014, registra que:

(...) a vinculação de recursos financeiros para a educação, a ampliação dos percentuais do PIB para a educação nacional, bem como a vinculação do financiamento a um padrão nacional de qualidade, o acompanhamento e o controle social da gestão e uso dos recursos (...) são passos imprescindíveis para a melhoria do acesso, permanência e aprendizagem significativa dos estudantes. (BRASIL, 2014, p. 61).

O PME estabelece metas desafiadoras em diversos campos da educação. Para se atingir tais metas, é necessária a expansão da aplicação de recursos públicos, em especial na educação pública. O cumprimento das metas do PNE depende da manutenção de um ritmo forte de crescimento dos investimentos em educação, o que demandará efetivo comprometimento, não só da União, mas também dos sistemas subnacionais.

O investimento público em educação tem se expandido ao longo dos últimos anos no Brasil. Mas, ainda é necessário a alocação e indicação de novas fontes de recursos orçamentários e financeiros com vistas ao incremento das receitas públicas destinadas ao investimento público em educação.

Assim temos:

- **Estratégia 20.1:** *Aplicar fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, em especial as decorrentes do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e do § 1o do art. 75 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional.*

Análise da Equipe técnica: Estratégia concluída. Os valores informados, pela Secretaria Municipal de Planejamento, referem-se a recursos aplicados na educação em todos os segmentos, não somente na Educação Básica como descrito na estratégia.



Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Despesa Paga)	2014	2015	2016	2017	Até ago/2018
Impostos	65.510.399,16	60.512.022,73	53.759.909,45	46.599.663,92	36.155.092,43
Transferências Correntes	158.983.104,39	149.946.921,79	161.877.679,78	174.366.387,95	116.021.001,90
Outras Receitas Correntes	2.128.344,88	825.715,14	1.159.895,39	1.034.826,24	0,00

Fonte: SEPLAN – Secretaria Municipal de Planejamento

* Valores em reais (R\$)

- **Estratégia 20.2:** Aplicar os mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário-educação.

Análise da Equipe técnica: Estratégia concluída.

Descrição da Receita	Arrecadado 2014	Arrecadado 2015	Arrecadado 2016	Arrecadado 2017	Arrecadado até out/2018
Transferências do Salário Educação (0047 - QUESE)	1.559.242,82	1.847.926,07	1.791.570,78	1.807.584,26	1.813.687,63

Fonte: SEPLAN – Secretaria Municipal de Planejamento

* Valores em reais (R\$)

- **Estratégia 20.3:** Executar, acompanhar e fiscalizar os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino - 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, da receita resultante de impostos do município – assegurando o desenvolvimento do ensino em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, na forma da lei específica, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 da Constituição Federal.



Análise da Equipe técnica: Estratégia concluída.

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Despesa Paga)	2014	2015	2016	2017	Até ago/2018
Índice Aplicado na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	28,48%	33,65%	32,90%	35,35%	33,50%

Fonte: SEPLAN – Secretaria Municipal de Planejamento

- **Estratégia 20.4:** *Garantir os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, com a colaboração entre o MEC, as Secretarias de Educação dos Estados e dos Municípios e os Tribunais de Contas da União e dos Estados.*

Análise da Equipe técnica/Comissão Coordenadora: Estratégia realizada.

Datas de Audiência Pública	2014	2015	2016	2017
Realização de Audiência Pública - Lei Orçamentária Anual	29/08/2013	25/09/2014	28/09/2015	28/09/2016

Fonte: SEPLAN – Secretaria Municipal de Planejamento

- **Estratégia 20.5:** *Acompanhar o desenvolvimento, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, e acompanhamento regular dos investimentos e custos por aluno da educação básica e superior pública, em todas as suas etapas e modalidades.*

Análise da Equipe técnica: Não efetivada. Desenvolvimento por meio do INEP não disponibilizado. O acompanhamento dos investimentos e custos por aluno será desenvolvido pela SEPLAN.



- **Estratégia 20.6:** Implementar, no prazo de 2 (dois) anos da vigência do PME, o Custo Aluno-Qualidade inicial - CAQi, referenciado no conjunto de padrões mínimos estabelecidos na legislação educacional e cujo financiamento será calculado com base nos respectivos insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem e será progressivamente reajustado até a implementação plena do Custo Aluno Qualidade – CAQ.

Análise da Equipe técnica: Estratégia em andamento. Efetivado pela Secretaria municipal de Educação o custo/aluno nas escolas da rede municipal. Aguardando os padrões mínimos para financiamento que deverão ser estabelecidos pelo CNE – Conselho Nacional de Educação.

- **Estratégia 20.7:** Garantir e implementar o CAQ como parâmetro para o financiamento da educação de todas as etapas e modalidades da educação básica, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar.

Análise da Equipe técnica: Estratégia concluída. Efetivado pela Secretaria municipal de Educação o custo/aluno nas escolas da rede municipal. Aguardando os padrões mínimos para financiamento que deverão ser estabelecidos pelo CNE – Conselho Nacional de Educação.

Os valores informados, pela Secretaria Municipal de Planejamento, referem-se a recursos aplicados na educação em todos os segmentos, não somente na Educação Básica como descrito na estratégia.



Descrição da Despesa	2014	2015	2016	2017	Até ago/2018
Remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais	42.642.749,89	52.711.340,95	57.593.585,77	59.997.851,10	42.477.638,18
Manutenção Predial	922.945,65	870.887,21	941.842,69	280.574,59	460.400,76
Construção e Ampliação de Prédios Escolares e Creches	3.542.666,80	2.671.018,41	1.671.536,73	2.241.650,87	236.581,39**
Equipamentos e Material permanente	755.925,00	154.770,45	71.697,00	14.840,00	203.772,00
Merenda Escolar	2.156.261,81	1.965.273,36	1.622.823,20	1.607.022,76	924.890,84
Passe Estudantil	1.130.670,00	760.999,80	835.776,00	2.680.398,00	1.630.800,00
Kit Escolar - alunos	617.978,20	857.906,30	481.807,60	0,00	0,00

Fonte: SEPLAN – Secretaria Municipal de Educação

* Valores em reais (R\$)

** Valor correspondente ao liquidado. Empenhado até o período é R\$ 608.470,84.

- **Estratégia 20.8:** Acompanhar e fazer os ajustes necessários ao CAQ, a cada 3 (três) anos, com base em metodologia formulada pelo MEC, definidas pelo Conselho Nacional de Educação - CNE e Secretaria Municipal de Educação.

Análise da Equipe técnica: Estratégia em andamento. Efetivado pela Secretaria municipal de Educação o custo/aluno nas escolas da rede municipal. Aguardando os padrões mínimos para financiamento que deverão ser estabelecidos pelo CNE – Conselho Nacional de Educação para que se faça os ajustes necessários.

- **Estratégia 20.9:** Regulamentar o parágrafo único do art. 23 e o art. 211 da Constituição Federal, no prazo de 2 (dois) anos, por lei complementar, de forma a estabelecer as normas de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, em matéria educacional, e a articulação do sistema nacional de educação em regime de colaboração, com equilíbrio na repartição das responsabilidades e dos recursos e efetivo cumprimento das

funções redistributiva e supletiva da União no combate às desigualdades educacionais regionais, com especial atenção a regiões de vulnerabilidade no município.

Análise da Equipe técnica/Comissão Coordenadora: Estratégia em andamento. Existe preocupação e objetivo no atendimento as necessidades educacionais, especialmente as de vulnerabilidade social e econômica. Ainda que, não formalizadas as parcerias o mesmo já ocorre com a União e o Estado através de convênios, respeitando orçamento e as necessidades imediatas dos governos em todas as esferas.

- **Estratégia 20.10:** *Garantir, junto à União, na forma da lei, a complementação de recursos financeiros ao município, caso este, não consiga atingir o valor do CAQi e, posteriormente, do CAQ.*

Análise da Equipe técnica/Comissão Coordenadora: Estratégia em andamento. A Secretaria Municipal de Educação efetivou o custo/aluno nas escolas da rede municipal. Aguardando os padrões mínimos para financiamento que deverão ser estabelecidos pelo CNE – Conselho Nacional de Educação para, posteriormente, verificar a necessidade ou não de complementação de recursos financeiros por parte do município.

- **Estratégia 20.11:** *Assegurar o cumprimento da Lei de Responsabilidade Educacional e garantir padrão de qualidade na educação básica, em cada sistema e rede de ensino, aferida pelo processo de metas de qualidade e por institutos oficiais de avaliação educacionais.*

Análise da Equipe técnica/Comissão Coordenadora: Estratégia em andamento. Visto que, a educação, no município é aferida ao longo do processo educacional no que tinge aos aspectos de ensino-aprendizagem, através de avaliações contínuas, avaliações estabelecidas e desenvolvidas pelo MEC, Estado e Município. No entanto, entendemos que o presente instrumento (PME-Congonhas) seja um grande medidor e objeto de avaliação na busca dessa qualidade educacional, uma vez que será avaliado a cada dois anos.



- **Estratégia 20.12:** Aplicar os recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino, a serem pactuados na instância prevista no § 5º do art. 7º desta Lei.

Análise da Equipe técnica: Estratégia em andamento. Efetivado pela Secretaria municipal de Educação o custo/aluno nas escolas da rede municipal. Mas, a aplicação de recursos adicionais depende do *ajustes do CAQ, definidas pelo Conselho Nacional de Educação – CNE.*

20.5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante ressaltar que, para que se atinja efetivamente a Meta 20, são necessárias a efetivação do CAQ e CAQi, *pelo Conselho Nacional de Educação – CNE. Como alocação e indicação de novas fontes de recursos orçamentários e financeiros com vistas ao incremento das receitas públicas destinadas ao investimento público em educação.*

21. REFERÊNCIAS



Observatório do PNE: www.observatoriodopne.org.br;

Educacenso disponível em:

[HTTP://educacenso.inep.gov.br/relatorio/municipal/rescolas](http://educacenso.inep.gov.br/relatorio/municipal/rescolas);

Informações coletadas no próprio município, nas Secretarias das escolas municipais, estaduais, particulares e na escola federal;

Secretaria de Estado da Educação;

Escolas municipais estaduais e privadas;

Secretaria Municipais: de Administração, de Planejamento e de Finanças;

PNE em Movimento Caderno de Orientações para Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação;

http://www.lex.com.br/doc_82188_CONSTITUICAO_DA_REPUBLICA_FEDERATIVA_DO_BRASIL_DE_1988.aspx;

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências;

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Microdados para download: microdados censo escolar. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-levantamentos-acessar>;

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE);

<http://www.qedu.org.br/cidade/1311-congonhas/compare>;

<http://www.qedu.org.br/cidade/1311-congonhas/ideb>;

<http://pddeinterativo.mec.gov.br>;

<http://pdeescola.mec.gov.br/index.php>;

<http://portal.mec.gov.br;>

<http://portal.inep.gov.br/pisa;>

http://www.fumec.br/cerai/docs/constituicao_federal_de_1988.pdf;

Regimento Escolar Municipal.

22. **ANEXO A** – % de Cumprimento das estratégias por meta.
23. **ANEXO B** – Quadro Síntese – Ficha de Monitoramento Parte A.
24. **ANEXO C** – Quadro Síntese – Ficha de Monitoramento Parte C.
25. **ANEXO D** – F.O.F.A.

